

ME INTERESSEI PELA DEFESA DOS ESTRANGEIROS

(Jó 29:16)

Para una teologia da mobilidade humana na África

FABIO BAGGIO - MESMIN-PROSPER MASSENSO - SAMUEL DE JESUS PAQUETE
EDITORES



ME INTERESSEI PELA DEFESA DOS ESTRANGEIROS (Jó 29:16)

*Para una teologia
da mobilidade humana
na África*

EDITORES

FABIO BAGGIO - MESMIN-PROSPER MASSENGO

SAMUEL DE JESUS PAQUETE

SYMPOSIUM OF EPISCOPAL CONFERENCES OF AFRICA AND MADAGASCAR (SECAM)
ASSOCIATION DES CONFÉRENCES EPISCOPEALES DE LA RÉGION AFRIQUE CENTRALE (ACERAC)
SCALABRINI INTERNATIONAL MIGRATION INSTITUTE (SIMI)
CENTRO STUDI EMIGRAZIONE ROMA (CSER)
2017

ME INTERESSEI PELA DEFESA DOS ESTRANGEIROS (Jó 29:16)

Para uma teologia da mobilidade humana na África

Editores

Fabio Baggio - Mesmin-Prosper Massengo - Samuel de Jesus Paquete

Primeira Edição

Copyright @ 2017

Symposium of Episcopal Conferences of Africa and Madagascar (SECAM)

Association des Conférences Episcopales de la Région Afrique Centrale (ACERAC)

Scalabrini International Migration Institute (SIMI)

Centro Studi Emigrazione Roma (CSER)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sem a autorização prévia dos editores.

Scalabrini International Migration Institute

Via Calandrelli, 11

00153 Roma - Italia

ISBN: 978-88-85438-23-1

Projeto gráfico da capa

Valeria Dal Palù

Introdução

FABIO BAGGIO

A mobilidade humana é um fenômeno duradouro e crescente na história da África. Atualmente, continua a ser um componente importante de todas as questões relacionadas à região. Nos últimos anos, o número de trabalhadores migrantes, requerentes de asilo, refugiados, vítimas de tráfico humano e pessoas deslocadas internamente (PDIs) aumentou consideravelmente em muitos países africanos devido à persistência de conflitos étnicos, religiosos e políticos, atividades de grupos terroristas, degradação da terra, condições climáticas adversas, e o agravamento das condições econômicas nos países de origem. No entanto, devido à falta de recursos e vontade política, a maioria dos países receptores é incapaz de oferecer uma resposta adequada aos desafios colocados por todas essas diferentes formas de mobilidade humana, a fim de proporcionar um ambiente acolhedor e seguro e proteção para as centenas de milhares de pessoas que fogem de suas pátrias atormentadas.

Hoje, a mobilidade humana na África coloca sérios desafios à Igreja Católica uma vez que, diariamente, migrantes e refugiados batem a sua porta buscando respostas materiais e espirituais para o seu drama. A Igreja é chamada a promover uma perspectiva diferente, onde o asilo, o deslocamento e a migração se tornam um componente do diálogo entre culturas e sociedades, e onde as pessoas em movimento são vistas como companheiras. Além disso, a Igreja deve questionar o modelo de desenvolvimento que ignora as desigualdades e as disparidades que resultam no deslocamento de pessoas de sua casa, ambiente e tradição. Finalmente, pede-se à Igreja que construa uma comunidade cristã capaz de apreciar as diferenças enquanto celebra a unidade da fé.

Introdução

Fabio Baggio

Para responder a estes desafios, é indispensável uma reflexão teológica sólida e compartilhada sobre o fenômeno da mobilidade humana na África. Teólogos das comunidades cristãs de origem e acolhimento na África são, portanto, chamados a iniciar uma parceria e debate fecundos para propor uma reflexão “sábia” sobre a mobilidade humana contemporânea no continente, a fim de iluminar os programas e ações, bem como o ministério pastoral da Igreja local em relação às pessoas em movimento, e que constituem a face sofredora de Jesus na sociedade contemporânea. Na África, onde a mobilidade humana representa uma das tendências continentais mais relevantes, tal reflexão teológica seria um dos pilares da cooperação entre a Igreja no país de origem e a Igreja no país de chegada.

Nesse sentido, a *Association des Conférences Episcopales de la Région de l'Afrique Centrale* (ACERAC), em cooperação com o Simpósio das Conferências Episcopais da África e Madagáscar (SCEAM) e do *Scalabrini International Migration Institute* (SIMI) organizou e realizou uma conferência internacional sobre a teologia da mobilidade humana em Brazzaville (República do Congo) de 21 a 23 de janeiro de 2016. Sem dúvida, esta iniciativa pode ser incluída na série de conferências sobre a teologia da migração promovidas pela Igreja Católica no Terceiro Milênio. A primeira conferência, intitulada “Migração e Experiência Religiosa no Contexto da Globalização”, aconteceu em Tijuana (México) em 2002. Foi uma parceria entre os Missionários Scalabrinianos e o Instituto Transborder da Universidade de San Diego. A segunda conferência, organizada pelo Instituto de Missiologia e.V., teve lugar em Aachen (Alemanha) com o título representativo “Migração e Interculturalidade. Desafios Teológico e Filosófico”. No ano seguinte, o Centro de Espiritualidade e Cultura Latina da Universidade de Notre Dame (Indiana), os Missionários Scalabrinianos, a Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos e o *Catholic Relief Services* co-patrocinaram uma segunda conferência norte-americana com o tema “Migração e Teologia”. Em 2006, um consórcio de organizações Scalabrinianas, em parceria com o Instituto Teológico São Paulo (ITESP), organizou a conferência intitulada “Migrações: Um Novo Lugar Teológico?” em São Paulo (Brasil). No mesmo ano, a conferência “Fé em Movimento” foi realizada em Quezon City (Filipinas). Foi uma iniciativa conjunta da Comissão Episcopal da Pastoral para os Migrantes e Itinerantes (CBCF-CEMI), a Faculdade de Teologia Maryhill, e o Centro de Migração Scalabrini. Em 2012, o Centro de Teologia Intercultural e Estudos Inter-religiosos da Universidade de Salzburgo organizou a conferência internacional “Migração como Sinal dos Tempos”. O evento foi realizado em Salzburgo (Áustria). No mesmo período muitos outros simpósios, reuniões de

especialistas e seminários centrados na teologia da migração foram organizados em diferentes partes do mundo, reafirmando a profunda preocupação da Igreja Católica em relação ao fenômeno da mobilidade humana.

A conferência internacional de 2016, em Brazzaville, intitulada “Me interessei pela defesa dos estrangeiros (Jó 29:16)”, teve como propósito iniciar uma substancial reflexão teológica sobre o fenômeno da mobilidade humana a partir da perspectiva africana, e promover a cooperação pastoral entre as Igrejas locais nos países de envio, de trânsito e de acolhimento. Vários estudiosos africanos e coordenadores pastorais foram convidados a partilhar pontos de vista, reflexões e experiências sobre dois temas principais: a) migração e desenvolvimento, e b) conflitos e migração forçada. Este livro apresenta os trabalhos da conferência.

A primeira parte desta publicação, seguindo a divisão temática da conferência, traz as contribuições sobre onexo entre migração e desenvolvimento na África.

Na primeira contribuição, “O Nexo Migração-Desenvolvimento: Uma Abordagem Teórica”, Fabio Baggio avalia o impacto da migração sobre o desenvolvimento dos países envolvidos e mostra como os benefícios e os custos são, em muitos casos, assumidos de maneira desigual pelos países de origem e de destino. A compreensão instrumentalista da ligação entre migração e desenvolvimento, que muitas vezes inspira políticas e programas de migração e desenvolvimento, deve ser substituída por uma compreensão ética deste nexo, fundamentada em princípios aceitos universalmente.

Delali Margaret Badasu é a autora do segundo capítulo, “O Nexo Migração-Desenvolvimento em Gana: Evidências e Realidade nas Ciências Humanas e Sociais”. Ela parte do debate global em curso sobre o nexo migração-desenvolvimento, acrescentando algumas evidências de campo. Em seguida, apresenta o caso de Gana, onde o influxo de remessas parece ser um dos efeitos positivos da migração no desenvolvimento, bem como outras contribuições não monetárias dos migrantes para a economia. Badasu termina sugerindo a adoção do argumento de “vitória tripla” de Hermele para avaliar se o nexo migração-desenvolvimento é positivo ou não.

Desin Mouene Ndzorombe inicia a sua contribuição, “Bem comum, Migração e Desenvolvimento: Reflexões Teológicas e Pastorais de uma Perspectiva Africana”, fornecendo uma definição teológica para o “bem comum”, conceito con-

siderado necessário para entender a migração contemporânea na África. Em seguida, questiona o papel da migração como um impulso para o desenvolvimento no continente africano e conclui delineando algumas reflexões teológicas e pastorais sobre a realidade da migração africana.

"Migração, Desenvolvimento e Promoção Humana Implicações Político-Teológicas da Realidade Africana" é o título do quarto capítulo escrito por Yvon Christian Elenga. Começa com um ponto dedicado à hermenêutica da migração, visando relacionar os conceitos de migrante, identidade e alteridade. Em seguida, sugere algumas reflexões teológicas sobre o fenômeno da migração, a partir da experiência do povo de Israel no Antigo Testamento, e destacando alguns ícones paradigmáticos dos Evangelhos. Ele conclui afirmando que o encontro com o estrangeiro é um evento de salvação.

Em "Migração, Desenvolvimento e Missão na África: Desafios Contemporâneos à Evangelização" Jonas Koudissa discute, primeiramente, alguns elementos conceituais donexo migração-desenvolvimento e acrescenta algumas observações empíricas com o objetivo de identificar modelos específicos para o desenvolvimento de uma reflexão teológico-pastoral sobre o fenômeno da migração na África. Ele conclui afirmando que a migração é parte da condição humana e representa uma oportunidade para a Igreja Católica desenvolver um ministério de hospitalidade, com a inclusão do conceito de justiça restaurativa.

Anne Beatrice Faye, em seu capítulo "Fases dos Migrantes entre Fronteiras, Privação e Paradoxo: uma Oportunidade para uma Cultura de Acolhimento, Hospitalidade e Solidariedade", apresenta duas experiências de migração nas quais os migrantes são transformados de "objeto" em "sujeito". A primeira é a experiência do Homem de Barbes, um personagem inventado pela escritora senegalesa Fatou Diome, que aborda a relação entre migração, privação e paradoxo. O segundo é uma síntese de milhares de histórias de imigrantes no Marrocos, Argélia, Líbia, Senegal e Mauritânia, que está instando a Igreja Católica a reinventar o cuidado pastoral fundamentando-o no encontro, na hospitalidade e na solidariedade.

"Pequenas Comunidades Cristãs (PCC): Uma Solução Possível para a Questão da Migração e Desenvolvimento?" é o título da contribuição de Melchior-Edouard Mombili. Ele começa introduzindo alguns insights relevantes sobre o nexos entre migração e desenvolvimento a nível global, evidenciando o antagonismo entre os dois. Em seguida, apresenta uma reflexão teológico-pastoral

sobre as Pequenas Comunidades Cristãs (PCC), que têm a função de educar seus membros para trabalhar juntos em sinergia e num espírito de respeito mútuo, reciprocidade, disponibilidade e confiança. O autor conclui que as PCC podem ser uma estrutura pastoral muito útil para resolver os problemas relacionados com a migração.

Georges Njila Jibikilayi J. escreveu o último capítulo da primeira seção intitulada "O Nexo entre Migração e Desenvolvimento à Luz da Experiência de José, Filho de Jacó, no Egito: Reflexões Filosófico-Teológicas e Perspectivas Sociopolíticas". Ele sugere a adoção do ícone bíblico de José, filho de Jacó, como chave interpretativa para o complexo fenômeno da mobilidade humana na República Democrática do Congo, focalizando a particularidade no nexo migração-desenvolvimento. Começa descrevendo brevemente a sua compreensão do conceito e da realidade da migração. Coloca uma questão filosófica relacionada ao "outro" e a responde teologicamente através da experiência de José no Egito.

A segunda parte apresenta sete capítulos sobre a relação entre conflitos e migração forçada na África a partir de diferentes perspectivas científicas.

Sergio Carciotto inicia a sua contribuição "O Regime de Asilo na África" denunciando alguns equívocos sobre os refugiados e os requerentes de asilo na África subsaariana. Em seguida, ele apresenta uma visão geral dos quadros jurídicos internacionais e regionais que regem a sua admissão e assistência. Enquanto as obrigações morais decorrentes desses quadros são geralmente respeitadas pelos países receptores, Carciotto ressalta que os mesmos países acham difícil conciliar tais obrigações com preocupações de soberania nacional. Os países africanos estão cada vez mais hostis aos requerentes de asilo e aos refugiados.

Jean-Baptiste Sourou é o autor do capítulo "Migração Forçada e Asilo na África: Desafios Sociais e Políticos". Através de uma breve exposição da história do continente africano, desde a sua independência até hoje, mostra como os conflitos, a instabilidade política, a injustiça social e a autogestão dos recursos têm frequentemente representado as causas profundas da migração forçada na África. Dado que os requerentes de asilo, os refugiados e as pessoas internamente deslocadas no continente africano colocam sérios desafios a nível social e político, Sourou conclui que há a necessidade urgente de uma resposta multidimensional capaz de enfrentar as verdadeiras causas da migração forçada.

“Conflito e Migração Forçada na África: Um *Locus Theologicus* Contemporâneo” é o título da contribuição de Jean-Jarrhel Bernadin Ndoulou. O autor inicia apresentando brevemente o cenário global de migração forçada na África e seus principais desafios, e trata das abordagens assistencial, de segurança e legal. Ele argumenta que o fenômeno da migração forçada representa hoje um “lugar” para a reflexão teológica (*locus theologicus*). Ndoulou conclui sugerindo uma reflexão teológica sobre a migração como “sinal do tempo”, onde o próprio Jesus Cristo é o pobre, oprimido, marginalizado, pequeno, exilado e deslocado.

André Kabasele Mukenge é o autor de “Migração Responsável: O Exemplo de Abraão (Gn 13). Que Lições para Hoje?”. Ele apresenta uma reflexão sobre a prevenção e gestão de conflitos a partir do paradigma de Abraão no capítulo 13 do Gênesis. Na literatura bíblica, o Pai da Fé é retratado como um migrante perpétuo desde sua partida de Ur dos Caldeus (Gênesis 12: 1). A abordagem narrativa das histórias do livro do Gênesis mostra que as principais fontes de conflitos humanos são a ganância e a recusa em aceitar um limite ao desejo de possuir. No entanto, a palavra desempenha um papel importante na resolução de conflitos.

Mesmin-Prosper Massengo é o autor do capítulo “Migração Africana: Um Apelo à Igreja”. Ele inicia introduzindo as principais tendências da migração africana, com foco na migração forçada. Ele identifica três principais categorias de causas fundamentais para a mobilidade humana no continente africano: instabilidade política, insegurança econômica e conflitos armados. Em seguida, baseando-se em documentos magisteriais, Massengo descreve a responsabilidade pastoral das Igrejas locais em relação à migração africana, destacando os diferentes papéis das Igrejas de origem, de trânsito e de chegada. Conclui defendendo a necessidade urgente de diálogo entre as três principais partes interessadas: a Igreja Católica, os estados e as organizações internacionais.

“Migração Intervenção Práticas Populares na Igreja Católica da Etiópia” é o título da contribuição de Bekele Moges Kidane. Ele começa fornecendo um breve panorama dos fluxos migratórios de entrada e saída na Etiópia baseado em fatos e números recentes. Em seguida, ele avalia o impacto da emigração no desenvolvimento nacional, evidenciando vários obstáculos, particularmente, no caso dos migrantes forçados. Kidane conclui apresentando as iniciativas pastorais da Igreja Católica da Etiópia em cooperação com organizações internacionais e instituições nacionais com o objetivo de ajudar os requerentes de asilo e refugiados nos últimos anos.

Beatrice Gikonyo, em sua contribuição intitulada “Serviço Jesuíta aos Refugiados na África Oriental: Programas e Experiências na Área de Migração Forçada”, apresenta a missão e as ações concretas do Serviço Jesuíta aos Refugiados (SJR) no Sudão, Sudão do Sul, Uganda, Quênia e Etiópia. Depois de descrever brevemente os desafios humanitários colocados pela migração forçada nesta região, Gikonyo explica os três principais campos de trabalho do SJR: assistência básica, acompanhamento holístico e advocacia, acrescentando exemplos relevantes das atividades existentes nos diferentes países. Conclui elogiando as iniciativas de outras organizações católicas e sugerindo uma colaboração mais frutífera entre elas.

PARTE I:
Migração e
Desenvolvimento

O nexo Migração-Desenvolvimento: uma abordagem teórica

de autoria de Fátima Borges

Este artigo discute o nexo migração-desenvolvimento sob a perspectiva da Teologia da Mobilidade Humana. O autor analisa o impacto da migração no desenvolvimento econômico e social, bem como o papel da migração no desenvolvimento humano. O artigo também discute o papel da migração no desenvolvimento humano e o papel da migração no desenvolvimento humano.

Fátima Borges

PARTE I: Migração e Desenvolvimento

Neste debate sobre migração e desenvolvimento, é possível identificar algumas primeiras e fundamentais questões de natureza teórica. A primeira delas é a definição de migração e desenvolvimento. A migração é entendida como o movimento de pessoas de um país para outro, seja temporário ou permanente. O desenvolvimento é entendido como o processo de melhoria da qualidade de vida das pessoas e das comunidades. A migração pode ser entendida como um fator que contribui para o desenvolvimento humano, seja através da transferência de recursos, seja através da transferência de conhecimentos e habilidades.

Nos últimos cinco anos, o debate sobre migração e desenvolvimento tem ganhado destaque global, especialmente na agenda política de muitos países de origem e de destino. Diferentes fatores contribuíram para o aumento da migração internacional. No final de 2003, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, declarou que a migração internacional é uma das principais causas da pobreza e do desenvolvimento humano. Em 2005, a Comissão Europeia lançou o primeiro relatório conjunto sobre migração e desenvolvimento. Em 2007, a ONU lançou o primeiro relatório global sobre migração internacional. Em 2009, a ONU lançou o primeiro relatório global sobre migração internacional. Em 2010, a ONU lançou o primeiro relatório global sobre migração internacional.

1. Este artigo é uma versão revisada de "Migração e Desenvolvimento: uma abordagem teórica", publicado em *Revista de Teologia da Mobilidade Humana*, vol. 1, no. 1, 2010, pp. 1-15. Disponível em: <http://www.revista-teologia.com.br/revista/revista-vol-1-no-1-2010>.

O nexu Migração–Desenvolvimento: uma abordagem teórica

FABIO BAGGIO¹

No atual debate sobre a relação entre migração e desenvolvimento, é possível identificar três posições diferentes. A primeira é o “otimismo desenvolvimentista” que acredita nos efeitos positivos da migração internacional no desenvolvimento local. A segunda posição é denominada “pessimismo e ceticismo estruturalista e neomarxista” que destaca o lado negativo desta relação. Nesta perspectiva, a migração resulta da falta de desenvolvimento e é improvável que seja capaz de promovê-lo. Recentemente, uma terceira posição influenciada por estudos recentes sobre migração e transnacionalismo emergiu. Objetivando um maior equilíbrio nesta relação, esta posição defende a ambivalência do nexu migração-desenvolvimento (De Haas, 2008).

Nos últimos cinco anos, o debate sobre migração e desenvolvimento se tornou global e ganhou atenção especial na agenda política de muitos países de origem e de destino. Diferentes fatores contribuíram para tal interesse. No final de 2003, o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan decidiu estabelecer a Global Commission for International Migration (GCIM), cuja tarefa consistiu na elaboração de uma resposta consistente, compreensiva e global para o problema da migração internacional (GCIM, 2003). Em outubro de 2005, a GCIM apresentou o seu relatório final. Entre as várias recomendações, a comissão defendeu que «A migração internacional deveria se tornar parte integral das

1 Este artigo é uma versão atualizada da “Introdução” da obra Fabio Baggio (ed.), 2010, *Brick by Brick: Building Cooperation between the Philippines and Overseas Filipinos in Italy and Spain*, Quezon City: Scalabrini Migration Center.

estratégias nacional, regional e global de crescimento econômico, em ambos os mundos em desenvolvimento e desenvolvidos» (GCIM, 2005:4).

Em setembro de 2006, o Diálogo de Alto Nível sobre Migração e Desenvolvimento da ONU enfocou o nexu migração-desenvolvimento, particularmente enfatizando os efeitos econômicos benéficos da migração internacional nos países em desenvolvimento. Como resultado do diálogo da ONU, um pequeno grupo de países interessados (que se identificaram como “Amigos do Fórum”) sugeriu a criação de um fórum independente para continuar o debate sobre a relação migração e desenvolvimento. O Global Forum on Migration and Development (GFMD) foi criado e seis edições do fórum foram realizadas de 2007 a 2012. Os encontros aconteceram respectivamente na Bélgica, Filipinas, Grécia, México, Suíça e Ilhas Maurícias. Em 2013, outro Diálogo de Alto Nível da ONU debateu a relação entre migração e desenvolvimento e a Assembleia Geral adotou a declaração por meio da qual os estados membros «Reafirmam [o seu] compromisso em tratar das oportunidades e os desafios que a migração internacional apresenta aos países de origem, de trânsito e de destino» (UN General Assembly, 2013:4). Nesse sentido, duas outras edições do GFMD aconteceram, uma na Suécia (2014) e outra na Turquia (2015). Apesar da sua natureza “não obrigatória”, as diferentes edições do GFMD conseguiram envolver governos e grupos da sociedade civil em torno do debate global sobre migração e desenvolvimento.

Durante a primeira década do século XXI, o Banco Mundial (BM) passou a publicar relatórios acerca do volume imenso de remessas que os migrantes enviavam anualmente para os seus países de origem. O fluxo de bilhões de dólares dos países de destino para os países de origem atraiu a atenção de governos, organizações internacionais e instituições financeiras.

O debate sobre as remessas dos migrantes e o seu impacto sobre o desenvolvimento local por vezes beirava a considerações entusiasmadas, gerando interpretações equivocadas e perigosas. Uma delas é a “mitificação” das remessas, i.e., a ideia que as remessas são uma panaceia para todos os problemas de desenvolvimento dos países de origem (García Zamora, 2009). Esta consideração simplista levou muitos países em desenvolvimento a adotar ou a reforçar sua exportação de mão de obra como uma estratégia de desenvolvimento. Outro equívoco do nexu migração-desenvolvimento é relegar as responsabilidades de desenvolvimento para os migrantes e os grupos de diásporas.

Ao se analisar somente as remessas, os números são realmente impressionantes. Em 2015, o Global Knowledge Partnership on Migration and Development (KNOMAD) estimou em mais de 247 milhões de migrantes internacionais no mundo, correspondendo a 3.4 por cento da população mundial. No mesmo ano, o KNOMAD estimou que os migrantes internacionais enviaram 601 bilhões de dólares em remessas através de canais formais. USD 441 bilhões de dólares foram enviados a países em desenvolvimento. Os principais destinatários do fluxo monetário foram à Índia, a China, o México, as Filipinas e a França. Em muitos países de origem, as remessas constituíram uma parte importante do seu PIB. No Tajiquistão, Quirguistão, Nepal, Tonga e Moldova as remessas somaram entre 26 por cento e 42 por cento do seu PIB. Em 2015, as remessas globais foram três vezes maiores do que o valor destinado à assistência ao desenvolvimento (KNOMAD, 2016).

Remessas individuais compreendem somente um dos canais de contribuição dos migrantes ao desenvolvimento de seus países de origem. Existem ainda “remessas coletivas” que são as doações filantrópicas em dinheiro e em espécie enviadas pelos migrantes para as suas comunidades de origem. Além do mais, deve-se considerar o investimento econômico de trabalhadores estrangeiros, imigrantes e repatriados, ambos individualmente e coletivamente, que não são registrados como remessas. Outro canal de cooperação dos migrantes ao desenvolvimento é o intercâmbio de conhecimento por meio do qual as habilidades, as tecnologias e a especialização profissional adquiridas no exterior são transferidas aos países de origem. Finalmente, há exemplos de ajuda de cooperação internacional realizados através dos grupos de diáspora, como no caso de codesenvolvimento de práticas promovidas por alguns países de destino.

Em termos de desenvolvimento, todas estas contribuições de migrantes constituem um imenso potencial e subestimá-las seria um grande erro. Entretanto, de acordo com diferentes estudos recentes, o impacto de desenvolvimento da migração internacional em muitos países de origem parece ser ambivalente (Asis e Baggio 2008a, Castles, 2007, De Haas, 2008, Delgado Wise e Guarnizo, 2007, e García Zamora, 2009). O aproveitamento do potencial de desenvolvimento não é automático e os benefícios podem ser ofuscados pelos custos. Além disso, os ganhos e as perdas das migrações internacionais devem ser considerados não somente na esfera econômica. Benefícios e custos também são alcançados e retribuídos na esfera social e política.

O nexo Migração–Desenvolvimento: uma abordagem teórica

Fabio Baggio

Existem evidentes transformações positivas como consequência da migração internacional no campo econômico. Nos países de destino, os trabalhadores estrangeiros e os imigrantes constituem uma resposta efetiva aos desafios econômicos do seu inverno demográfico. Os migrantes aumentam a população ativa e contribuem substancialmente para apoiar o bem-estar social. Eles ocupam vagas de trabalho em setores que exigem mão de obra pouco e altamente qualificada, e contribuem frequentemente para reduzir os custos de trabalho. Devido à sua criatividade, zelo e entusiasmo, os migrantes colaboram para aumentar a competitividade local e internacional. Por meio de suas redes transnacionais, os trabalhadores estrangeiros e os imigrantes são eventualmente úteis para a expansão mercadológica através da exportação. Particularmente nas grandes cidades, as comunidades de migrantes impulsionam o crescimento econômico de alguns setores locais como habitação, alimentação, agências de viagens e comunicações.

Algumas transformações positivas na esfera econômica são evidentes também nos países de origem. A mão de obra de exportação tem contribuído para reduzir as taxas de desemprego e subemprego. As remessas dos migrantes ajudam os seus países de origem a lutar contra a inflação e a pagar dívidas externas. O imenso influxo de divisas induz efeitos benéficos. As remessas contribuem para aumentar o PIB e em alguns casos podem exercer resultados positivos nos índices de pobreza (Adams e Page, 2005). As remessas beneficiam a economia doméstica dos migrantes aumentando o seu poder de compra particularmente para as necessidades básicas. Em alguns casos, as remessas e poupanças são usadas para investimentos em geração de renda. Em algumas comunidades locais se notam os efeitos multiplicadores benéficos. As doações filantrópicas e outras injeções de capital oriundas da diáspora, realizadas espontaneamente ou através de canais organizados, promovem o desenvolvimento das comunidades de origem (Levitt, 2001, Orozco, 2007 e Asis e Baggio, 2008b).

Como mencionado anteriormente, os países de destino se beneficiam da migração internacional porque, dentre outras razões, ela ajuda a lidar com os desafios demográficos como o envelhecimento da população. A presença de comunidades migrantes podem também enriquecer a composição cultural dos países de destino. De uma perspectiva mais ampla, a coexistência de culturas diferentes, línguas e tradições constituem uma oportunidade única de troca cultural (GCIM, 2005). Onde oportunidades são oferecidas, os migrantes podem experimentar a mobilidade social. O emprego de trabalhadores es-

trangeiros altamente qualificados para o seu trabalho geralmente melhora a qualidade dos serviços. Em muitos países de destino, os migrantes preenchem a escassez de mão de obra que permite às sociedades de destino responder efetivamente às necessidades de cuidados de crianças, idosos e doentes.

Países de origem também têm ganhos sociais com a migração internacional. Graças ao progresso de muitos trabalhadores, as pressões sociais devido ao desemprego são diminuídas. A aquisição de novas habilidades por parte dos migrantes e a qualidade da educação oferecida aos seus filhos que permaneceram em seu país de origem facilitam o aumento do capital humano da população no país de origem. Devido ao seu maior poder de compra, as famílias dos migrantes usam menos os serviços de assistência social estatal, aliviando assim a demanda por tais serviços. Níveis crescentes de migração feminina no plano mundial iniciou uma nova dinâmica de gênero, promovendo a renegociação de papéis tradicionais (Smits, 2003, Kadioglu, 1994 e Peleah, 2008). Famílias transnacionais encontraram meios de lidar com a separação, gerando novos formatos familiares (ECMI/AOS-Manila, SMC e OWWA, 2004).

A migração internacional também produz mudanças políticas positivas nos países de destino. As manifestações de xenofobia e racismo, que estão crescendo em muitos países que recebem migrantes, representam um ressurgimento preocupante de medos antigos. Apesar de reconsiderarem e reafirmarem os ideais democráticos para além da cidadania. O planejamento e a implementação de programas de integração e de inclusão social para imigrantes costumavam favorecer a população local. A presença crescente de filhos de migrantes em escolas compele as autoridades locais a rever e a repensar programas tradicionais de educação incorporando as trocas interculturais (Adams e Kirova, 2006). A chegada de um número significativo de trabalhadores migrantes representa uma oportunidade para os sindicatos tradicionais revitalizarem e “globalizarem” o seu trabalho de mediação (Taran e Demaret, 2006). As questões dos direitos humanos e de gênero levantadas pela presença de trabalhadores estrangeiros e imigrantes têm sido a causa principal de muitas ONGs locais que oferecem novos caminhos de diálogos entre os grupos da sociedade civil e os governos.

Os países de origem também parecem se beneficiar politicamente da migração internacional. Devido à diáspora, eles frequentemente se tornam importantes interlocutores nos países de destino, aumentando o seu prestígio internacional. A abstenção de voto representa uma nova forma de participação política

em muitos países de origem. Ao perceber a importância política da diáspora, os países de origem têm desenvolvido novos programas para os seus cidadãos no exterior. A participação política de migrantes é fomentada pela tecnologia moderna – milhares de web sites, chats e blogs reúnem opiniões, impressões e sugestões de cidadãos residindo no exterior. Em alguns casos, os migrantes e os repatriados se tornam políticos nos seus países de origem e até mesmo fundadores de novos partidos políticos (Pandita, n.d.).

A migração internacional, contudo, também envolve custos significativos em três esferas, particularmente nos países de origem. Com relação à dimensão econômica, muitos acadêmicos defendem que as remessas produzem impactos ambivalentes na economia doméstica dos migrantes. Em alguns casos, as remessas não parecem constituir uma “renda líquida” real e não são capazes de tirar as famílias de migrantes da pobreza (Canales, 2008 Carling, 2006 e García Zamora, 2009). Em alguns países de origem, como as Filipinas, as remessas parecem ter contribuído para aumentar a desigualdade na economia doméstica. Os efeitos multiplicadores que se esperava não são evidentes. O influxo de divisas tem beneficiado somente as comunidades de origem dos migrantes, aumentando a disparidade entre regiões/províncias no mesmo país (Baggio, 2009). A adoção de políticas para a mão de obra exportadora tem aumentado a dependência das economias nacionais dos países de origem de remessas e economias estrangeiras. No nível micro, a economia doméstica dos migrantes tem se tornado cada vez mais dependente de divisas e em alguns casos tal dependência atinge as famílias estendidas. O estabelecimento de uma indústria de migração muito lucrativa (agências de recrutamento, despachantes, consultores de migração e agências de viagens) aumentou os custos econômicos da migração. Os que aspiram migrar são frequentemente compelidos a recorrer a empréstimos para realizar os seus sonhos e grande parte de suas remessas são usadas para pagar as suas dívidas. Para muitos deles a migração circular se tornou um círculo vicioso.

Na esfera social, ainda é necessária uma avaliação global dos custos da migração internacional para as sociedades de origem. Alguns estudos preliminares focando a migração temporária destacaram a vulnerabilidade das famílias transnacionais (Scotland, 2006, Uhn, 2005 e Weiss, 2009). A renegociação dos tradicionais papéis de gênero mencionada acima é um fenômeno positivo na realidade, mas em alguns casos persistem opiniões sobre os efeitos negativos no cuidado de crianças (Carandang, Sison, e Carandang, 2007). Os efeitos negativos de longo prazo relacionados à ausência parental sobre os filhos que permaneceram no país de origem

são difíceis de avaliar, particularmente na esfera emocional. No futuro, a dinâmica das cadeias de migração levantará o problema dos idosos que permaneceram no país de origem, cujo cuidado em muitos países de origem é tradicionalmente responsabilidade dos parentes mais jovens. A convicção que o mercado global é a única chance de sucesso pessoal e profissional faz com que muitos decidam migrar (Asis, 2006). Esta cultura de migração está propensa a produzir efeitos negativos no desenvolvimento nacional.

A migração internacional também implica em custos políticos. A adoção de mão de obra de exportação como estratégia de desenvolvimento pode prevenir governos de planejar e de implementar políticas para o desenvolvimento local sustentável. Muitos países com mão de obra de exportação massiva não podem proteger e assistir adequadamente muitos de seus cidadãos trabalhando no exterior. O crescente número de países que contam com uma disponibilidade massiva de trabalhadores também gerou forte concorrência na "promoção" de seus cidadãos, o que pode prejudicar os direitos civis e trabalhistas (Baggio, 2007). Em alguns países de origem, políticas recentes objetivando disponibilizar migrantes qualificados resultaram num êxodo preocupante de profissionais, levando à fuga de cérebros. Em alguns casos, as políticas educacionais (ou por definição, as práticas educacionais) dos países de origem são formuladas pelas demandas dos mercados de trabalho globais ao invés das necessidades locais. Na minha opinião, a percepção de que os seus países de origem estão "os obrigando a ir embora" tem sérias consequências sobre a confiança dos migrantes em relação às suas instituições e ao seu interesse de cooperar com o desenvolvimento nacional.

As considerações acima sugerem que a migração internacional tem um impacto ambivalente no desenvolvimento dos países envolvidos. Também é sugerido que os benefícios do nexu migração-desenvolvimento são geralmente compartilhados entre os países de origem e de destino, enquanto que os custos são assumidos principalmente pelos países de origem. As políticas e os programas objetivando o aumento dos benefícios e a redução dos custos podem ajudar a superar tais obstáculos, mas eles não devem ser gerenciados por um viés instrumentalista da relação entre migração e desenvolvimento.

Em muitos casos, as políticas de imigração e emigração parecem atender mais aos interesses econômicos - e unilaterais - do que aos princípios éticos e humanistas. Os benefícios que resultam de abusos, exploração e discriminação são questionáveis. Além disso, os interesses dos países destinatários e de origem ge-

almente não coincidem, e esta falta de correspondência tem implicações negativas sobre a efetividade e a consistência da política de migração e dos diálogos regionais. No que diz respeito à migração internacional, devido à assimetria do direito de migrar, os países de destino têm o poder de ditar as regras do jogo.

De uma perspectiva ética, há uma inconsistência evidente entre o princípio de não-discriminação entre os seres humanos, que foi ratificado por 178 países (GCIM, 2005), e as atuais políticas e práticas de migração de muitos países. Tais políticas e práticas são frequentemente inconsistentes com outros princípios adotados através de convenções internacionais assinadas e ratificadas, e de constituições, legislações e leis de trabalho nacionais (Baggio, 2007).

De acordo com o autor, o debate sobre o nexu migração-desenvolvimento deve incluir o princípio da corresponsabilidade no desenvolvimento de toda a comunidade humana. Fundamentada no destino universal dos bens da terra, este princípio apela aos países a ir além do conceito de soberania nacional, reconhecendo o direito de todos a ter acesso a recursos onde se encontram. Além disso, o mesmo princípio dissolve o mito da “generosidade” na cooperação internacional difundida pelos países industrializados, lembrando àqueles que têm mais recursos o dever de compartilhar.

Outro princípio ético que deve ser considerado no debate sobre a relação entre migração e desenvolvimento é o princípio de subsidiariedade. Baseado no respeito pela autonomia das comunidades e instituições locais, este princípio deve ser considerado nas iniciativas de cooperação internacional empreendidas pelos países de destino – em outras palavras, a promoção do desenvolvimento sustentável deve respeitar a história e a cultura local (desenvolvimento “incurtado”).

A inclusão do princípio da democracia na discussão do nexu migração-desenvolvimento também é crucial. De acordo com este princípio, o debate para a elaboração de políticas e programas de migração deve incluir todas as partes através de seus representantes legítimos.

Finalmente, nenhuma proposta política pode negligenciar a centralidade do ser humano entendido na sua dimensão individual e coletiva. A clara identificação dos principais beneficiários das políticas e programas de migração reafirma a inviolabilidade dos direitos humanos para além de vistos e passaportes. A defesa e a promoção da dignidade humana não podem ser prejudicadas por interesses econômicos e de segurança.

BIBLIOGRAFIA

- Adams LD and Kirova A (eds) (2006) *Global Migration and Education*. Mahwah NJ: Lawrence Erlbaum Associates
- Adams RH and Page J (2005) The Impact of International Migration and Remittances on Poverty. In: Maimbo SM and Ratha D (eds) *Remittances. Development Impact and Future Prospects*. Washington, DC: World Bank, pp. 277-306
- Asis MMB (2006) The Philippines' Culture of Migration. Available at: <http://www.migrationpolicy.org/article/philippines-culture-migration> (accessed on 10 March 2016)
- Asis MMB and Baggio F (eds) (2008a) *Moving Out, Back and Up*. Quezon City: Scalabrini Migration Center
- Asis MMB and Baggio F (2008b) Global Workers, Local Philanthropists, in Van Naerssen T, Spaan E and Zoomers A (eds). *Global Migration and Development*. New York: Routledge
- Baggio F (2009) *Enhancing the Benefits and Reducing the Costs of Outward Migration: Experiences and Perspectives from the Philippines*. Bangkok: International Labour Organization
- Baggio F (2007) Migrants on Sale in East and Southeast Asia: An Urgent Call for the Ethicization of Migration Policies. In: Caloz-Tschopp M-C and Dasen P. (eds), *Mondialisation, migration et droits de l'homme: un nouveau paradigme pour la recherche et la citoyenneté. Globalization, migration and human rights: a new paradigm for research and citizenship*. Vol. I. Bruxelles: Bruylant
- Canales A (2008) Remesas y desarrollo en América Latina. Una relación en busca de teoría. *Migración y desarrollo*, 4(11): 5-30
- Carandang MLA, Sison BA and Carandang C (2007) *Nawala ang ilaw ng Tahanan. Families Left Behind By Filipino Mothers*. Pasig City: Anvil Publishing
- Carling J (2006) Interrogar a la remesas: preguntas centrales para reflexiones más profundas y políticas más adecuadas. In Castle S and Delgado Wise R (eds) *Migración e desarrollo: perspectiva desde el sur*. Zacatecas: Universidad Autónoma de Zacatecas, pp. 51-73

O nexu Migração–Desenvolvimento: uma abordagem teórica

Fabio Baggio

- Castles S (2007) *Comparing the Experience of Five Major Emigration Countries*. International Migration Institute Working Paper No. 7. Oxford: University of Oxford
- De Haas H (2008) *Migration and development. A theoretical perspective*. International Migration Institute Working Paper No. 9. Oxford: University of Oxford.
- Delgado Wise R and Guarnizo LE (2007) Migration and Development: Lessons from the Mexican Experience. Available at: <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.Cfm?id=581> (accessed on 10 March 2016)
- ECMI/AOS-Manila, SMC and OWWA (2004) *Hearts Apart: Migration in the Eyes of Filipino Children*. Quezon City: Scalabrini Migration Center
- García Zamora R (2009) *Desarrollo económico y migración internacional: los desafíos de las políticas públicas en México*. Zacatecas: Colección Ángel Migrante
- Global Commission for International Migration – GCIM (2005) Migration in an Interconnected World New Directions for Action. Available at: <http://www.queensu.ca/samp/migrationresources/reports/gcim-complete-report-2005.pdf> (accessed on 10 March 2016)
- Global Commission for International Migration – GCIM (2003) The Mandate. Available at: https://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/policy_and_research/gcim/GCIM_Mandate.pdf (accessed on 10 March 2016)
- Global Knowledge Partnership on Migration and Development (KNOMAD) (2016) *Migration and Remittances Factbook 2016: Third Edition*. Washington: Work Bank Group
- Kadioglu A (1994) The impact of migration on gender roles: findings of field research in Turkey. *International Migration*, 32(4): 533-60
- Levitt P (2001) *The Transnational Villagers*. Los Angeles, CA: University of California Press
- Orozco M (2007) Central American Diasporas and Hometown Associations. In: Merz B, Chen L and Geithner P (eds) *Diasporas and Development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, pp. 215-253
- Pandita R (n.d.) Kashmiri Pandits launch their own political party. Available at: <http://www.merineews.com/catFull.jsp?articleID=145238> (accessed on 10 March 2016)

O nexo Migração–Desenvolvimento: uma abordagem teórica

Fabio Baggio

Peleah M (2008) The Impact of Migration on Gender Roles in Moldova. *Development and Transition* (8): 14-17

Scotland STC (2006) Caribbean Transnational Childhood: The Children Left Behind by Migration. Available at: http://www.unicef.org/easterncaribbean/Impact_of_Migration_Paper.pdf (accessed on 10 March 2016)

Smits J (2003) Changing Gender Roles, Shifting Power Balance and Long-distance Migration of Couples. *Urban Studies* 40(3): 603-613

Taran PA and Demaret L (2006) Action Imperatives for Trade Unions and Civil Society. *Asian and Pacific Migration Journal* 15(3): 391-403

Uhn C. (2005) The Encroachment of Globalization into Intimate Life: The Flexible Korean Family in 'Economic Crisis. *Korea Journal* 45(3): 8-35

UN General Assembly (2013) Declaration of the High-level Dialogue on International Migration and Development. Available at: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/68/L.5 (accessed on 9 March 2016)

Weiss A (2009) Transnational Families in Crisis: An Analysis of the Domestic Violence Rule in E.U. Free Movement Law. *Michigan Journal of International Law* 30(3): 841-880

O Nexo Migração–Desenvolvimento em Gana: Evidências e Realidade nas Ciências Humanas e Sociais

DELALI MARGARET BADASU

A questão da migração, particularmente da migração interna, talvez seja o assunto mais complexo mas também promissor na contribuição para o desenvolvimento no século XXI. O tema tem, portanto, recebido crescente atenção pública mundial. A atenção de gestores e especialistas em desenvolvimento, particularmente, no setor público e em organismos internacionais tem considerado a migração no planejamento de desenvolvimento já que o seu impacto pode inviabilizar planos de desenvolvimento que buscam melhorar o bem-estar das pessoas (Badasu and Michel, 2016). Além do mais, a migração tem impactado processos políticos, econômicos e sociais em muitos países. Ela também é delineada por processos tecnológicos, políticos, religiosos, sociais e econômicos que são intrinsecamente ligados com a segurança e outras condições socioeconômicas que determinam os fluxos dos movimentos migratórios.

Além do mais, muitos países são cada vez mais influenciados pela migração tendo sido ou se tornado países de origem, destino e trânsito para migrantes internacionais. Desde que estatísticas passaram a ser disponibilizadas, o volume de migrantes internacionais continua crescendo já tendo atingido em torno de 3% da população mundial. Ela alcançou 244 milhões no mundo em 2015, o que representa um aumento de 71 milhões, ou 41% desde os 175 milhões do ano 2000 (United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2015:1). Nos países africanos como atualmente em Gana, a migração tem sido um meio de escapar de condições econômicas duras e buscar “pastos mais verdes” em outros lugares dentro ou fora da África.

O Nexo Migração–Desenvolvimento em Gana

Delali Margaret Badasu

Contudo, em muitos países africanos, incluindo Gana, a migração não é um novo processo demográfico, mas tem sido por muito tempo uma estratégia de sobrevivência por meio da qual os indivíduos, as famílias e até mesmo comunidades inteiras, escapam de condições de vida adversas ou alcançam melhores oportunidades em outros lugares. Nesse sentido, Adepoju (2005: 24) observou que:

A migração é historicamente um modo de vida na sub-região [África Ocidental], e o Oeste Africano sempre exibiu uma alta tendência a migrar. Ao longo das gerações, as pessoas migraram em resposta a fatores demográficos, econômicos, políticos e outras causas: pressão demográfica, desastres ambientais, más condições econômicas, conflitos e, recentemente, os efeitos de programas de ajuste macroeconômico.

Espera-se que os resultados da migração sejam positivos já que os migrantes (mesmo aqueles que fogem de perseguição ou perigos de todos os tipos para qualquer lugar) buscam um local e condições ou padrões de vida melhores ou mais seguros. Isso está implícito na maioria das teorias e conceitualizações sobre migração e também é evidente em resultados de investigação sobre migração nas ciências humanas e sociais. Mas a realidade acerca dos impactos da migração no desenvolvimento ou sua relação com ele indicam que pode ser positivo ou negativo, ou ambos, dependendo dos contextos (econômico, social, político, entre outros) dentro dos quais os processos de migração têm lugar. Além disso, a resposta de um país para a migração e como ele o administra é o que determina os benefícios e as consequências que se obtêm a partir dele (Barjaba and Barjaba 2015; Hermele, 2015; International Organization for Migration, 2009; Rusell, 2003). Os impactos positivos do desenvolvimento na migração não têm sido, e não se espera que sejam automáticos para qualquer população que tenha a migração como uma das principais características de seus processos. Os benefícios da diáspora e daqueles que voltaram para casa são alcançados ao se desenvolver e programar políticas que vinculam migração e desenvolvimento (Barjaba and Barjaba, 2015).

Apesar da contribuição da migração para processos econômicos, demográficos e outros, e vice-versa, bem como o seu impacto sobre os indivíduos, as famílias e as comunidades de origem e destino de migrantes, ela tem sido negligenciada no planejamento do desenvolvimento em muitos países, mesmo em alguns países que experimentam a migração. Em nível internacional, a migração também não foi incorporada aos Objetivos de Desenvolvimento

do Milênio (ODM) que foram estipulados em 2000 na sessão especial das Nações Unidas popularmente conhecida como a Cúpula do Milênio. Consequentemente, a migração foi excluída dos ODMs quando serviu como a estrutura de desenvolvimento para a comunidade global de 2000 a 2015 (UNDP, 2000). A migração é incluída agora nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) que foram adotados para a era pós-ODMs, na sequência de um reconhecimento crescente do papel da migração no planejamento e prática de desenvolvimento. A tendência de considerar a migração como parte dos planos de desenvolvimento ou elaborar os dois temas em conjunto deve ser apoiada já que organizações internacionais e governos começam a aceitar que os dois assuntos são inseparáveis. Deve-se notar, no entanto, que a opinião pública, a apreensão e as questões de segurança relacionadas com a migração que emergiram nos últimos anos continuam a influenciar a atitude de alguns governos e sociedades no que tange a migração (Tallmeister, 2013).

Movimentos migratórios e de refugiados também têm sido objeto da política internacional, envolvendo a atenção dos ministérios-chave, tais como os de defesa, segurança interna e relações exteriores (Stivachtis, 2008; Weiner, 1992). Os recentes fluxos de migração, especialmente o de refugiados no Oriente Médio e na África indicam que a migração exige maior atenção, não só dos governos, dos blocos regionais e dos países individuais, mas também de muitos atores, uma vez que o processo de migração se tornou um fenômeno complexo (United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2015). Rudolph (2003) observa acertadamente que a migração e a resposta do Estado repousam sobre os interesses geopolíticos, a produção material e a segurança interna.

Hoje, apesar dos problemas de segurança que complicam a migração, a ligação entre migração e desenvolvimento se tornou proeminente na agenda de desenvolvimento internacional. Países que lutam para sair da miséria ou alcançar o progresso econômico têm considerado a migração e os migrantes como agentes de crescimento (Russell 2003). No mundo em desenvolvimento, se tornou claro para muitos governos que grandes somas de remessas dos migrantes atualmente são maiores do que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento e, até mesmo, tem sido resilientes em tempos de crise financeira. Além disso, as remessas de migrantes no exterior constituem cerca de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) (Hermele, 2015: 3). A proliferação de literatura sobre migração e as suas evidências sugerem que a relação entre o tema da migração e do desenvolvimento não podem ser negligenciados ou marginalizados nas idéias e na prática de desenvolvimento.

Este artigo examina as evidências e a realidade da relação entre migração e desenvolvimento em Gana a partir da abordagem das ciências humanas e sociais. O artigo é dividido em quatro seções. A introdução é a primeira e é seguida por uma revisão dos aspectos teóricos e conceituais relevantes do nexa migração-desenvolvimento. A terceira seção é a análise da relação entre migração e desenvolvimento em Gana e é seguido pela conclusão.

O nexa Migração–Desenvolvimento: O Debate e a Evidência

Apesar do crescente interesse da academia e de políticos sobre migração e a proliferação de estudos e literatura sobre o assunto, este não é correspondido com o desenvolvimento de teorias sobre migração e conceitualização do fenômeno. Isto é observado por King (2012), que apontou que a teorização sobre migração tem sido menos comum em comparação com a expansão da literatura sobre o assunto. Em sua explicação sobre essa situação, ele observou que a diversificação dos tipos de migração impede a sua teorização. King ainda enfatiza que os desafios futuros da teorização sobre migração reside na necessidade de incorporar a explicação sobre a migração dentro de processos globais de transformações políticas e sociais, bem como as experiências dos migrantes às quais ele denomina “biografias de vida dos migrantes”. Ele também acredita que porque as pessoas não migram também deve fazer parte do processo de teorização acerca da migração e da compreensão do tema.

Na ausência de teorias que são rigorosamente desenvolvidas e capazes de explicar os diversos movimentos de hoje, os pesquisadores da área de humanas e os cientistas sociais não deixaram de debater teorias existentes e novas sobre migração. A relação entre migração e desenvolvimento, por exemplo, tem sido debatida pela academia e até mesmo pelos políticos e profissionais ao longo de várias décadas. De Haas (2010:1), ao descrever o debate observou:

O debate sobre migração e desenvolvimento tem oscilado como um pêndulo, do otimismo desenvolvimentista nos anos 1950 e 1960, ao pessimismo neo-marxista ao longo dos anos 1970 e 1980, em direção a visões com maiores nuances e mais pluralistas na década de 1990.

De Haas entende o debate acerca do nexa migração-desenvolvimento como parte das mudanças mais gerais de paradigma na teoria social e de desenvolvimento. Com as mudanças surgem visões pessimistas e otimistas sobre a relação

entre migração e desenvolvimento. Em sua contribuição para o debate, De Haas integrou algumas teorias de outras disciplinas no tema migração-desenvolvimento: a nova economia da migração de trabalho, perspectivas de meios de vida em estudos de desenvolvimento e perspectivas transnacionais em estudos de migração. Como ele acertadamente observou, essas teorias compartilham algumas semelhanças conceituais mesmo que isto ainda não seja reconhecido. O que é óbvio sobre a contribuição De Haas no debate é a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para a compreensão da relação entre migração e desenvolvimento. A migração é um fenômeno multifacetado e deve, como tal, ser explicada por noções ou pontos de vista de várias disciplinas. A perspectiva transnacional é, em grande medida, uma expressão social da interação dos imigrantes com os espaços políticos, econômicos e sociais que os ligam à sua origem e áreas de destino. Mas nesses espaços estão funcionando estratégias de subsistência que dependem das redes que elas têm. Há um ponto importante na nova economia da migração laboral que apoia o fluxo de remessas das áreas de destino para as de origem: a contribuição das famílias na decisão de migrar e o apoio financeiro para os migrantes. O debate do nexa migração-desenvolvimento deve se tornar mais claro e convincente com o reconhecimento das múltiplas perspectivas que podem ser incorporadas no âmbito da migração. O estudo de Smiths (2007) sobre a contribuição dos ganeses na Holanda estabelece nenhuma ênfase no papel das redes e na natureza transnacional destas influências. De Haas também salientou que rotular a contribuição dos migrantes para o desenvolvimento como auto-ajuda “a partir de baixo” ignora o papel vital dos Estados na definição das condições favoráveis que são indispensáveis para se computar os impactos positivos da migração. Ele considera que essa perspectiva é orientada por questões ideológicas e que ignora as restrições estruturais que afetam o impacto da migração sobre a migração.

Hermele (2015: 1) também apontou que “[...] estamos apenas no início de compreender plenamente o potencial da migração, os migrantes e os grupos da diáspora”. Ele explicou a contribuição fundamental da migração para o desenvolvimento global, notando que a percepção de que os imigrantes drenam recursos dos países de destino pode não se encaixar em tal ponto de vista. Hermele (2015:3), explicou ainda que os migrantes “dão” mais do que eles “obtem”, na medida em que pode ser considerado que a migração contribui para o processo de intercâmbio desigual que é capaz de aprofundar as grandes disparidades entre o Norte e o Sul global em termos de condições sociais, riqueza, poder e características gerais de desenvolvimento que os separam e são responsáveis para migração do Sul para o Norte global. Deve-se notar, no

entanto, que já que a maioria dos migrantes do mundo em desenvolvimento se move dentro da mesma região (United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2015; Adepoju, 2010), a discussão sobre a troca desigual e as lacunas entre as áreas de origem e de destino deve ocorrer para além das amplas regiões do norte global e sul global. Dentro da região sub-saariana africana a qual pertence Gana, por exemplo, há uma escassez de pesquisas sobre a imigração e os seus impactos econômicos e de desenvolvimento.

Além disso, a transferência de remessas, a principal forma por meio da qual os migrantes contribuem para o desenvolvimento dos seus países de origem, provavelmente colabora indiretamente para o processo de troca desigual entre os países de recebimento e de envio através do custo das transferências. Atualmente, o recebimento das remessas dos países em desenvolvimento excede a ajuda externa ao desenvolvimento em alguns países, incluindo Gana. Projeções disponibilizadas pelo Banco Mundial (2015) mostram que o fluxo de remessas para os países em desenvolvimento aumentará em 4% em 2016 e 2017. Mas o alto custo (embora algumas tendências de queda no custo foram observadas) de transferência das remessas reduz o benefício destas. Os custos de transferência variam conforme a região e dentro de cada região. No segundo trimestre de 2015, o custo médio para enviar USD 200 foi de 7,7%; este é 2% abaixo do nível do custo de transferência no primeiro trimestre de 2009 (The World Bank, 2015). Tal evidência sugere que os migrantes e os seus países de origem não obtêm o máximo benefício das remessas. Tais informações podem ser consideradas como parte dos fatores estruturais que afetam o impacto da migração no desenvolvimento.

O conceito de *triple win* (ganho triplo) de Hermele's (2015) introduz uma nova dimensão à análise da relação entre migração e desenvolvimento, embora o seu significado não seja novo. Ele examina o *triple win* da migração como contribuição aos: 1) próprios migrantes, 2) países de destino, e 3) famílias, sociedades e países de origem (Hermele, 2015). A implicação aqui é que a contribuição dos migrantes deve ser examinada com respeito a todos os três beneficiários a fim de determinar o saldo líquido. Caso seja a favor apenas do migrante ou do país de destino, a perda para o país de origem não pode ser descontada na relação entre migração e desenvolvimento. Os países de envio já contribuem no desenvolvimento das competências dos recursos humanos ou migrantes que se deslocam para procurar melhores oportunidades nos lugares de destino. Portanto, não se beneficiar dos migrantes é uma perda para eles.

Anteriormente, a origem e o destino dos migrantes eram considerados como entidades espaciais separadas dentro das quais a migração ocorre. Portanto, considerava-se que os migrantes não mantinham ligação com a sua origem após migrarem. O conceito transnacional e as redes sociais, embora não inteiramente novos, foram introduzidos no debate sobre os impactos da migração no desenvolvimento e a falha foi assim abordada desta perspectiva.

Migrantes/famílias transnacionais são migrantes que, basicamente, têm laços com ambas as áreas de origem e de destino. Migrantes transnacionais têm redes sociais que os ajudam a se engajar nos processos econômicos, sociais, culturais e políticos em espaços transnacionais (Badasu, 2012). A migração transnacional permite que migrantes tenham "... vários vínculos e interações ... para além das fronteiras dos Estados-nações"(Vertovec 1999: 447).

A globalização e o aumento da cooperação e dos vínculos entre os Estados e economias, novas e avançadas tecnologias de transporte e comunicação, permitem os contatos transnacionais de forma mais rápida e fácil para a manutenção de múltiplos laços entre os países de destino e origem. Um exemplo são os cuidados parentais. Tais são os contextos em que a migração ocorre dentro e entre os Estados contemporâneos e devem, portanto, ser incorporados no debate do nexu migração-desenvolvimento. Isso deve ser feito, especialmente, no que diz respeito aos custos e benefícios do processo de migração para o migrante individual e a sua família.

A este respeito, a compreensão dos processos dentro das redes sociais dos migrantes que reduzem o custo da migração é aprofundada por Mazzucato (2011). Ela introduziu o conceito de *reverse remittance* (remessa reversa) para explicar a interação entre os migrantes e as suas redes de origem. Mazzucato argumenta (e sustenta com os resultados de sua investigação sobre um estudo multi-situado com famílias transnacionais de Gana na Holanda) que as redes sociais são fontes de informação sobre os destinos, de apoio financeiro para viagens e de adaptação e de integração nas áreas de destino. As redes sociais dos migrantes também apóiam o migrante cuidando das crianças que permaneceram nos países de origem, supervisionando os seus negócios e bens, obtendo documentos para que o migrante possa regularizar o seu status, entre outros.

Geralmente, a necessidade de superar a compreensão limitada acerca do impacto da migração no desenvolvimento se dá devido a crescente atenção dada para outros aspectos. A perspectiva dos direitos humanos tem sido defendi-

O Nexu Migração–Desenvolvimento em Gana

Delali Margaret Badasu

da por Piper (2008). Ela argumenta que a abordagem baseada em direitos é necessária para o avanço da agenda política indispensável para promover as transformações para o benefício dos migrantes em áreas de pobreza, condições precárias de trabalho e exclusão social. Piper defende que a defesa ou conceituação dos direitos vá além do domínio jurídico e informe as políticas dos Estados ou da comunidade global. Na verdade políticas são indispensáveis para resolver qualquer problema social.

Contribuições ao debate do nexu migração-desenvolvimento não devem cessar em breve, pois na medida em que o processo de migração continua a se tornar cada vez mais complexo surgem novos argumentos. A heterogeneidade das perspectivas pode, apesar de tudo, demonstrar uma compreensão mais ampla desta relação. O nosso entendimento pode ser aprimorado se diferentes perspectivas se somarem às que existem.

As evidências dos impactos positivos no desenvolvimento nas zonas de origem e de destino dos migrantes não podem ser negadas. A atenção crescente que está sendo dada à migração internacional indica que alguns benefícios podem ser alcançados a partir da migração. De fato, alguns aspectos das políticas e conjunturas nacionais e internacionais também procuram abordar os impactos negativos da migração internacional sobre a economia dos países de origem e áreas de destino. A evidência e a realidade da relação entre migração e desenvolvimento em Gana será examinada na próxima seção.

O Nexu Migração–Desenvolvimento em Gana

Um número de fases caracteriza a emigração de Gana: pré-independência, pós-independência inicial, de 1970 ao início de 1980, final dos anos de 1980 ao início de 2000, o período que começa no início da década de 2000 até hoje. Os destinos da maioria dos emigrantes de Gana têm sido dentro da África, principalmente dentro da sub-região do Oeste Africano. Tal migração intra-regional tem sido o padrão em muitas outras partes do mundo (United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2015; IOM, 2009; Twum-Baah, 2005). Os imigrantes ganeses são encontrados em todos os continentes do mundo atualmente. Alguns países da Europa (Reino Unido, Alemanha, Holanda, Itália, Grécia e Espanha), os Estados Unidos da América e o Canadá têm sido os principais destinos. Cerca de duas décadas atrás, países asiáticos como a Arábia Saudita se tornaram atraentes para os migrantes ganeses. A China também

está se tornando um importante destino de migrantes ganeses em busca de alternativas (IOM, 2009; Twum-Baah, 2005). Contudo, imigrantes ganeses são encontrados em mais de 33 países em todo o mundo, de acordo com estimativas de 2008 do Ministério de Relações Exteriores (agora Ministério de Relações Exteriores e Integração Regional) citado em IOM (2009).

O número estimado de emigrantes ganeses varia entre um e 3 milhões. Rumores indicam que há um grande número de emigrantes ganeses sem documentos no estrangeiro. De acordo com os resultados do Censo de População e Habitação de 2010, havia uma população de 250.624 pessoas com mais de 15 anos residindo no exterior. A grande maioria (78,5%) dos emigrantes tinha idade entre 20 e 49 anos. Isto indica que o maior número dos emigrantes ganeses está em idade economicamente ativa em seus países de destino.

A migração transnacional caracteriza a experiência dos imigrantes de Gana (IOM, 2009; Addison, 2004). Mantendo os laços com as suas redes de contatos em Gana, eles mandam remessas e/ou estabelecem negócios para eles próprios. Ainda foi observado que a migração de retorno também resulta em investimentos (Kyei, 2013).

Geralmente, as transferências monetárias têm sido os principais indicadores de contribuição econômica da migração para a economia de Gana. Os migrantes também transferem recursos não-monetários, tais como habilidades e qualificação profissional para o país.

Várias fontes informam que as remessas têm contribuído para o fluxo de capital na economia de Gana. O trabalho de Addison (2004) comparou as remessas com fontes externas de apoio financeiro para o desenvolvimento. Ele comprovou que as transferências de remessas privadas são muito maiores e mais estáveis do que a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e do Investimento Estrangeiro Direto (IED) durante o período de 1990 a 2003. Ele observou ainda que, em comparação com o PIB e receitas de exportação, as remessas têm aumentado desproporcionalmente. Referindo-se à subestimação das remessas ele ressaltou que:

Com base em nossas estimativas os valores apresentados podem representar apenas cerca de metade do total real. Há remessas através de canais informais e não registradas que tornam impossível medir a quantidade precisa (Addison, 2004: 6).

Serviços de transferência de dinheiro são oferecidos por bancos e institui-

O Nexo Migração-Desenvolvimento em Gana

Delali Margaret Badasu

ções não financeiras. Suas atividades podem ser computadas mas outras não. Conseqüentemente: O fato de que as remessas são transmitidas através de diferentes canais torna difícil contabilizar o valor total nas estatísticas de pagamentos do país receptor, o qual tende a subestimar o fluxo real das remessas. O problema torna difícil chegar a conclusões consistentes sobre o papel das remessas na economia.

As primeiras estatísticas sobre as remessas são apresentados na Tabela 1. O valor das remessas, em média, cresceu entre 1990 e 2003. As flutuações podem ser explicadas por uma série de fatores, incluindo o uso de canais informais de transferências financeiras.

Estatísticas recentes mostram também que o nível de remessas aumentou cerca de US\$ 2 bilhões em 2008 para US\$ 4,9 bilhões em 2015, quase duas vezes e meia.

Tabela 1. Privado, Oficial e Total de Transferências Unilaterais (milhões de dólares)

Ano	Oficial	Privado	Total
1990	208.6	201.9	410.5
1991	202.4	219.5	421.9
1992	215.3	254.9	470.2
1993	256.2	261.2	517.4
1994	200.8	271.0	471.8
1995	260.0	263.2	523.2
1996	215.6	283.2	497.9
1997	169.7	406.8	576.5
1998	290.5	460.5	751.0
1999	158.0	479.0	637.9
2000	143.1	506.2	649.3
2001	216.1	717.3	978.5
2002	232.4	680.0	912.4
2003	391.2	1,017.2	1,408.4*

* Provisório

Fonte: Bank of Ghana BOP office

Tabela 2. Fluxo de Remessas para Gana, 2008 - 2015 (milhões de dólares)

Ano	Quantidade
2008	1,970.4
2009	1,788.4
2010	2,122.7
2011	2,368.8
2012	2,155.5
2013	1,864.0
2014	2,007.8
2015	4,982.4

Fonte: Bank of Ghana, 2016

Gana depende em grande parte de importações de bens de consumo e outros bens. O acesso de importadores à moeda estrangeira é incentivado pela entrada de remessas do exterior. Portanto, as transferências monetárias fornecem divisas e também mantêm os comerciantes e os trabalhadores no mundo dos negócios. Outros efeitos multiplicadores das remessas incluem o investimento das remessas em negócios, propriedades, entre outros gastos.

No âmbito familiar, as remessas são gastas principalmente com educação e saúde. Estas duas áreas são indicadores de desenvolvimento humano. Com o tempo, o investimento na saúde e na educação contribui indiretamente para o desenvolvimento econômico.

Através de viagens temporárias, os migrantes transnacionais injetam dinheiro na economia ao permanecerem no país para férias, funerais e outros programas sociais (Asiedu, 2005). As visitas transnacionais resultam, então, em fluxos de caixa para a economia ganesa.

Contribuição Não-Monetária de Migrantes no Desenvolvimento

Os migrantes contribuem de outras formas no desenvolvimento de Gana. As evidências de sua contribuição são observadas principalmente na saúde, saneamento e educação. A contribuição dos migrantes nestas áreas assume várias formas e consiste em recursos materiais e serviços. Eles investem em infra-estrutura e doação de equipamentos para hospitais e materiais pedagógicos para escolas.

O Nexu Migração–Desenvolvimento em Gana

Delali Margaret Badasu

Transferências de remessas não-monetárias, incluindo habilidades, conhecimento e tecnologia, práticas culturais e comportamentos como a pontualidade são transferidos durante visitas e por suas atividades (étnicas e profissionais) associativas (Asiedu, 2005). O Centro de Cardiologia do Korle Teaching Hospital, um hospital universitário em Gana, resultou dos esforços de um migrante retornado.

Instalações, materiais e equipamentos doados são marcados e se tornam visíveis para as comunidades e outros organismos que se beneficiam deles.

Alguns emigrantes ganeses se envolvem na comercialização de *commodities* de Gana em suas áreas de destino. O Ghana Export Promotion Council promove a exportação de *commodities* ganesas através da colaboração com a diáspora ganesa que serve como representante comercial dos produtos nos países de destino.

Os migrantes residentes no exterior ou retornados investem em Gana. Unidades de saúde e restaurantes em grandes cidades são construídas por migrantes retornados. Eles oferecem oportunidades de emprego para os ganeses residentes no país. Quando os migrantes voltam e se reintegram no país, eles trazem consigo habilidades adquiridas no exterior para servir o país. A circulação de competências se torna, então, um benefício para Gana em longo prazo.

Várias áreas são citadas como tendo impactos negativos da migração, apesar de não ter havido a análise de custo-benefício sobre elas. Os setores de saúde e educação sofreram perda de mão de obra qualificada na história da migração de Gana. Os trabalhadores da saúde migraram em massa na década de 1990 e no início de 2000 para a Europa e os Estados Unidos da América. Hospitais, como o Korle Bu Teaching Hospital, tiveram insuficiência de pessoal para executar o serviço de saúde. Os resultados de um estudo de Quartey and Kwakye (2009) mostram que a migração de enfermeiros tem benefício privado positivo. No entanto, os custos sociais, como a mortalidade nas unidades de saúde, não são facilmente avaliadas uma vez que não há uma avaliação em termos monetários. Além disso, as remessas enviadas para os migrantes também devem ser levadas em conta na análise de custo-benefício. O argumento de Hermele (2015) de que o benefício da migração deve beneficiar os migrantes, a família na origem e no destino será adequado para tal análise de custo-benefício.

O governo respondeu com alguma melhoria nas condições de trabalho e remuneração. Uma faculdade foi construída para médicos e cirurgiões para re-

duzir a formação no exterior que também contribui para a permanência no estrangeiro após a conclusão dos estudos. Mesmo que estes esforços tenham obtido resultados positivos, a migração na saúde não cessou completamente.

O governo adotou outras políticas para atrair investimentos da diáspora ganesa em Gana, para que esta contribua de outras formas para o desenvolvimento do país e, possivelmente, responda à fuga de cérebros que o país sofreu.

Questões de direitos humanos têm sido parte dos esforços por parte dos vários governos para chegar aos ganeses residentes no exterior e, assim, aumentar as oportunidades de investir em Gana. A adoção da Política Nacional de Migração de Gana em abril de 2016 é o acúmulo de vários esforços que visam a gestão da migração no país.

Conclusão e Implicações Políticas

A relação entre migração e desenvolvimento tem sido debatida por várias décadas. Os recentes debates sobre o assunto indicam uma melhoria na análise da relação, com uma compreensão mais clara da situação. A abordagem de De Haas de integrar outras teorias no debate é um passo acertado. Uma compreensão mais clara e aprofundada ainda pode ser alcançada. Mas há abundante evidência sobre os impactos da migração no desenvolvimento.

Em Gana, a entrada de remessas estrangeiras tem sido um dos impactos positivos da migração no desenvolvimento do país. Contribuições não-monetárias dos migrantes para a economia também foram registradas. No entanto, a análise de custo-benefício será necessária para descobrir o real impacto da migração no desenvolvimento do país. Provavelmente, o argumento do *triple win* de Hermele (2015) é melhor do que as demais abordagens para verificar se a relação entre migração e desenvolvimento é positiva ou não.

O Nexo Migração–Desenvolvimento em Gana

Delali Margaret Badasu

BIBLIOGRAFIA

- Badasu D and Michel S (2016) On a Collision Course: Millennium Development and Mother's Migration. In Meghani Z (ed.) *Women Migrant workers: Ethical, Political and Legal Problems*. New York: Routledge.
- Barjaba K and Barjaba J (2015) *Embracing Emigration: The Migration-Development Nexus in Albania*. Washington: Migration Policy Institute.
- Berriane M and de Haas H (eds.) (2012) *African Migrations Research: Innovative Methods and Methodologies*. New Jersey: African World Press.
- Chrouchi N (2002). Migration and Security: Some Key Linkages. *Journal of International Affairs* 56 (1): 97- 122.
- Dzorgbo DB (2001) *Ghana in Search of Development: The challenge of Governance, Economic Management and Institution Building*. Aldershot: Ashgate.
- Faist T. (2008) Migrants as transnational development agents: an inquiry into the newest round of the migration-development nexus. *Population, Space and Place* 14: 21-42.
- International Organization for Migration (IOM) (2009) *Migration in Ghana: Country Profile 2009*. Geneva: IOM.
- King R (2012) *Theories and Typologies of Migration: An Overview and a Primer*. Malmö: Malmö University.
- Osili UO (2012). Understanding Migrants' Remittances: Evidence from the US-Nigeria Migration Survey. In Berriane M and Hein de Haas H (eds.) *African Migrations Research: Innovative Methods and Methodologies*. Trenton, NJ: Africa World Press: 78- 89.
- Piper N (2008) The "Migration-Development Nexus" Revisited from a Rights Perspective, *Journal of Human Rights* 7 (3): 282-298.
- Quartey P and Kwakye E (2009) The Net Benefit of Migration: The Case of Migrant Nurses from Ghana to the United Kingdom. *Ghana Social Science Journal*, 1-2 (5/6): 62-83.
- Rusell SS (2003) Migration and Development: Reframing the International Policy Agenda. Available at <http://www.migrationpolicy.org/article/migration-and-development>

reframing-international-policy-agenda(Accessedon 20 September 2016).

Solomon, MK(nd) *The Migration Development Nexus*. Geneva: ILO. Availableat https://www.unitar.org/ny/sites/unitar.org.ny/files/MKS_MD_nexus.pdf (Accessedon 20 September 2016).

Stivachtis, YA (2008). International Migration and the Politics of Identity and Security. *Journalof Humanities& Social Sciences*1(2): 1- 24.

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2015)*Population Facts No. 2015/4*. Availableat<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/> (Accessedon 20 September 2016).

Weiner M (1993) Security, Stability, and International Migration. *International Security*, 3 (17): 91-126.

Bem comum, Migração e Desenvolvimento: Reflexões Teológicas e Pastorais de uma Perspectiva Africana

DESTIN MOUENE NDZOROMBE

Amigração é um dos fenômenos que marcam o mundo de hoje. Diariamente, milhares de pessoas deixam seus países de origem para se estabelecer em outros lugares com o objetivo de partilhar o bem comum. É nesse sentido que a migração africana ocorre. Esse fenômeno levanta várias questões: O que é o bem comum? Qual é a relação entre o bem comum e a migração na África? A migração africana pode favorecer o continente? Que reflexões teológicas e pastorais podem ser delineadas a partir da realidade migratória africana? Nesta contribuição, pretendo responder a cada uma dessas perguntas.

O Bem Comum

O bem comum é um conceito que tem sofrido um desenvolvimento histórico significativo, desde a antiguidade grega, passando pela era moderna até hoje. De acordo com Tomás de Aquino, o bem comum é o bem de cada um e de todos. É superior aos indivíduos e à propriedade privada. É o fim de toda comunidade política. É um patrimônio comum em que todos os membros de uma dada sociedade encontram tudo o que precisam não somente para viver, mas também para viver bem (Tomás de Aquino, *Sententiae*, III, d. 35 q. 1 a. 3).

De acordo com esta definição, o bem comum é «[...] o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição» (Concílio Vaticano II, 1965: 26). Nesse contexto, o bem comum abrange os bens materiais de um indivíduo, as



Bem comum, Migração e Desenvolvimento

Destin Mouene Ndzorombe

PARTE I: Migração e Desenvolvimento

relações sociais e institucionais e as organizações capazes de assegurar o desenvolvimento humano e uma vida digna a todos os cidadãos. O bem comum refere-se necessariamente ao princípio do destino universal dos bens da terra. Isto implica que a distribuição do bem comum deve respeitar os princípios da solidariedade e da subsidiariedade.

Há alguns elementos da vida social africana que devem ser considerados quando o bem comum está em jogo: saúde, educação, emprego, acesso à água, acesso à eletricidade e segurança. O sistema de saúde na África em geral - e nos países da África subsaariana em particular - reflete um contexto de subdesenvolvimento geral em termos de instalações, equipamentos e informações. Em muitos países, o sistema de saúde continua a ser muito limitado e exclusivo no que tange os recursos médicos e laboratoriais estatais (Coulange, 2014). Como consequência, a maioria dos sistemas médicos africanos é incapaz de atender às necessidades dos pacientes. Além disso, a África tem a taxa de mortalidade infantil mais alta do mundo e é o continente mais afetado pelo HIV e pela AIDS - com 65% dos casos mundiais - e pela febre hemorrágica Ebola. (Mundy et al., 2000).

Semelhante à saúde, a educação é uma das principais “dores de cabeça” para os governos africanos. De fato, os sistemas de educação africanos sofrem de vários problemas incluindo instalações educacionais em mau estado de conservação, uma grande quantidade de alunos, a falta de professores em áreas rurais e orçamentos insignificantes alocados ao setor de educação. Consequentemente, é difícil atingir o objetivo mais básico do programa “Educação para Todos”, que foi delineado pela comunidade internacional em 2000 e defende o acesso universal ao ensino primário (Jeddou, 2011). Estes sistemas educacionais inadequados contribuem para o desemprego, particularmente dos 38 milhões de jovens no continente. De acordo com estimativas recentes, 60% dos desempregados no continente são jovens (EurActiv, 2015).

Além da crise na educação, o padrão de vida em muitas áreas está comprometido devido a acesso precário aos serviços. Por exemplo, a oferta de água potável é baixa especialmente em zonas rurais pobres da África e em assentamentos informais nas periferias das grandes cidades. Dados levantados recentemente apontam que 400 milhões de africanos não têm acesso à água potável (Agence France-Presse Abidjan, 2014). De maneira semelhante, enquanto a eletricidade é uma das condições necessárias ao desenvolvimento sustentável, o seu acesso continua muito escasso na África. Em 2014, estimou-se

que mais de 70% da população total da África – 700 milhões de pessoas – não tinha acesso à eletricidade (Muller, 2014).

A paz é o último dos elementos da vida social africana que deve ser considerado em relação ao bem comum. Nesse sentido, nos últimos cinco anos, dos catorze conflitos que emergiram no mundo, oito se deram na África (Costa do Marfim, República Centro-Africana, Líbia, Mali, Nigéria, República Democrática do Congo, Sudão do Sul e Burundi).

Assim, se pode dizer que na África o acesso ao bem comum é realmente um privilégio de poucos. É essa situação que leva à migração em massa.

Migrações na África

Em 2013, de acordo com estimativas da ONU, 30 milhões dos 232 milhões de migrantes internacionais estavam na África (Ban Ki-moon, 2013). Em 2011, a África-subsaariana registrou 21,8 milhões de migrantes, 2,5% da sua população total (World Bank, 2011a). Nos últimos anos, a migração interna envolveu milhões de pessoas na África, particularmente em termos de mobilidade da população rural para áreas urbanas, também conhecida como êxodo rural. Assim, o continente africano conta com o maior número de pessoas deslocadas internamente (PDI) no mundo. Em 2014, havia 11,4 milhões de PDIs na África: 4,5 milhões recentemente deslocadas e 3,7 milhões de refugiados, o que corresponde a 17% de aumento em relação ao ano anterior (UNHCR, 2014).

Baseado na discussão acima, é evidente que a maioria das migrações africanas são uma consequência da falta de acesso ao bem comum em termos de saúde, educação, emprego, necessidades básicas e segurança. Mas a migração produz algum impacto positivo no acesso ao bem comum?

O Nexo Migração-Desenvolvimento

Existe um debate corrente sobre o nexa entre migração e desenvolvimento, com posições muito diferentes em ambos os lados. Acredito que a migração tem um impacto positivo no desenvolvimento dos países de origem de três formas diferentes: as remessas internacionais, o retorno dos imigrantes à sua terra natal e as redes de diáspora.

Bem comum, Migração e Desenvolvimento

Destin Mouene Ndzorombe

As remessas enviadas pelos migrantes a seus países de origem são um claro exemplo do elo entre migração e desenvolvimento. As entradas de remessas na África quadruplicaram em 20 anos, de 1990 a 2010, atingindo US\$ 40 bilhões (2,6% do total do PIB africano). Em 2010, as transferências monetárias dos migrantes representaram a mais importante fonte de renda oriunda do exterior após o investimento estrangeiro direto (World Bank, 2011b). Mesmo que os efeitos destas transferências variem de país para país, há evidência de que eles podem contribuir para aliviar a pobreza das famílias dos migrantes, como no caso de Gana (World Bank, 2011a). Além do efeito direto sobre seus destinatários, as remessas são uma contribuição às comunidades locais. O dinheiro é geralmente gasto em bens e serviços e, então, usado para outras compras, resultando em uma cadeia de efeitos multiplicadores (Adams, 2006).

O regresso dos migrantes aos seus países de origem promove o desenvolvimento local. Na verdade, os migrantes que voltam para casa no auge da vida contribuem para o desenvolvimento de seus países ao compartilhar conhecimento e gerar renda. Um número crescente de estudos mostra que os jovens geralmente tomam iniciativas ao retornarem à sua terra natal, criam novas empresas explorando as competências e os recursos adquiridos no exterior e envolvendo trabalhadores locais (Gubert, 2005). Suas contribuições são também diferentes formas de capital social e humano.

Os migrantes podem contribuir para a economia de seu país mesmo sem retornar. Nesse sentido, as redes da diáspora são ferramentas de desenvolvimento extraordinariamente poderosas. Muitas vezes contribuem diretamente para o desenvolvimento dos países de origem, promovendo o comércio com os países de acolhimento e portando informação. As redes da diáspora reproduzem a vida social e econômica das comunidades locais através das fronteiras, conectando os migrantes a seus parentes em casa. Os membros da diáspora que procedem do mesmo local frequentemente se reúnem em associações ("hometown associations"), cujos objetivos são, entre outros, os investimentos nos países de origem e a assistência à integração (Enchautegui, 1993).

Implicações Teológicas na Realidade Africana

Embora existam várias reflexões bíblicas, eclesiológicas, morais e pastorais sobre temas relacionados à mobilidade humana, ainda não se desenvolveu uma "teologia da migração". No entanto, a reflexão teológica contemporânea

confere à migração o estatuto de “locus theologicus”. Isto significa que a mobilidade humana é um lugar social e eclesial de produção teológica. Além disso, na medida em que toda experiência humana contextualizada e histórica é “locus” de revelação divina, Deus também está se revelando no fenômeno de migração e nos migrantes (Campese, 2008). A mobilidade humana também é um “sinal dos tempos”, porque na sua significância histórico-pastoral, é um dos principais eventos e fenômenos dos nossos tempos, o qual pode ser corretamente chamado de “idade da migração” (Castle e Miller, 2009).

A teologia da mobilidade humana é ainda “adolescente”, está se desenvolvendo tanto em metodologia quanto em conteúdo. Baseada na metodologia delineada por Ignacio Ellacuria (1992) e Jon Sobrino (1994), a teologia da migração é a teologia que engloba as dimensões da análise, responsabilidade ética, práxis e contemplação. Para estes autores, fazer teologia significa enfrentar a realidade e compreender que Deus está dizendo e pedindo através dela. A principal realidade a ser encarada e compreendida teologicamente é, de acordo com Ellacuria (1992), a das pessoas crucificadas que constituem a continuidade histórica da crucificação de Jesus. Hoje, os migrantes estão indubitavelmente entre as pessoas crucificadas.

O papel das ciências sociais é essencial para compreender melhor a realidade da migração. De fato, este é um fenômeno humano, complexo e global, que transforma profundamente as sociedades. A migração é um fenômeno humano em primeiro lugar porque seus atores são seres humanos que, por várias razões e causas, se mudam de um lugar para outro para garantir uma vida melhor. Em segundo lugar, a migração se refere principalmente à vida e à dignidade dos seres humanos. A migração é uma das evidências mais óbvias da globalização. Não há nenhuma nação hoje, nem país de origem, trânsito ou destino, que não enfrente esse fenômeno o qual afeta tanto as aldeias mais remotas quanto as grandes cidades.

Como tal, a migração é um fenômeno complexo que afeta vários aspectos da experiência humana (social, cultural, política, econômica, histórica, religiosa e psicológica) em diferentes níveis (pessoal, familiar, comunitário, nacional e internacional). Está transformando sociedades e as mudanças produzidas muitas vezes causam desconfiança e medo. Em muitos casos, a população local acredita que os migrantes roubam seus empregos, ameaçam suas identidades culturais e integridade religiosa, e que são criminosos. Contudo, os migrantes também são um recurso porque trazem sangue novo para a sociedade que os acolhe contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

Bem comum, Migração e Desenvolvimento

Destin Mouene Ndzorombe

Devido a esta complexidade, especialistas em migração argumentam que o fenômeno da mobilidade humana não pode ser explicado com uma única teoria. Muitos fatores impulsionam conjuntamente os diferentes fluxos migratórios. Laura Zanfrini (2007) coloca que existem várias teorias que podem explicar a questão de porque a migração continua. Todas essas teorias concordam com o fato de que a migração tem uma natureza “autopropulsora” e continua mesmo se a raiz da sua causa muda. Além disso, de acordo com a teoria de redes e a teoria da causalidade cumulativa, as mesmas transformações que são produzidas nos países de acolhimento e de envio perpetuam a migração.

A reflexão teológica sobre a mobilidade humana também envolve a avaliação ética das políticas de migração. Com isso, a teologia da migração entrou na arena política contribuindo para a construção do Reino de Deus, abordando não apenas os membros da Igreja Católica e da academia, mas também todos os homens e mulheres de boa vontade (Tracy, 1990).

De acordo com Graziano Battistella (2007: 188), “as políticas migratórias são uma série de medidas que os estados providenciam para gerir a entrada [...] de migrantes”. Deve-se acrescentar que as políticas migratórias também lidam com a permanência e a eventual expulsão de migrantes em um determinado país. Em termos básicos, existem dois tipos de políticas de migração: políticas de exclusão e políticas baseadas nos direitos humanos (Amnesty International, 2007).

A teologia da migração também está mostrando a importância da prática em teologia. Esta deve ser entendida como uma prática que gera uma ação brilhante e ponderada visando construir o Reino de Deus. Como Gustavo Gutierrez (2007) coloca com base na opção preferencial pelos pobres, a teologia pode servir como ensino prático em relação à migração, pois há também umnexo entre pobreza e migração. A opção pelos pobres exorta os católicos a oferecer-lhes apoio. Significa trabalhar, ficar e ser solidário com aqueles que estão sofrendo privação material. Além disso, a verdadeira solidariedade com os pobres deve incluir o compromisso de compreender e reverter as causas profundas de sua pobreza, caso contrário a Boa Nova nunca os alcançaria e os salvaria. A opção pelos pobres é revelada como uma opção “centrada em Deus”, o que significa a opção por Deus como é revelada no Antigo Testamento. A proclamação do Evangelho deve incluir a luta pela justiça social, porque [...] compromisso com a justiça social é uma parte essencial da evangelização’ (Gutierrez, 2007: 76).

Como tal, a opção pelos pobres não é apenas um compromisso social e pastoral, mas também é uma forma de fazer teologia. A teologia identifica a pobreza com a morte, significando uma morte física que é prematura e injusta por causa da falta de condições necessárias para viver. A pobreza também resulta em opressão e morte devido a divisões culturais, raciais e de gênero (Gutierrez, 1998). Este tipo de “morte” é o que os migrantes geralmente experimentam. Assim, dado que a opção pelos pobres é uma opção realmente “centrada em Deus”, os cristãos são chamados a serem testemunhas da ressurreição, da vitória de Jesus sobre a morte’ (Gutiérrez, 2007: 77). Isso exige que os cristãos incorporem e compreendam plenamente o significado da ressurreição. A opção preferencial pelos pobres implica efetivamente uma teologia que tem dois momentos-chave: a exegese bíblica e a interpretação das experiências dos migrantes (Gutierrez, 2007). Olhar para os pobres e trabalhar com eles de forma solidária não é apenas uma maneira de fazer teologia a partir da sua realidade. É a razão específica ou o pilar do discipulado de Cristo (*sequela Christi*). Em outras palavras, a opção preferencial pelos pobres é um aspecto essencial da *sequela Christi* (Gutierrez, 1999).

A opção pelos pobres também significa aceitar que eles pertencem a gêneros e culturas específicos. Assim, a parábola do Bom Samaritano (cf. Lc 10:25-37) deve ser lida no contexto do principal mandamento: ‘Você deve amar o Senhor Deus de todo o seu coração, com toda a sua alma, com todas as suas forças, com toda a sua mente e o seu próximo como a si mesmo’ (Lc 10,27). Quando um escriba perguntou a Jesus quem era o seu próximo, Jesus contou a parábola do Bom Samaritano. O próximo, de acordo com o Mestre, não é a pessoa com quem alguém se encontra pelo caminho, mas aquele que ajuda uma pessoa em necessidade. Em outras palavras, o ato de se aproximar de uma pessoa que precisa transforma o Samaritano em próximo (Gutierrez, 2007). Estar perto dos pobres e necessitados resulta em ações e gestos específicos. Os pobres não são os mais próximos, mas sim os mais distantes que se tornam mais íntimos através do compromisso daqueles que os cuidam. Da mesma forma, os migrantes são os mais distantes, principalmente por causa de divisões culturais. Portanto, se a proximidade sempre significa um relacionamento, entrar no mundo dos pobres requer o compromisso de se tornar seu próximo.

A teologia da migração pretende revelar a misteriosa presença de Deus e de sua graça no fenômeno da mobilidade humana, uma experiência humana que é muitas vezes interpretada apenas negativamente. Para este fim, seria útil ver um relacionamento entre a migração e a Eucaristia, fazendo da Eucaristia a hermenêutica da migração e da hermenêutica da migração a Eucaristia (Groody, 2007).

Apesar de inicialmente esta relação não ser óbvia, através de uma reflexão mais profunda, pode-se encontrar várias correlações críticas entre a celebração eucarística e a experiência de migração. Em primeiro lugar, a Eucaristia está enraizada no ritual da Páscoa pelo qual os israelitas se lembravam da sua escravidão no Egito, da sua libertação e da sua jornada pelo deserto em direção à Terra Prometida. Como Tal, a narrativa da Páscoa Judaica é o protótipo de uma migração que se transforma de opressão em libertação, que deixa a terra da escravidão rumo à terra da liberdade. Os primeiros Padres da Igreja elevam a imagem do Êxodo a outro nível ao afirmar que a vida cristã é uma migração da morte para a vida.

Muitos migrantes podem ver suas próprias histórias na história do Êxodo bíblico. Muitas vezes experimentaram a escravidão econômica nos seus países de origem e reivindicam libertação na expectativa de uma Terra Prometida onde possam viver em liberdade e com dignidade. Este é o caso de muitos africanos que se arriscam atravessando o deserto do Saara e o Mar Mediterrâneo para chegar à Europa.

Na instituição da Eucaristia, Jesus seguiu os ritos de Israel. Os quatro verbos que estruturam o rito da Páscoa Judaica (tomar, agradecer, quebrar e dar) constituem a liturgia eucarística (Lc 22,14-20). Estes quatro verbos oferecem uma chave hermenêutica para a migração. Os migrantes tomam a decisão de deixar o próprio país. Eles agradecem a Deus mesmo em momentos de escuridão. Eles se esgotam espiritualmente e fisicamente para alimentar aqueles deixados para trás. E eles trabalham duro para dar aos outros (Groody, 2007).

Implicações pastorais na realidade africana

A Igreja estabeleceu estruturas pastorais específicas em diferentes partes do mundo para atender adequadamente a todas as pessoas em movimento: paróquias particulares e nacionais; *missio cum cura animarum* (missões que atendem a grupos étnicos e linguísticos específicos); capelanias étnicas, linguísticas e nacionais; centros pastorais para grupos étnicos específicos; institutos para o estudo da mobilidade humana; comissões episcopais para o cuidado pastoral das pessoas em movimento; apostolado do mar; escritórios diocesanos para o ministério dos migrantes; abrigos para migrantes e refugiados e muitas outras estruturas. Na África, uma reflexão conjunta e aprofundada deveria ser iniciada para determinar quais dessas estruturas atenderiam melhor à realidade da mobilidade humana no continente.

Conclusão

A falta de acesso ao bem comum é uma das principais causas da migração africana. No entanto, a mobilidade humana na África não deve ser vista como uma realidade negativa. A migração também está contribuindo para o desenvolvimento em muitos países africanos. A reflexão teológica e pastoral sobre a migração no contexto africano revela a presença de Deus nas pessoas em movimento e contribui para a redescoberta da virtude da hospitalidade, uma das marcas registradas da África.

BIBLIOGRAFIA

- Adams RHJ (2006) *Remittances and Poverty in Ghana*. Washington, DC: World Bank.
- Agence France-Presse Abidjan (2014) 400 millions d'africains privés de l'eau potable. *La Presse*. <http://www.lapresse.ca/international/afrique/201402/17/01-4739736-400-millions-dafricains-prives-deau-potable.php> (acessado em 30 de setembro de 2016).
- Amnesty International (2007) Les droits des migrants sont des droits humains. <https://www.amnesty.org/fr/latest/news/2007/12/migrantse28099-rights-arehuman-rights-20071218/> (acessado em 30 de setembro de 2016).
- Ban Ki-moon (2013) Message for International Migrants Day 2013. <https://www.un.org/press/en/2013/sgsm15547.doc.htm> (acessado em 30 de setembro de 2016).
- Battistella G (2007) Migrazioni e dignità umana: da politiche di esclusione a politiche basate sui diritti umani. Em: Campese G e Groody D (eds) *Missione con i Migranti, Missione della Chiesa*. Citta del Vaticano: Urbaniana University Press.
- Campese G (2008) *Hacia una teología desde la realidad de las migraciones. Metodos y desafíos*. Guadalajara: Catedra Eusebio Francisco Kino.
- Castles S e Miller MJ (2009) *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World* (4th edition). Basingstoke: Palgrave MacMillan.
- Coulange P (2014) *Vers le bien commun*, Paris: Parole et Silence.
- Ellacuria I (1992) *Conversione della Chiesa al Regno di Dio*. Brescia: Queriniana.
- Enchautegui M (1993) The value of US labor market experience in the home country: The case of Puerto Rican return migrants. *Economic Development and Cultural Change* 1(42): 169-191.
- EurActiv (2015) Le chômage touche aussi les jeunes. <https://www.euractiv.fr/section/aide-au-developpement/news/le-chomage-touche-aussi-les-jeunes-enafrique/> (acessado em 30 de setembro de 2016).
- Groody D (2007) Frutto della vite e del lavoro dell'uomo: Immigrazione ed eucaristia. Em: Campese G e Groody D (eds) *Missione con i Migranti, Missione della Chiesa*, Citta del Vaticano: Urbaniana University Press.

Gubert F (2005) L'impact des transferts de fonds sur le developpement des pays d'origine: Le case de l'Afrique. Em: OCDE (ed) *Migration, Transferts et Developpement*. Paris: OCDE.

Gutierrez G (1998) Liberation theology and the future of the poor. Em: Rieger J (ed) *Liberating the Future: God, Mammon, and Theology*. Minneapolis: Fortress Press.

Gutierrez G (1999) *The Density of the Present: Selected Writing*. Maryknoll, NY: Orbis Books.

Gutierrez G (2007) Poverta, migrazioni e opzione per i poveri. Em: Campese G e Groody D (eds) *Missione con i Migranti, Missione della Chiesa*, Citta del Vaticano: Urbaniana University Press.

Jeddou MB (2011) Etats des lieux sur le systeme de sante en Afrique. <https://www.mysciencework.com/omniscience/etat-des-lieux-sur-le-systeme-de-santeen-afrique> (acessado em 30 de setembro de 2016).

Muller C (2014) 70 percent des Africains vivent sans electricite. <http://www.jolpress.com/afrique-electricite-energie-article-828161.html> (acessado em 30 de setembro de 2016).

Mundy C, et al. (2000) Evaluation of microscope condition in Malawi. *Trans R Soc Trop Med Hyg* 94(5): 583-584.

Sobrinho J (1994) *The Principle of Mercy: Taking the Crucified People from the Cross*. Maryknoll, NY: Orbis Book.

Tracy D (1990) La designation du present. *Concilium* 227: 71-92.

UNHCR (2014) *World at War*. Geneva: UNCHR.

Concilio Vaticano II (1965) Constituição Pastoral *Gaudium et spes*. http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html (acessado em 30 de setembro de 2016).

World Bank (2011a) Recueil de statistiques 2011 sur les migrations et les envois de fonds. <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/Factbook2011French.pdf> (acessado em 30 de setembro de 2016).

World Bank (2011b) Les migrations donnent a l'Afrique la possibilite de gagner sur les deux tableaux, selon un nouveau rapport. <http://www.banquemondiale.org/fr/news/press-release/2011/03/30/african-migration-generates-win-win-benefitssays-new-report> (accessed em 30 de setembro de 2016).

Zanfrini L (2007) *Sociologia delle Migrazioni*. Bari: Laterza.

Journal of Migration Studies

Migração, Desenvolvimento e Promoção Humana

Implicações Político-Teológicas da Realidade Africana

YVON CHRISTIAN ELENGA

A migração faz parte dos fluxos regulares na história da humanidade. Por várias razões, indivíduos, grupos sociais e povos têm migrado, voluntariamente e por necessidade.

A Bíblia oferece histórias variadas de migração, as causas e consequências que variam de um livro para outro. Por exemplo, o patriarca Abraão partiu de Ur dos Caldeus para a terra de Canaã em resposta a um chamado (Gen 11: 31; 12: 6). Mas devido à fome, ele teve que ir para o Egito como refugiado e viveu durante décadas na terra de Midiã. Rute, que é um dos antepassados de ambos Davi e Jesus (Mt 1: 5), é uma migrante que acompanhou sua sogra para Israel. No Novo Testamento, a história de João Batista fala da sua peregrinação entre o deserto da Judéia e o Jordão (Lc 1, 39, 80; 3: 3). Foi por causa da ordem de uma autoridade romana que o bebê Jesus nasceu não em Nazaré, mas em Belém (Lc 2: 1-7); ele teve que fugir para o Egito. Embora seja preciso levar em conta a complexidade da questão da migração, é importante destacar as suas diversas causas, as histórias dos países envolvidos e as renovações políticas que compreendem e agem a favor dos migrantes. Razões econômicas, políticas, sociais, religiosas, culturais e ambientais (desastres naturais) resultam nas tragédias da migração.

São essas escalas diferentes que a migração nos desafia. No "World Migration Report 2010", a Organização Internacional para as Migrações (IOM, 2010) des-

tacou que o número de pessoas que vivem fora de seus países de origem aumentou de 150 milhões em 2000 para mais de 214 milhões em 2010. Além do mais, estatísticas recentes indicam que existem mais de 740 milhões de migrantes internos em todo o mundo (IOM - UNDESA, 2012). Esta reflexão tenta mostrar como a “subjetividade em movimento”, como um processo de reconstrução, é transformador e inovador em termos de realidades religiosas, identidades culturais e subjetividades (Bedford, 2009).

Dentro desse dinamismo, o discurso teológico não pode ser isento de uma compreensão específica sobre a salvação. Em outras palavras, independentemente da sua identidade, o migrante como sujeito merece reflexão sobre a experiência de partida com sua tácita transumância: o “emigrante” que deixa seu país de origem, o “imigrante” que chega a outro país, e o “migrante” que deve negociar sua identidade em relação às leis nacionais e internacionais. Portanto, no coração da questão da migração, é preciso ver o ser humano criado por Deus, chamado à salvação em Jesus Cristo. A teologia da mobilidade humana pode, então, ser definida como uma reflexão crítica, a partir da experiência de vida das pessoas envolvidas no processo de migração, para reinterpretar a Palavra de Deus.

A hermenêutica da migração

O dinamismo inerente ao fenômeno migratório não deixa espaço para uma idealização da situação das “pessoas em movimento”. Enquanto alguns vêem os impactos positivos do fenômeno em geral, a migração é mais desafiadora e problemática do que encorajante. Este é o nó de sua ambivalência. Eventos recentes na África - assim como em outros lugares - nos atingem de forma desafiadora e cruel. É imperativo enfatizar a variedade desses problemas: discriminação, violação de direitos humanos, condições vulneráveis de mulheres e crianças, estigma, etc (O'Neill and Spohn, 1998). Esses problemas acompanham a dinâmica das mudanças de identidade e criam novos quadros relacionais.

Quando as pessoas decidem deixar seus países de origem, elas encontram uma variedade de situações. Muitas são obrigadas a fazê-lo a fim de preservar este dom precioso que é vida humana. O movimento que ocorre é um verdadeiro rito de transformação de identidade que se dá independente de si mesmo. Conhecemos a emergência de designações paradigmáticas referentes ao migrante, o estrangeiro, o clandestino, o refugiado, o sem documentos, etc. Este transe registrado pode ser reduzido à tríade dialética do emigrante, do imigrante e do migrante. Trata-se de

simplificar a questão permanecendo com a designação, o que evidencia claramente a questão da identidade em cada uma das etapas da viagem migratória. As fronteiras são incontáveis: econômica, social, cultural, religiosa, geográfica e memorial.

A metáfora da identidade do estrangeiro ou do migrante obedece a certo poder de escolha, circunscrito ao princípio de pertença a um estado, a um país ou ao direito de soberania de um outro estado. Os estados modernos têm construído a sua permanência institucional na crença da "singularidade e pluralidade". No entanto, isso pode mostrar seus limites quando se trata de definir a natureza intrínseca da relação entre povos, nações e culturas. Na verdade, o caminho a seguir nunca é linear e é sempre perigoso manter os "viajantes" dentro das fronteiras.

Os historiadores sabem que os mitos migratórios de autoctonia ou de direitos de cidadania foram e ainda são a fonte que nutre todo o estigma para com o outro. Algumas vezes reforçadas pela formalização das origens geográficas, contribuem para a auto-representação sem o outro. Portanto, aqueles que possuem muitas afiliações, como frutos de uma migração genealógica ou sociológica, estão sendo marcados com o sinal da inconsistência de identidade.

Um deles dá crédito a Amin Maalouf (1998), que valorizou o "princípio de reciprocidade" cultural antes de reconhecer que a única identidade de real valor é relacionada ao pertencimento à humanidade. Segundo ele, ao se rebelar contra a necessidade e/ou o hábito contemporâneo de categorizar tudo, pode-se abandonar o desejo de garantir identidades em uma classificação que, às vezes, leva a conflitos. Assim, a identidade não é dada de uma vez por todas, mas é construída e transformada durante toda a existência.

Aplicada à condição do migrante, este caminho curto nos leva a considerar a migração como o vínculo a conceitos de si mesmo e às identidades dos outros, que neste contexto são sempre difíceis de negociar devido às condições precárias da migração. Mais prosaicamente, o enquadramento do discurso político sobre a segurança dos migrantes inclui ao menos quatro implicações da migração sobre a identidade: uma representação positiva sobre si mesmo, uma representação negativa do outro, a criminalização de migrantes e refugiados e a descrição de migrantes e refugiados como uma ameaça à identidade nacional (Kanali, 2014).

Esta caracterização permanece crítica, em geral, no tratamento das questões políticas migratórias no nível de estado. Nesse sentido, as políticas migratórias africanas não são exceção. A hospitalidade lendária africana decaiu e agora

a população é arrebatada por um grande instinto individualista, mesmo se a onda de choque de migração que atravessa o continente deixa poucas pessoas sem se questionar. O que pode ser feito desde que a nebulosa Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM) está emergindo como ameaça? Na periferia africana central, expandindo-se da Nigéria para o Chad e o Níger, o Boko Haram encontrou solo fértil. Estamos realmente seguros no Congo e Burundi? Este é um clássico caso da complexidade das causas da migração. Se a comunidade internacional é tocada por esta situação, é porque ameaça a paz. Sem contar as condições precárias que cria para a população.

Perspectivas teológicas do fenômeno da migração

Juntamente com a viúva e o órfão, a imagem do "estrangeiro" está entre aquelas que mais chamam a atenção. A experiência do povo de Israel, bem como a dos primeiros cristãos, mostra como a negociação da identidade pessoal foi instituída, superando a diferença entre os povos (*genos/ethnos*: raça/nação) e instaurando a relação entre poder político e religião como marcas da nova identidade. A etnia foi compreendida como associação civil e/ou grupo político, a qual está enraizada na distinção entre judaísmo e cristianismo primitivo.

Embora instituídos posteriormente na longa história da migração, a ideia do controle de fronteiras e o corolário da documentação internacional têm tido importância significativa no desenvolvimento de políticas de mobilidade humana. As obrigações das Nações Unidas e os direitos e deveres dos indivíduos constituem a base de uma visão equilibrada sobre a migração. Contudo, ao se exagerar as obrigações de alguns, há o risco de superestimar os direitos e os deveres de outros. Como contraponto de uma abordagem funcionalista da economia e uma visão xenófoba do migrante, a tradição cristã mostra os limites das políticas utilitárias.

Desde o período patriarcal, a perspectiva do estrangeiro tem adotado um referencial educacional inspirado por YHWH. Quando Abraão se sentou à porta da sua tenda devido ao calor do dia, notou a presença de três estrangeiros aos quais ofereceu hospitalidade e os serviu (Gen 18: 1-16). Ló também teve os mesmos cuidados quando encontrou dois estrangeiros na entrada da cidade de Sodoma (Gen 19: 1-8): 'Meus senhores, disse ele, entrem na casa de seu humilde servo. Vocês podem lavar os seus pés e passar a noite aqui. Amanhã de manhã, vocês continuarão a sua jornada.'

Além das histórias instrutivas oferecidas pelo Antigo Testamento, a lei ameaçou amplamente os estrangeiros. O estrangeiro é mencionado na mesma categoria da viúva e do órfão (Dt 10: 18; 14: 29; 16: 11-14; 24: 17, 19-21; 26: 12-13; Jr 7: 6; 22: 3; Ez 22: 7). Contudo, a característica mais emblemática desta tradição de hospitalidade é o privilégio de participar na assembleia litúrgica. O Livro do Deuteronômio fornece uma imagem iluminadora: 'Não abominarás o edomeu, pois é teu irmão; nem abominarás o egípcio, pois estrangeiro foste na sua terra. Os filhos que lhes nascerem na terceira geração, cada um deles entrará na congregação do Senhor (Dt 23: 7-8). Durante a celebração do Pentecostes, o Povo da Aliança é convidado a se regozijar diante do Senhor com seus filhos, filhas, servos, viúvas e órfãos. Estrangeiros também se encontram nesta lista (Dt 23: 7-8). A razão é simples: 'E lembrar-te-ás que foste servo no Egito' (Dt 16: 11-12).¹

O Novo Testamento revela o conceito de estrangeiro em relação à mobilidade missionária e apostólica, uma dimensão que estabelece o ministério de Jesus como peregrinação. Dois casos específicos, entre outros, mostra como Jesus rejeita as noções de origens nacionais, étnicas ou raciais. Um é a história sobre a mulher siro-fenícia, cuja filha foi tomada por um espírito maligno (Mt 15: 21-28; Mc 7: 24-37). As palavras encontradas em Marcos, o seu perfil racial (siro-fenícia) e sócio-político (gentil e pagã), não são triviais. Marcos e Mateus especificam que ela não é judia, e realmente não é. Ela é a imagem do estrangeiro, o outro. A atitude dos discípulos de Jesus que pediram que fosse embora vai de encontro com a resposta firme de Jesus à súplica da mulher: 'Eu não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel' (Mt 15: 24).

O paradigma do Bom Samaritano (Lc 10: 25-37) é uma metáfora construída sobre o outro. Também é um episódio pleno de ensinamentos. O paradoxo que se refere a este homem caridoso se deve ao fato que, geralmente, o samaritano não era particularmente conhecido por sua bondade. Esta imagem é oposta à linha de narrativa de Lucas sobre um homem que sentiu pena (Lc 10: 33).

As apresentações bíblicas listadas acima apresentam uma reflexão teológica sobre identidade, fé e a realidade da migração, como devem ser analisadas hoje. Certamente, um referencial deve ser encontrado para abordar o desa-

1 Outros exemplos ilustram este aspecto da sabedoria bíblica no Antigo Testamento. Três casos podem ser citados: Itai, o giteu (1 Sam 15, 21); Rute, a moabita (Rute 16-17); e as mulheres estrangeiras de Salomão (1 Reis 11).

fió ético e teológico da migração. A Instrução *Erga Migrantes Caritas Christi* do Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes (2004) fornece um guia útil para uma ação permanente. Uma das diretrizes para as políticas de migração nos países africanos se foca na ideia de soberania, embora seja um conceito muito flexível e revela a incapacidade real dos estados de resolver conflitos e proporcionar tratamento humano aos migrantes. Lugares essenciais existem onde o fenômeno da migração questionou a responsabilidade dos estados no que diz respeito à produção de trabalho para os mais fracos, mais pobres e mais vulneráveis. É por isso que 'regular a imigração segundo critérios de equidade e de equilíbrio é uma das condições indispensáveis para que os imigrantes se integrem na sociedade com as garantias exigidas pelo reconhecimento da sua dignidade humana' (Pontifical Council Justice and Peace, 2005: 298). Este requisito responde à incapacidade atual de as classes dominantes oferecerem esperança aos vulneráveis.

Cristo desafia o mal cósmico, trazendo a salvação para todos. Isto impulsiona uma mudança na percepção do outro, pois em Deus não há fronteira. O ensino sócio da Igreja também mostrou como os temas essenciais da justiça e da caridade se relacionam com os princípios do destino universal dos bens, do direito de livre circulação, o apelo à regulação da mobilidade internacional, o acolhimento do estrangeiro, etc. Estes continuam a ser elementos relevantes para o aprofundamento e a renovação de uma teologia da migração.

A teologia da mobilidade humana não pode ser desenvolvida sem uma consciência de uma realidade humana cada vez mais complexa. Embora não se possa ignorar as políticas de estado que estabelecem fronteiras, se pode reconhecer que Deus não conhece fronteira; pode-se reconfigurar a atribuição de termos sobre status, mas não pode mudar a natureza humana. Tal pensamento se baseia em modelos interculturais e abrirá portas para uma abordagem que vá além dos estereótipos da intolerância.

Para tornar as sociedades mais hospitaleiras, devemos admitir que encontrar o estrangeiro é um evento de salvação (Ela, 2003). Todas as memórias do cristianismo, enraizadas na história do povo de Israel, dão ao estrangeiro e ao exilado o privilégio da ação de Deus, que estabelece a fidelidade à aliança e à realização das promessas. Em seu chamado para participar do destino do estrangeiro, Jesus nos convida a romper os limites da indiferença e da exclusão. Tal apelo conduz ao discernimento do verdadeiro destino da humanidade (Chan, 2014).

BIBLIOGRAFIA

Bedford NE (2009) La subjectivite theologique en mouvement. Vers une ecologie theologique feministe de la migration. *Revue d'Ethique et de Theologie Morale* 4(257): 21-54.

Chan L (2014) The Hebrew Bible and the discourse on migration: A reflection on the virtue of hospitality in the Book of Ruth. *Asian Horizons* 4(8): 665-679.

Ela JM (2003) *Repenser la theologie Africaine. Le dieu qui libere*. Paris: Karthala.

International Organization for Migration (IOM) (2010) *World Migration Report 2010*. Geneva: IOM.

IOM – UNDESA (2012) Migration and human mobility. http://www.un.org/millennium-goals/pdf/Think%20Pieces/13_migration.pdf (acessado em 30 de outubro de 2016).

Kanali J (2014) Human trafficking and migration: A defining problem of the 21st century. *Asian Horizons* (8): 761-762.

Maalouf A (1998) *Les Identites Meurtrieres*. Paris: Grasset.

O'Neill W and Spohn W (1998) Right of passage: The ethics of the immigration and refugee policy. *Theological Studies* 1(591): 84-106.

Pontifical Council for the Pastoral Care of Migrants and Itinerant People (2004) Instruction *Erga migrantes caritas Christi*. Em: Baggio F e Pettina M (eds) (2009) *Caring for Migrants*. Strathfield, NSW: St. Pauls Publications, pp. 503-581.

Pontifical Council Justice and Peace (2005) *Compendium of the Social Doctrine of the Church*. Vatican City: Libreria Editrice Vaticana.

Migração, desenvolvimento e missão na África: desafios contemporâneos à evangelização

JONAS KOUDESSA

Na minha contribuição discutirei alguns elementos referentes aos aspectos conceituais do nexo entre migração e desenvolvimento na África. Para tanto, meu foco é uma série de observações empíricas que poderiam servir de referência no desenvolvimento de estratégias teológicas e pastorais objetivando iluminar a questão da migração na África.

Algumas Precauções Metodológicas sobre o Nexos entre Migração e Desenvolvimento na África

As teorias sobre a migração transfronteiriça e internacional - sociológica, demográfica, econômica ou a obediência política e a questão da correlação entre migração e desenvolvimento - permanecem controversas. Atualmente ninguém questiona a ideia de que possa haver uma relação causal entre estes dois parâmetros. No entanto, esta ligação que, às vezes, pode ser estabelecida com evidência, nunca é linear, rígida ou matemática. Além disso, é difícil ou impossível uma teoria geral. Pode ser demonstrada a posteriori, isto é, a partir de provas concretas e casos particulares.

Uma segunda dificuldade, metodológica, deve ser observada. Se o objeto é circunscrito no continente africano – limitando-o, portanto, aos fluxos migratórios entre os estados africanos – notar-se-á que o objeto material ainda não resultou em estudos de referência que abordem a relação entre migração e desenvolvimento neste contexto. Assim, existe um risco na transposição dos dados

obtidos referentes à migração internacional ao nosso debate sobre a migração intra-africana, ou seja, a mobilidade entre os estados do mesmo continente. Deve-se levar em conta que estes estados são todos marcados pelo subdesenvolvimento. Com a exceção dos casos especiais dos EUA e do México, de fato, a maior parte dos exemplos comparados se refere à migração internacional. Abordar a questão da migração pelo ângulo exclusivo de desenvolvimento num contexto generalizado de subdesenvolvimento pode parecer um desafio ou uma incongruência. Portanto, vou propor hipóteses sobre a questão, aguardando mais pesquisas que eventualmente disponibilizem resultados mais próximos à realidade africana. É tarefa dos investigadores produzir evidências, para confirmar ou refutar as hipóteses que eu vou apresentar.

O nexó entre migração e desenvolvimento: alguns casos no contexto da migração internacional

Um exemplo frequentemente citado para apoiar a possível ligação entre migração e desenvolvimento é o caso da República da Coreia. Certamente, este é um caso raro onde é comumente aceito que a migração desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento econômico do país. Por meio de uma política de emigração, focada e uma re-imigração atraente, que preveja a reinserção de altos funcionários treinados no exterior, associada a uma política de desenvolvimento econômico estatal baseada no modelo econômico japonês, de um lado, e um programa previdente de crescimento populacional do outro, a Coreia do Sul alcançou no espaço de três décadas (1960-1990) o status de uma nação industrializada. Atualmente, este país, que não perdeu o seu dinamismo econômico, é forçado a importar mão-de-obra para suprir o seu mercado de trabalho (Salzmann, 2006).

No entanto, durante o mesmo período observado, houve na maioria dos países árabes e muçulmanos uma fuga de funcionários seniores, forçados a buscar a felicidade no ocidente devido a importantes déficits estruturais nas áreas de educação, comunicação, pesquisa científica e infraestrutura, juntamente com o crescimento desordenado da população. Atualmente, dezenas de acadêmicos e doutores deixam o mundo árabe porque acreditam que as condições de vida são incompatíveis com a sua educação ou com o nível de vida que almejam.

Há algumas razões para pensar que é este modelo dos países árabes e muçulmanos que também prevalece na África em relação à migração internacional

entre a África e o Ocidente. De fato, como nos países árabes, o impacto da migração internacional sobre o desenvolvimento do continente é quase zero; a migração africana é mais benéfica para os países europeus de acolhimento do que para os países de origem na África (Koudissa, 2014). De acordo com um relatório da Organização Internacional para as Migrações (IOM, 2005), os impostos pagos por migrantes africanos contribuem mais para as economias dos países de acolhimento do que beneficiam a si próprios. Enquanto o volume de transferências monetárias e de propriedade dos migrantes africanos para os seus países de origem é considerável, excedendo atualmente a assistência oficial ao desenvolvimento dos países do norte à África, praticamente não há efeitos secundários dessas remessas para as economias da África. Na ausência de efeitos macroeconômicos, é quase exclusivamente a economia informal e o nível de renda de famílias pobres que contam com os maiores efeitos positivos da migração. Certamente, sem essas transferências a situação de insegurança e pobreza de muitos seria ainda mais dramática.

Estes dados sobre a migração internacional africana que costumam ser partilhados pela comunidade científica são, infelizmente, limitados ao problema deste encontro atual. Lembremo-nos que nos foi designado, como a nossa principal tarefa, identificar os principais desafios que as igrejas africanas enfrentam, nos países de envio e de destino, em relação à formulação de respostas pastorais e teológicas adequadas.

De um ponto de vista teórico, no entanto, o mesmo tipo de migração é encontrado tanto no continente africano como fora dele: há, por um lado, aqueles que migram mais ou menos “voluntariamente” e, por outro lado, aqueles que são “forçados” a partir. Contudo, na prática, nem sempre é fácil distinguir claramente entre aqueles que obedecem aos conhecidos fatores que incentivam e aqueles que impedem a migração (Haug e Sauer, 2006). Enquanto os primeiros são motivados por questões econômicas, estes últimos são forçados devido a conflitos armados, desastres naturais ou perseguições de todos os tipos.

Com base nestes dados teóricos e recorrendo à observação empírica, mas subjetiva no sentido experiencial, formulo a seguinte hipótese. A presença de migrantes voluntários num país torna mais provável que a sua contribuição para o desenvolvimento seja igualmente positiva em ambos os países de acolhimento e de recebimento. Certamente, aqueles que migram são geralmente aqueles com certo know-how econômico e determinação para ter sucesso na vida num ambiente onde só podem contar consigo. Aqueles que concordam

Migração, desenvolvimento e missão na África

Jonas Koudissa

em deixar suas origens e se estabelecer em outro lugar, são frequentemente descritos como '[...] pessoas corajosas, capazes de improvisação e adaptação' (Schlögel, 2006: 112), ou mesmo capazes de aprender várias línguas.

Mas a contribuição dos recém-chegados para a economia de um país depende de um segundo fator que não é menos importante. Eu chamaria isso de "fator de integração". Trata-se da seguinte hipótese: quando os migrantes chegam a outro país africano sem perspectivas de regresso aos seus países de origem, e se esforçam para se integrar no país de acolhimento, as suas presenças tendem a favorecer o desenvolvimento deste país. Quando, no entanto, migram sem um verdadeiro desejo de integração na comunidade nacional que os acolhe, a tendência é repatriar uma boa parte dos seus lucros para os seus países de origem, promovendo de fato as economias destes países em detrimento da do país de acolhimento. Este teorema pode ser verificado na República do Congo.

Migração e Desenvolvimento no Contexto Intra-Africano: O Caso do Congo

No Congo Brazzaville, podem-se mencionar em primeiro lugar os trabalhadores migrantes da RDC que, por décadas, permitiram que a economia nacional congoleza lidasse com a escassez de trabalhadores em pequenos comércios, economia informal e artesanato. O governo colonial estava satisfeito treinando auxiliares administrativos. A vocação do Congo, pela sua posição geográfica, era permitir a entrega de mercadorias à metrópole a partir dos territórios da África Equatorial Francesa ou do Médio Congo. Nós até mesmo pensamos que a migração-RDC teve um efeito secundário sobre a economia congoleza; indígenas estão frequentando as escolas de migrantes para aprender ofícios que até então eram destinados a estrangeiros. Eles aprenderam tanto que, após a "Operação Mbata ya Bakolo" com a partida de quase 180 mil congolezes da RDC entre 2013 e 2014, o Congo não experimentou o choque quando uma escassez de mão-de-obra atingiu as áreas de construção, mecânica, pequenos negócios e serviços.

Isso não poderia ser dito dos migrantes oriundos da África Ocidental chamados *Ouestafs*, que estão bem estabelecidos no setor comercial. Se uma operação idêntica àquela dos migrantes da RDC ocorresse com os *Ouestafs*, teria sido desastroso para a economia congoleza, uma vez que tal medida comprometeria seriamente o sistema de abastecimento das necessidades básicas congolezas. De fato, os *Ouestafs* se tornaram indispensáveis para a economia congoleza, enquanto que, ao mesmo tempo, a riqueza gerada tende a servir as economias

dos seus países de origem; dado o montante das remessas que contribuem para beneficiar suas comunidades de origem e sua facilidade para escapar de impostos e tarifas alfandegárias. Mas há uma questão muito mais séria: há um efeito surpreendente na atividade econômica dos *Ouestafs* em relação aos nacionais, como os congolese, no âmbito das pequenas e médias empresas, já que são incapazes de ter o mesmo desempenho dos “estrangeiros”.

Vamos agora apresentar o que é considerado migração forçada no Congo, que está aumentando gradualmente após a onda silenciosa dos chamados refugiados políticos da África do Sul, Namíbia e Angola nos anos 70, 80 e 90. A migração foi nos tempos coloniais, geralmente, relacionada ao regime de trabalho forçado do sistema colonial repressivo. Durante este período, as migrações da África do Sul, Namíbia ou de origem angolana permaneceram amplamente sob o controle do estado e as chegadas dos migrantes no Congo foram moderadas. Contudo, foi em meados dos anos 90 que o Congo conheceu chegadas regulares em massa no seu território, especialmente depois do genocídio ruandês de 1994, a marcha Movimento Kinshasa de Libertação do Congo de Kabila, a queda do regime de Mobutu em 1997, a chegada em massa de muitos refugiados no Departamento de Likouala na RDC em 2009 e, finalmente, a onda de refugiados da República Centro-Africana no norte do país e em Brazzaville na sequência das sucessivas crises políticas e militares que abalaram a República Centro-Africana nas duas últimas décadas. De acordo com as estimativas do ACNUR (2014), em 2013 o Congo tinha mais de 70 mil refugiados, incluindo 260 angolanos, 8 mil ruandeses, 11 mil pessoas da África Central e mais de 50 mil congolese da RDC.

Lambert Colemann (2014: 73-74), que estudou o caso da chegada de refugiados da RDC em 2009 no departamento de Likouala, mostra que a chegada repentina de refugiados indesejados é muitas vezes acompanhada por conflitos, já que os migrantes que chegam tendem a ameaçar a herança existencial dos povos indígenas em ambientes onde prevalece uma economia precária. Colemann observa que o aumento da demanda sobre a oferta e a pressão sobre a fauna e a flora, resultou na escassez de carne e peixe neste departamento e, conseqüentemente, um aumento dos preços dos produtos locais.

Sacerdotes que trabalham na subdivisão de Igne na parte norte de Brazzaville também observaram esse fenômeno entre os refugiados indígenas e ruandeses, sendo que os últimos foram acusados de causar desmatamento. No entanto, em seu trabalho para obter o mestrado em Teologia Pastoral da

Migração, desenvolvimento e missão na África

Jonas Koudissa

Mobilidade Humana, Godfrey Loko (2013: 18) aponta o impacto positivo da chegada dessas pessoas muito empreendedoras sobre a economia local em geral, e sobre a agricultura e o comércio em particular.

Passamos agora ao último aspecto da subquestão, aquele relativo ao desenvolvimento da migração forçada nos países de origem. Este impacto pode ser considerado louvável, onde os refugiados recebem treinamento com a perspectiva de retornar. Este foi o caso dos namibianos e angolanos que permaneceram no Congo durante as guerras de libertação. Ao retornar aos seus países, graças à sua adesão à independência, foram em breve capazes de participar ativamente na sua reconstrução.

Além disso, uma perspectiva de retorno em um tempo razoável, a ausência prolongada de nacionais em seus países de origem tenderá a privar esses estados de sua força vital a médio e a longo prazo. Esta privação é prejudicial ao desenvolvimento econômico e político dos países de origem. De fato, muitas vezes, afeta a população ou a juventude mais dinâmica; tal migração priva os países de origem dos agentes suscetíveis a criar negócios ou facilitar as organizações sociais que seriam essenciais para a formação e consolidação da democracia.

Desafios e emergência do cuidado pastoral e da teologia da migração nas igrejas africanas hoje

Quais são as respostas que as igrejas dos países de recebimento de migrantes podem dar às questões dos migrantes em todas as categorias que chegam ao território sob seu cuidado pastoral? Que desafios enfrentam, mas também quais são as oportunidades de evangelização oferecidas pelo fenômeno da mobilidade humana na África contemporânea?

Para abordar este último ponto da minha contribuição, gostaria de me referir a um artigo recentemente submetido ao Secretariado da ACERAC. Vou apenas sublinhar aqui alguns elementos pastorais que os migrantes não devem ignorar e que uma teologia contemporânea da mobilidade humana deve integrar em suas reflexões.

Lembremos primeiro que a resposta fundamental que a Igreja é chamada a dar aos migrantes, na África como em outros lugares, é manifestar o cuidado de Deus às populações muitas vezes marcadas pela precariedade e vulnerabilidade.

de. Os migrantes são, na verdade, pessoas que carecem de tudo: país, terra, casa e recursos para satisfazer suas necessidades mais básicas. Àquelas pessoas cuja dignidade é prejudicada pelo seu estatus de peregrino, a Igreja deve proclamar o Evangelho da compaixão de um Deus que definitivamente ama o ser humano (Rm 8: 31), e da solidariedade para com a raça humana (cf. Lc 10: 25-37). Ele deve ser colocado em primeiro plano nessa proteção, apoio e ajuda material, moral e espiritual concedida aos que se tornaram vulneráveis em nome de um Deus que se revelou na história da salvação como um feroz defensor dos fracos na sociedade, ou seja, o 'estrangeiro, o órfão e a viúva' (Dt 10: 17 a 19: 24-17).

A Igreja fará uma pregação corajosa a favor da tolerância e da hospitalidade para com os estrangeiros, recordando, por exemplo, que todos os homens são peregrinos na terra e que sua verdadeira casa está com Deus (Fp 3: 20). Além disso, se a chegada de migrantes for considerada uma ameaça para as pessoas, não se deve esquecer que sua presença pode ser uma oportunidade para a sociedade e a Igreja acolherem (Tomasi, 2008). Uma política, acolhida pastoral e integração calorosa podem ajudar muito a reduzir os riscos e a maximizar os aspectos positivos da migração para quem acolhe. Além disso, a Igreja atuará solidariamente, mesmo quando os meios materiais são modestos. Como defensora do princípio da subsidiariedade, aperfeiçoará a sua ação através da participação de outros atores da sociedade que tenham experiência em questões de migração, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e outras associações de ajuda e apoio aos migrantes, além do estado como primeiro contato para a questão da migração.

Portanto, a resposta pastoral da Igreja aos migrantes pode substituir a do governo, cuja responsabilidade principal é gerir a chegada e a permanência dos estrangeiros em conformidade com as convenções internacionais e os direitos humanos. A Igreja também terá o dever de recordar as obrigações e envolver todos aqueles que têm o poder de agir para fazer a diferença, especialmente no que diz respeito a remediar as causas da migração forçada. Nenhuma ajuda pastoral pode compensar o sofrimento humano daqueles que são forçados a fugir de suas casas, regiões e países por causa de guerras, conflitos, tráfico de armas, terrorismo e outros fatores.

De fato, é importante lembrar que os migrantes não são intrusos ou peregrinos em busca de apoio ou de solidariedade, mas, na maioria das vezes, vítimas de situações onde não são responsáveis. Aquele que vem buscar refúgio é antes de tudo um ser humano cujos direitos foram violados. Portanto, ele

Migração, desenvolvimento e missão na África

Jonas Koudissa

precisa não apenas de compaixão; têm direitos e quer justiça. Um verdadeiro cuidado pastoral dos migrantes não é uma ação limitada específica e solidariedade urgente, mas também deve ser comprometida com a defesa dos direitos humanos das pessoas em perigo.

Finalmente, onde não há perspectiva de retorno, a Igreja buscará integrar os migrantes nas comunidades locais de crentes. Onde os recém-chegados são muitos, podemos dar-lhes um cuidado pastoral especial, por exemplo, incentivando a criação de comunidades como a comunidade cristã de língua inglesa em Brazzaville que é dominada por cristãos nigerianos. No entanto, nós lutamos contra os riscos disto que incluem o crescimento de guetos de estrangeiros vivendo a sua fé no isolamento e o risco de estigmatização. Em qualquer caso, a integração e a inserção pastoral constituem a estrada real, permitindo um encontro em que ambos os lados ganhem.

Conclusão

Do que eu apresentei acima, deve-se reconhecer que a migração africana nunca foi um desafio, uma crise ou um fator de desestabilização quando se ocorre em proporções e termos razoáveis, exceto quando a política se envolve, como nos anos 60 ou durante a “operação Mbata ya Bakolo” entre os dois Congos. Deve-se ressaltar que a transumância e a migração são o modo normal de existência do homem e que é o assentamento moderno que constitui a exceção na história da humanidade (Pries, 2007: 39). Isto é especialmente verdadeiro na África, onde a mobilidade é ainda o modo natural de convivência entre as pessoas que foram separadas por fronteiras arbitrárias herdadas da colonização. Assim, quando criança, eu vi todos os domingos congolezes da RDC atravessarem a fronteira para ir à missa de domingo em Mbanza Nganga e retornarem após fazer compras no mercado, enquanto o congolês da República do Congo ia a Mangembo, ao hospital em Bas-Congo para tratamento.

A Igreja vai destacar o desenvolvimento de um ministério de hospitalidade adaptado às necessidades dos migrantes que, muitas vezes, vivem em situações tocantes. Contudo, também lembrará o governo de suas responsabilidades imediatas ou distantes nas causas da migração: acabar com o contrabando e a presença de armas, reforçar as estruturas democráticas nos países africanos, trabalhar para o estabelecimento de uma ordem econômica e política mundial justa, etc... Finalmente, a Igreja aliviará, dentro dos limites de seus

meios, a situação de migrantes envolvendo aqueles que têm o poder de agir mais diretamente para erradicar as causas da migração involuntária. Por isso, é urgente desenvolver uma teologia da mobilidade que incorpora o conceito de justiça restaurativa ou compensação (Koudissa, 2014). As subvenções aos desprotegidos são uma obrigação moral e legal devida perante os tribunais.

Migração, desenvolvimento e missão na África

Jonas Koudissa

BLIOGRAFIA

Colemann L (2014) *L'insertion des refugies de la Republique Democratique du Congo en Republique du Congo: Les effets de l'assistance humanitaire*. Mémoire de Master 2 Recherche en Études Africaines Mention Science Politique. Paris: Université Paris.

Haug S and Sauer L (2006) Bestimmungsfaktoren internationaler migration: Ein überblick über theorien zur erklärang von wanderungen. *Migration und Ethnische Minderheiten* 1: 7-34.

Koudissa J (2014) *Das Afrikanische Fluchtlinge und migrations problem. Eine Herausforderung fur Europa und fur Afrika*. Munster: Ashendorff.

International Organization for Migration (IOM) (2005) *Word Migration report 2015*. Geneva: IOM.

Loko G (2013) *Le Groupe des Migrants Rwandais au Congo-Brazzaville et son Incidence Economique*. Memoire de Master en Theologie Pastorale de la Mobilite Humaine. Roma: Pontificia Universita Urbaniana - SIMI.

Pries L (2007) Globaler wandel und das entstehen transnationaler migration: Zwischen der welten zu hausè. *Globaler Wandel Rubin*: 33-39.

Salzmann B (2006) *Globale Migration am Beginn des 21. Jahrhunderts: Eine Welt ohne Grenzen?* Berlin: DGVN.

Schlogel K (2006) *Planet der Nomaden*, Berlin: Wjs-Verlag.

Tomasi SM (2008) Migration und katholizismus im globalen kontext. *Concilium* 5(44): 520-537.

United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) (2014) *UNHCR Statistical Yearbook 2013*. Geneva: UNHCR.

Faces dos Migrantes entre Fronteiras, Privação e Paradoxo: uma Oportunidade para uma Cultura de Acolhimento, Hospitalidade e Solidariedade

ANNE BÉATRICE FAYE

O movimento de migrantes da África para a Europa, os dramas que são regularmente e amplamente divulgados pela mídia, sem dúvida causam emoção e revolta. Cenas de deportação são vistas em quase todos os lugares no continente africano. Além desses sentimentos compartilhados, essas situações nos convidam a explorar novos caminhos e a mudar nossos pontos de vista e abordagens sobre a migração.

De fato, a questão da migração é muitas vezes discutida como um “objeto” que pode ser estudado com a finalidade de encontrar maneiras de erradicá-lo. Nesta abordagem, a face do migrante, estrangeiro ou vítima da pobreza é de forma similar “reificada”, assim como sua identidade é reduzida à sua privação, fragilidade, insegurança e sofrimento. Dificilmente alguém pode ser definido quando não é aceito em nenhum lugar. Não há lugar para se estabelecer quando ir é equivalente a retornar.

Gostaria de mencionar duas experiências que visam transformar esse migrante como “objeto” em migrante como “sujeito”. A primeira experiência me traz de volta à ilha de Niodior, berço da escritora senegalesa Fatou Diome, que escreveu o livro *“The Belly of the Atlantic”* (Diome, 2008). A travessia do Atlântico, entre a África e a Europa é, ao mesmo tempo, um caminho e uma barreira, um recurso para o nativo e o seu túmulo. Fatou Diome pertence à geração de autores da “migridade”, ao lado de Bessora, Calixthe Beyala, Marguerite Abou-

et, Jean Baptiste Sourou e Ken Bugul. Todos eles são intelectuais expatriados que apresentam uma visão distanciada do seu país, para além da visão anti-colonialista, e propõem novas perspectivas (Chevrier, 2008).

A segunda experiência é a que milhares de africanos enfrentam cruzando fronteiras no continente, muitas vezes, à custa de suas vidas. Eles estão no Marrocos, Argélia, Líbia, Senegal e Mauritânia, e são, frequentemente, caçados pela polícia ou seguranças. Suas histórias de vida são comoventes. Contudo, essas histórias também nos permitem mudar nossas práticas pastorais no que diz respeito ao cuidado dos migrantes.

É nesse contexto experiencial que ocorre o primeiro eixo de minha contribuição. Primeiro tentarei conciliar os três problemas que todos os migrantes enfrentam onde quer que estejam. Eles são a fronteira, a privação e o paradoxo. Na África, em particular, a mobilidade humana não é um fenômeno temporário. Tornou-se permanente e estrutural devido a muitos fatores políticos, econômicos, ideológicos, culturais, dentro e fora do continente. Nesse cenário, o encontro com o rosto do migrante, ou seja, uma prática de "subjetivação" em vez de "reificação" do migrante, pode ser uma oportunidade para promover o desenvolvimento humano e o crescimento. O segundo eixo da minha contribuição pretende explorar como reinventar o ministério da hospitalidade, o encontro com o "outro", o gosto do "outro" e o sentido de solidariedade através de um serviço de acompanhamento humano e espiritual.

Migração entre Fronteiras, Privação e Paradoxo: A Experiência do Homem de Barbes

Através de Barbes, um personagem de seu livro, Diome expressa a necessidade urgente de dar voz aos migrantes, pois, muitas vezes, as políticas migratórias se voltam contra eles. A palavra dos migrantes gera compromissos reais e reviravoltas; mostra força e sofrimento que pode tocar os corações mais endurecidos e perturbar suas visões de mundo. Essa agitação, compartilhada com os outros, leva a um caminho de engajamento com as questões dos direitos humanos, onde a transformação pessoal e coletiva se une num projeto para erradicar a pobreza. Através da experiência de serem partes de uma rede vital e não nômades solitários, as pessoas podem descobrir suas identidades pessoais e desenvolver suas habilidades de comunicação, dignidade, julgamento e criatividade. No romance, Barbes serve como uma imagem de todos os homens e mulheres des-

locados dentro ou fora do continente e, através dos encontros da personagem, Diome destaca três problemas na experiência de migração.

O primeiro problema é a fronteira, cuja noção hoje parece questionável. Vivemos em um mundo em mudança e todos deveriam “se mover”. A invenção de transportes e comunicações eficientes, juntamente com a globalização e o desequilíbrio nos padrões de vida entre países desenvolvidos e emergentes, torna a mobilidade humana mais fácil e mais urgente. O movimento parece ser nossa norma cultural, começando com a propriedade. Nós todos sabemos que o comércio, a indústria, os bancos e a tecnologia estão em toda parte e que o seu livre comércio não conhece fronteiras. Entretanto, para os seres humanos existem limites rigorosos. Nós aceitamos a livre circulação de dinheiro, bens e informação, mas a maioria de nós está relutante em reconhecer a livre circulação de pessoas. Muitos imigrantes tentam cruzar fronteiras buscando uma vida melhor, mas os vistos ou barreiras fronteiriças os impedem. Assim sendo, a crise do século XXI é, em muitos aspectos, uma crise de migração. Migrantes e pessoas deslocadas são muitas vezes consideradas um fardo e são vistas como um perigo ou ameaça. Este equívoco provoca frequentemente reações de intolerância, xenofobia e racismo nas sociedades de acolhimento.

Por um lado, a questão da migração se tornou muito sensível a ponto de influenciar as relações entre os países de origem e de destino. Por outro lado, devido à atual crise econômica global, a própria legitimidade da migração internacional se tornou frágil e foi desafiada. Políticas de migração parecem estar em desacordo com as realidades dos deslocamentos atuais. Como podemos promover o livre comércio internacional e deter os migrantes ou obrigá-los a voltar para casa? As políticas de migração restritiva não levam em conta seriamente o impacto da mobilidade humana em ambos os países de origem e de destino.

Este é o primeiro problema que se refere aos rostos de mulheres, homens, crianças e jovens que procuram um lar seguro e pacífico. O crescente número daqueles que arriscam suas vidas para deixar a África reflete o profundo mal-estar no continente, que ainda está lutando para prover condições favoráveis de desenvolvimento humano a seus filhos e filhas. Os jovens migrantes procuram uma educação melhor e mais liberdade. Sua confiança e esperança os levam embora, apesar dos riscos e perigos da jornada migratória. Cada migalha de suas vidas é dedicada a recuperar sua dignidade. Os migrantes estão fugindo da perseguição e de conflitos étnicos e religiosos para garantir seu futuro e proteger suas famílias. Eles carregam em seus corações o desejo de

Fases dos Migrantes entre Fronteiras, Privação e Paradoxo

Anne Béatrice Faye

um futuro melhor, não apenas para si, mas também para suas famílias e pessoas que amam. Os migrantes são nossos irmãos e irmãs que procuram uma vida melhor longe da pobreza, da fome, da exploração e da distribuição injusta de recursos globais. Se abandonarmos esses migrantes a si próprios, como podem ter esperança? (Francis, 2013a).

Este primeiro problema revela um novo fenômeno igualmente marcante: a feminilização da fronteira. A situação das mulheres é outra preocupação. Mãe e filha são impedidas de embarcar em um caminhão depois de usar suas economias para comprar bilhetes que se tornaram inúteis. Esta é uma imagem vívida da presença feminina no fenômeno da migração. As fronteiras estão se tornando mais femininas. Apesar de as mulheres nunca terem estado totalmente ausentes, no passado eram principalmente homens que emigravam. As mulheres normalmente acompanham seus maridos ou pais ou posteriormente se juntam a eles nos países de recebimento. Hoje, as mulheres migrantes estão se tornando cada vez mais autônomas. As mulheres atravessam as fronteiras de seus países, enfrentam cercas de arames farpados eletrificados, desertos e mar a procura de trabalho no exterior. Frequentemente, são ou se tornam a principal fonte de sustento para suas famílias.

Neste contexto, onde as oportunidades de melhorar as condições de vida, ou até mesmo de sobrevivência, são limitadas, o tráfico de seres humanos - especialmente de mulheres - floresce. Torna-se fácil para os traficantes oferecerem seus "serviços" às vítimas, que muitas vezes não sabem o que as espera. Em alguns casos, as vítimas são exploradas no trabalho ou na indústria do sexo como escravas.

O segundo problema, privação, se refere ao fato de que cada migrante é um rosto, uma história sobre tragédias, guerras e conflitos. As dimensões deste problema revelam a extensão de diversos déficits ocultos, que muitas vezes resultam de falhas na gestão pública. Cada um destes rostos carrega um ser humano e uma riqueza religiosa para serem acolhidos e não temidos.

Esse problema afeta profundamente os jovens. Um número cada vez maior de jovens está deixando seus países de origem por diferentes razões, sendo a principal o desejo de autonomia. Muitos não se sentem "expulsos" de seu país já que costumam voltar mais tarde. Há necessidade de programas de assistência aos migrantes que superem a fase de emergência e desenvolvam métodos para abordar as causas da migração, para produzir mudanças que imprimam

novos rostos às empresas e pessoas, e encorajem a perspectiva de que os migrantes são recursos no plano econômico e, mais amplamente, no político e cultural. Se os migrantes são tratados como seres humanos, podem ajudar no desenvolvimento de todos os países envolvidos. Nesse sentido, a mobilidade humana pode ser um fator-chave no desenvolvimento.

O terceiro problema se refere a um paradoxo, ou melhor, a alguns paradoxos. Primeiro, há um paradoxo que nos é imposto: a globalização exclui o sul enquanto a migração o envolve. O mundo parece dividido entre ricos e migrantes pobres. A “elite nômade” viaja livremente sem vistos, enquanto os pobres são desprotegidos e forçados a viajar por extrema necessidade. Em outras palavras, alguns (chamados expatriados) visam à mobilidade social, aspirando riqueza e sucesso. Outros (chamados migrantes ou deslocados) devem sempre estar em movimento para a sua própria subsistência e a de suas famílias.

O outro paradoxo diz respeito à migração de pessoas qualificadas. Numa entrevista exclusiva para o jornal *La Croix*, o presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, pediu que o governo francês mudasse a “imigração seletiva” pela “migração negociada” (D’Ersu, 2008). Contudo, a França continua aceitando os diplomados numa “fuga de cérebros” senegalesa que não pode mais ser aceita. O Senegal dedica 40% do seu orçamento nacional à educação e os seus melhores estudantes vão para a Europa para a pós-graduação e trabalho. O presidente Wade chegou a enviar uma fatura à França solicitando o reembolso das bolsas de estudo concedidas aos melhores estudantes do Senegal. É necessário promover um diálogo internacional destinado a criar mecanismos de compensação e cooperação no interesse de todas as partes.

Outro paradoxo diz respeito à implementação de projetos de migrantes nas suas localidades, que são desprovidas de atividades econômicas. Isso pode ser uma alternativa ao atual êxodo rural para as cidades, proporcionando oportunidades para a população rural ficar em suas áreas de origem. Muitos migrantes estão se reunindo em grupos e associações, com um enorme potencial de cooperação em vários domínios. Por exemplo, estão envolvidos na construção de escolas, na compra de equipamentos para a saúde e construção de outras infraestruturas. Além dos benefícios sociais e econômicos óbvios desses projetos, eles também fornecem outras contribuições ao processo de desenvolvimento humano e espiritual que são menos visíveis e menos quantificáveis. Discutirei esses benefícios na próxima seção.

Reinventando o Cuidado: Pastoral de Encontro, Hospitalidade e Solidariedade

Ao reunir pessoas de diferentes nacionalidades, etnias e religiões, a migração contribui para tornar visível o verdadeiro rosto da Igreja. Esta pode ajudar a “curar” a atual divisão causada pelos problemas e privação construindo pontes. A Igreja poderia ser uma presença e um apoio para todos, promovendo a cultura do acolhimento, do encontro e da solidariedade com o “outro”.

Os seres humanos devem crescer em liberdade e participar ativamente na construção de um mundo segundo o coração de Deus. Isto significa estar em relação com eles mesmos, familiares e parentes, sociedades, instituições, natureza e Deus. Os seres humanos só podem crescer se permanecerem em relação com os outros em todos os aspectos de suas vidas. Devem viver e se desenvolver em segurança com outros, serem respeitados e respeitando os outros, independentemente de seus pontos fortes e fracos. Ajudar os migrantes que deixam seus países em busca de uma vida melhor é uma expressão dessa atitude positiva fundamental. Assim, precisamos promover a compreensão e o intercâmbio cultural com os migrantes.

O ser humano é uma ponte, uma porta aberta, um lugar de encontro e até mesmo uma transição entre vários pensamentos e transformações: entre o que o indivíduo era e o que pode ser quando está em contato com outros, ou seja, mais humano. Ser homens e mulheres das fronteiras e construir uma cultura de encontro multiplica nossa capacidade de amar. O encontro com o “outro” amplia o coração. Ele ajuda a redescobrir, a desenvolver e a implementar uma nova atitude que não só aceita o “outro” como também promove criativamente a integração intercultural.

Um sinal profético de anúncio de um novo mundo é criar uma cultura de acolhimento e hospitalidade como um antídoto para qualquer sistema de exclusão do “outro”. É necessário reforçar e incentivar a criação de estruturas interculturais na comunidade cristã, nos níveis paroquial e diocesano, destacando a importância da hospitalidade para os migrantes na tradição cristã. Os valores dos “outros”, para além das dificuldades pessoais, devem ser valorizados. Como o Papa Francisco declarou em 2013, ‘estas pessoas necessitam de uma pastoral especial que respeite as suas tradições e os acompanhe à integração harmoniosa nas situações eclesiais em que se encontram. Que as nossas comunidades cristãs realmente possam ser lugares de hospitalidade, escuta e comunhão!’ (Francis, 2013b).

Para os cristãos, acolher os migrantes é um sinal da importância da fraternidade. Dentro da Igreja não há estrangeiro. O batismo comum nos dá, onde quer que nos encontremos, a "cidadania" cristã, e o Evangelho nos convida a viver uma fraternidade universal. É o que o Papa Francisco nos recorda: cada um de nós é responsável pelo seu próximo. Nós somos os cuidadores de nossos irmãos e irmãs, onde quer que vivam. Manter bons contatos pessoais e conhecimentos, bem como a superação de preconceitos e medos, são ingredientes essenciais para o crescimento de uma cultura de acolhimento, onde se está disposto não só a dar mas também a receber o "outro". Nas Sagradas Escrituras, a hospitalidade está ligada ao encontro com Deus: acolher o estrangeiro é acolher a Deus pessoalmente. A fraternidade nos mostra que os migrantes são um tesouro, um presente para todos. Nesse sentido, é necessário promover o serviço de acompanhamento aos migrantes.

Este é um apelo por uma pastoral especializada na promoção da integração e apoio aos migrantes. Acolher não é suficiente. O direito de viver e trabalhar, de ser uma pessoa plena, de se integrar, de ser parte ativa da sociedade que o recebe, são direitos fundamentais. Os cristãos são chamados a ficar ao lado dos fracos, para fazer a escolha de uma jornada na e com uma Igreja intercultural, respeitando a herança humana e o desenvolvimento espiritual e cultural de cada membro. Francisco (2013b) lembra que nós "como Igreja, devemos lembrar que ao curar as feridas dos refugiados, das pessoas descoladas e vítimas de tráfico, ao nos identificarmos com o diferente, com aqueles que sofrem, com as vítimas inocentes da violência e da exploração, colocamos em prática o mandamento de amor que Jesus nos deixou."

O cuidado dos migrantes não pode ser vivido individualmente. Está enraizado na autoridade da Igreja e na particularidade das comunidades locais, contudo, é um apelo urgente a todos os cristãos batizados.

Conclusão

A migração é um fenômeno que tem marcado a humanidade desde tempos imemoriais. Ela tem contribuído para o nascimento e o desenvolvimento de reinos, impérios e estados. Sob o impacto da globalização, das alterações demográficas, das desigualdades econômicas persistentes, dos conflitos e catástrofes naturais, a migração humana sem dúvida, se tornou uma das principais preocupações dos estados africanos. A migração aparece como uma das ca-

racterísticas que definem a vida econômica, social e política de um mundo constantemente marcado pela mobilidade humana.

Os migrantes e os refugiados desafiam os estilos de vida tradicionais e afetam os horizontes cultural e social nas sociedades que os recebem. Essa tensão destrói as pessoas. No entanto, somos uma família humana que, em sua multiplicidade de diferenças, caminha para a unidade, valorizando a solidariedade e o diálogo entre os povos. A Igreja é a mãe e o cuidado materno se manifesta com ternura e tratamento especial. Não devemos ter medo das diferenças. A compaixão cristã - "sofrimento com" - se expressa acima de tudo no compromisso de conhecer os eventos que forçou alguém a deixar sua terra natal à força e, quando necessário, a ser a voz dos aflitos e oprimidos quando os outros não ouvem seus gritos.

Nesta perspectiva, é importante considerar os migrantes não com base na regularidade ou irregularidade da sua situação, mas como pessoas que, uma vez que tenham a sua dignidade assegurada, podem contribuir para o bem-estar e o progresso de todos. Isto é especialmente verdadeiro quando os migrantes são levados a assumir responsabilidades em relação às comunidades que os acolhem, a ser gratos e respeitosos com a herança material e espiritual dos habitantes locais, a obedecer às leis do país de acolhimento, e a contribuir para o seu desenvolvimento. A história, distante e a recente, ensina que os migrantes, mesmo em situações dramáticas de deslocamento, sempre fizeram uma contribuição positiva aos países que os recebem. Mais importante ainda, esses migrantes são mulheres e homens que, em virtude de sua humanidade, têm o direito universal à vida e à dignidade.

BIBLIOGRAFIA

Chevrier J (2008) *La Litterature Africaine: Interview de Fatou Diome*. Paris: Ed Libro.

Croix 18/12/2008. http://www.la-croix.com/Actualite/Monde/Abdoulaye-Wade-Le-Senegal-ne-peut-accepter-la-fuite-des-cerveaux-_NG_-2008-12-18-681628 (acessado em 29 de setembro de 2016).

D'Ersu L (2008) Abdoulaye Wade: Le Senegal ne peut accepter la fuite des cerveaux. La Croix 18/12/2008. http://www.la-croix.com/Actualite/Monde/Abdoulaye-Wade-Le-Senegal-ne-peut-accepter-la-fuite-des-cerveaux-_NG_-2008-12-18-681628 (acessado em 29 de setembro de 2016).

Diome F (2008) *The Belly of the Atlantic*. Paris: Edition Anne Carriere.

Francis (2013a) Encyclical letter *Evangelii gaudium*. https://w2.vatican.va/content/francesco/en/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazioneap_20131124_evangelii-gaudium.html (acessado em 29 de setembro de 2016).

Francis (2013b) Address to participants in the plenary of the Pontifical Council for the Pastoral Care of Migrants and Itinerant People. https://w2.vatican.va/content/francesco/en/speeches/2013/may/documents/papa-francesco_20130524_migranti-itineranti.html acessado em 29 de setembro de 2016).

Pequenas Comunidades Cristãs (PCC): Uma Solução Possível para a Questão da Migração e do Desenvolvimento?

MELCHIOR-EDOUARD MOMBILI

Por quase cinco anos, o fenômeno global da migração tem sido o grande tema das preocupações pastorais das Igrejas da África e Ilhas adjacentes reunidas no Simpósio das Conferências Episcopais da África e Madagascar (SCEAM). De fato, ao longo das oito regiões SCEAM, há a promoção de um ministério que busca se dedicar de forma especial à solicitude da Igreja para a categoria de "pessoas em movimento". No ambiente de acolhimento, os migrantes se encontram, devido à natureza da sua mobilidade, sob condições sociais diferentes e contrastantes. Sua presença provoca cada vez mais reações negativas por parte das comunidades que a Igreja, em seu amparo maternal, está tentando mitigar por meio de iniciativas apropriadas. No entanto, tais iniciativas podem ser questionadas da perspectiva do nexo entre migração e desenvolvimento, uma questão que é altamente debatida no momento. Os efeitos complexos do fenômeno da globalização são sentidos tanto em nível regional como intercontinental. A relação entre migração e desenvolvimento é amplamente debatida pelo fato de que a desigualdade social é compreendida de diferentes pontos de vista: sócio-antropológico, legal, político, econômico e perspectivas religiosas.

Desde o início, deve-se notar que a reflexão aqui apresentada é focada na opção pastoral de comunhão e inculturação da Igreja na África. Ao fazê-la, o propósito deste texto é baseado em dois componentes: a) a apresentação do fenômeno migratório em sua relação com o desenvolvimento, e b) o desenvolvimento de uma reflexão teológico-pastoral que pretende oferecer uma possível solução para o ligeiro desconforto gerado pelo antagonismo entre migração e desenvolvimento.

Migração: um fenômeno com contornos complexos

De acordo com relatório da ONU, um migrante é uma pessoa que deixa seu país por um período de pelo menos um ano, com a intenção de se estabelecer no exterior a longo prazo. Globalmente, os migrantes, isto é, os indivíduos que não vivem no país de nascimento por mais de um ano, são estimados em mais de 200 milhões. Mais da metade são mulheres. No entanto, esta categoria de pessoas em movimento contém um número infinito de casos sociais. As situações dos migrantes em terras estrangeiras estão sujeitas a muitas interpretações e preconceitos que geram debates tanto em nível público como dentro de círculos políticos fechados. Em vez disso, os migrantes são, como observou Gustave Masiah (1998), sujeitos ativos da cena internacional, defensores da cooperação e da solidariedade. Estes incluem, como evidência, cientistas, estudantes, estagiários, pesquisadores, entidades empresariais e refugiados de diferentes situações (exilados políticos, sobreviventes de guerra e exilados econômicos), entre outros.

Atualmente, o fenômeno da migração está ligado à noção de desenvolvimento econômico. Esse arranjo envolve muitas vezes considerações que despertam desconfiança. Além disso, o escrutínio do fenômeno da migração contradiz esta concepção avaliada por mais de um especialista como simplista ou até pernicioso. De fato, o atual fenômeno migratório não é realmente novo, e é marca desta era de crise econômica e precarização do emprego que é difícil de controlar. Contrário à crença popular, o desenvolvimento historicamente aparece como um elemento criativo e não redutores da migração. Portanto, no contexto da globalização, é mais provável que a migração internacional aumente do que diminua. Da mesma forma, uma observação menos divulgada revela que o fenômeno da migração está em parte na explosão dos números de refugiados, bem como no desenvolvimento dos fluxos sul-sul através do qual opera uma dinâmica em que todos ganham. Conflitos, a crise econômica global, a necessidade de trabalho nos países emergentes afetam as comunidades de destino e origem dos migrantes no mundo.

Considerado como um movimento de pessoas que se deslocam do sul para o norte, a migração internacional é entendida de forma diferente. No norte, há um desejo geral de controle e redução da migração, bem como declínio da assistência oficial ao desenvolvimento. Enquanto no sul, o cenário é marcado pela implementação dos planos de ajustamento estrutural, da crise econômica, da instabilidade política e da pobreza. Para os países em desenvolvimento, a migração internacional é considerada uma exportadora de serviços ou de mão-

de-obra, levando em consideração o envio de remessas dos emigrantes. Estima-se que estas remessas formais ou envios não oficiais equivalem, ou sejam até mesmo superiores, à assistência pública ao desenvolvimento. Considerando que, no passado, isto é, nas décadas de 50 e 60, a migração para a América do Norte dos países pobres do sul foi encorajada para aumentar a força de trabalho e prosseguir o crescimento. A migração foi então considerada benéfica e necessária para o desenvolvimento dos países de destino, mas também dos países de origem dos migrantes. No entanto, este processo em que todos ganham inesperadamente perpetuou as desigualdades entre países ricos e pobres. Os efeitos adversos específicos da migração do sul para o norte incluem a fuga de cérebros da migração do sul, o envio de remessas de emigrantes que favorece a importação de produtos estrangeiros em detrimento da produção local e a aquisição no norte de competências desnecessárias e inutilizáveis no sul.

Por outro lado, o desenvolvimento é visto mais como um facilitador da emigração do que o seu impedimento. De fato, através da criação de oportunidades de emprego, especialmente em áreas urbanas, os processos de desenvolvimento eliminam setores tradicionais de mão-de-obra que trabalham por salários muito baixos, e promovem a migração interna e internacional. Além do mais, o fenômeno da migração não pode ser reduzido à sua dimensão econômica e, da mesma forma, as políticas restritivas que dificultam a mobilidade dos migrantes, apesar de terem sido eficazes em muitos casos, não parecem diminuir a migração. A necessidade de detectar os chamados “turistas falsos” ou “potenciais imigrantes ilegais” entre milhões de pessoas que atravessam fronteiras todos os dias, ou que procuram atravessá-las por razões que nada têm a ver com a migração, é um empreendimento que está condenado ao fracasso.

O apelo da Igreja na África: as Pequenas Comunidades Cristãs

Baseando-se na experiência da igreja primitiva, cujos membros se dedicaram aos ensinamentos dos apóstolos em comunhão e fraternidade, onde os fiéis tinham tudo em comum para satisfazer as necessidades de cada um dos membros da Igreja (cf. At 2: 42-47), os bispos africanos no início dos anos 60, optaram por criar comunidades cristãs (CEV, CEB, CSC,CCB) a fim de ancorar mais profundamente a evangelização no ambiente africano. Na verdade, o desejo dos bispos para a África era promover e cristianizar os elementos culturais tradicionais que poderiam aumentar a consciência dos fiéis do desenvolvimento que visava o bem-estar não apenas dos membros da comunidade, mas também de pessoas fora dela.

Pequenas Comunidades Cristãs (PCC)

Melchior-Edouard Mombili

Esta visão eclesiológica foi particularmente atraente para as culturas tradicionais africanas que valorizam a hospitalidade, a solidariedade e a partilha. São obviamente elementos que fundamentalmente caracterizam essas culturas.¹

Ao cristianizar as culturas tradicionais através da instituição da PCC, a Igreja africana ensinou seus membros a assumir todas as realidades do cotidiano da vida como cristãos, isto é, os ligava à própria vida de Cristo, que assumiu e recapitulou tudo nele (Ef 1). Assim, com base no conceito de Igreja, Família da Igreja de Deus como Igreja-Comunhão, a PCC é à imagem da família tradicional africana, um lugar de aprendizagem, de caridade e de partilha exercida fora da discriminação, aonde o amor de Cristo que veio para compartilhar o destino dos homens inspirou as ações dos membros da comunidade.² De acordo com esse ponto de vista, os membros da PCC são chamados a superar barreiras socioculturais de exclusão e acolher fraternalmente homens e mulheres de todas as condições sociais. Portanto, o critério de ação contra o fenômeno de migração já não se baseia em considerações sócio-culturais, mas no único fator de nossa humanidade comum, porque somos todos membros da família de Deus (cf. Ef 2: 4). É neste contexto que o Conselho Executivo Nacional da Conferência Episcopal Nacional do Congo (CENCO, 2013: art. 2, §2) fala da natureza da PCC, afirmando: 'O objetivo da PCC é encontrar esse calor fraterno, esse maravilhoso dinamismo das comunidades cristãs primitivas. Serão mais lugares para a escuta da Palavra de Deus, a oração, a solidariedade e a partilha, o apostolado dos enfermos e a gestão do meio ambiente.'

É evidente que os migrantes que se encontram num ambiente estranho, longe de suas famílias, são muitas vezes privados desse calor humano que dá a alegria de viver e estimula a enfrentar as pressões da vida. Os migrantes, neste caso, devem ser considerados como pessoas frágeis e vulneráveis que precisam de atenção

1 A esse respeito, deve-se salientar que a iniciativa dos bispos para a África tem consistentemente recebido o apoio do Magisterium universal da Igreja cujos escritos, desde o Concílio Vaticano II, têm encorajado a VEC pastoral a ser lugares genuínos de caridade e fé evangélica. De acordo com a sua vocação, os CEVs pretendem ser lugares onde a escuta da Palavra de Deus e os sacramentos despertem caridade e justiça para com todos, especialmente para com os pobres (cf. Bento XVI, 2005: 25; 2010: 103).

2 Este entendimento eclesiológico definiu a identidade e o compromisso das Igrejas da África através dos dois Sínodos dos bispos africanos realizados em Roma em 1994 e 2009. As recomendações se encontram nas Exortações Pontificias Pós-Sinodais com um título muito sugestivo: *Ecclesia in Africa* (Igreja na África) e *Africae Munus* (O Compromisso da África).

dos membros da PCC, e que podem liberá-los do mal do isolamento que vivem no exterior. A missão da Igreja, através da ação da PCC, é demonstrar solidariedade com os que sofrem. Na execução desta missão, ela descobre a sua vocação de '[...] coração materno aberto sem fronteiras com o mundo' (Francis 2014).

Além disso, um dos objetivos fundamentais da PCC é promover a justiça no ambiente de vida cotidiana. O apoio da PCC aos estrangeiros em situações de dificuldade defende a criação de um estabelecimento justo para uma política com o objetivo de gerir uma política de migração que previna a frustração desnecessária e a humilhação de pessoas. Para este fim, devemos distinguir entre a liberdade de circulação, que se insere nos direitos dos indivíduos, e a liberdade de se estabelecer num país que é um direito dos estados.

Da mesma forma, expressando sua preocupação com os estrangeiros, a PCC desafia o mundo do emprego para tratar os imigrantes com mais justiça à luz da contribuição de suas competências nos países em desenvolvimento que os acolhem. O direito a uma remuneração justa reivindicada pelos trabalhadores exige que tenhamos em conta a questão do status dos trabalhadores imigrantes. Os imigrantes reivindicam o status de atores de desenvolvimento assim como o dos trabalhadores do país de acolhimento. Aqui é uma questão de dignidade humana e orgulho porque o trabalhador se sente útil para a sociedade. Trata-se de uma defesa dos migrantes promovida pela PCC em função de sua vocação e constitui um exemplo de facilitação no processo de justiça, paz e reconciliação na comunidade.

Além disso, baseando-se no princípio do respeito pela dignidade transcendente da pessoa humana, tal como ensinada na PCC, pode ser considerada uma sucessão política saudável das massas trabalhadoras na sociedade. As estatísticas mostram que em locais onde a força de trabalho é reduzida, devido ao envelhecimento e outros fatores, a migração externa é inevitável. De fato, os políticos cada vez mais criticam a aposentadoria antecipada e a degradação do nível das pensões que dificultam um futuro melhor sob políticas de imigração de fronteiras fechadas. É por valorizar e não desprezar a contribuição das pessoas em movimento a favor da comunidade - ainda que pequena - que a sociedade de acolhimento descobrirá a importância de cada membro estrangeiro.

Certamente, os migrantes ajudam seus países de origem. No entanto, embora a política de ajuda ao desenvolvimento no âmbito de cooperação norte-sul seja avaliada de forma diferente segundo as áreas geográficas, o principal de-

Pequenas Comunidades Cristãs (PCC)

Melchior-Edouard Mombili

safo continua sendo a redução da pobreza, pouco acesso à saúde, educação, renda mínima, etc. Além disso, os pobres do sul não são os únicos responsáveis pelo fracasso observado em muitos lugares. Algumas responsabilidades também são dos países ricos que não cumpriram o seu compromisso de destinar 0,7% do seu Produto Interno Bruto à assistência ao desenvolvimento.

A esse respeito, verificou-se que, para os países menos desenvolvidos, a exportação da mão-de-obra não qualificada, como a de executivos desempregados, é uma válvula de escape para a instabilidade social em potencial. O dinheiro enviado ao país contribui em relação ao mercado externo por meio de uma série de produtos locais. Assim, pode-se concluir que os países do sul têm interesse em promover a emigração legal ou ilegal dos seus nacionais, na medida em que esta operação produza lucros econômicos. Portanto, sem ser exclusivo, devemos promover o desenvolvimento local e a descentralização das autoridades locais através da intervenção de associações de migrantes para as suas aldeias e regiões, bem como parcerias entre associações internacionais de solidariedade e autoridades locais. Nesta medida, Massiah (1998) sugeriu que fosse dada prioridade ao desenvolvimento das regiões de origem dos migrantes. Embora isso não reduza os fluxos à curto prazo, oferece duas vantagens: a) trata-se de uma cooperação baseada numa história comum e, deste modo, a concretiza e b) pode contar com a contribuição essencial dos migrantes.

Da mesma forma, diante de novos fatores que continuam a transformar as sociedades modernas - tais como as chegadas em massa aos mercados de trabalho do sul, os meios de transporte o desenvolvimento da comunicação - as cidades de migração não podem ser evitadas. Deveria ser posto em prática uma política visando lidar com esses assuntos e reconciliar os interesses do norte e do sul, cujas preocupações, além do discurso sobre os direitos humanos, parecem ainda irreconciliáveis. Na verdade, muitas vezes, o início da migração de um indivíduo fugindo da pobreza está ligado ao desejo de contribuir para o futuro da aldeia ou da comunidade urbana. Assim sendo, a migração não pode ser compreendida apenas a nível individual e familiar, e deve ser analisada como uma resposta coletiva a situações específicas. Na mesma linha, pode-se repensar o papel das associações de migrantes como associações internacionais de solidariedade. Assim, devemos encorajar parcerias entre associações e comunidades nas regiões de origem com associações de migrantes e outras associações internacionais de solidariedade, a fim de definir acordos em nível regional, levando em conta situações específicas e identificando interesses comuns. De acordo com o relatório de Sami Nair, citado por G. Massiah (1998), a melhor abordagem é valorizar a mobilidade associada a

projetos de codesenvolvimento, sem a obrigação de retorno de migrantes, mesmo que o objetivo seja reduzir os fluxos migratórios.

A análise pormenorizada da participação dos migrantes no processo de desenvolvimento dos países de acolhimento é uma preocupação global da PCC. Esta tenta manter as diferentes disposições dos membros da comunidade, a fim de canalizá-las numa dinâmica que contribua para o bem-estar de todos. Nesta medida, o Papa Francisco (2015) convida os fiéis a proteger os migrantes. Ele exorta os fiéis a aprofundar e a fortalecer os valores necessários para assegurar a coexistência harmoniosa entre pessoas e culturas diferentes.

Esta política de cooperação pode contribuir para o desenvolvimento e a promoção da democracia? A resposta a esta pergunta não é óbvia, está sujeita a muitos parâmetros, incluindo o contexto internacional. Uma política de codesenvolvimento baseada na cooperação descentralizada, ou seja, na participação direta dos membros da comunidade, apoia as associações de imigrantes a manter a pressão sobre a cooperação entre sociedades. Este sistema permite que os atores intervenham diretamente e preparem a próxima geração em benefício da comunidade, através de uma política de cooperação que prioriza o desenvolvimento local. Em última análise, a política de codesenvolvimento relacionada aos fluxos migratórios só pode ter significado se for parte de uma política de imigração baseada no respeito aos direitos individuais e coletivos. Nesse sentido, em vez de ser vista como um fenómeno que constitui uma ameaça permanente, a migração pode ser vista positivamente como uma transferência de conhecimento, experiências, contribuições culturais e desenvolvimento em todos os países onde está presente. Esta visão também se aplica à complexa colaboração das forças que compõem a sociedade: a Igreja, a comunidade nacional, a comunidade internacional composta por ONGs e outras plataformas que apoiam pessoas em situações de necessidade.

Conclusão

Concluindo, fomentemos a recomendação da Exortação Apostólica *Africae Munus* que reflete a missão da Igreja Africana das Boas Novas ao se envolver no serviço dos pobres e dos mais pobres através da PCC:

A Igreja está ansiosa para ver a globalização da solidariedade se expandir a ponto de inscrever 'nas relações comerciais o princípio da gratuidade e a lógica do dom

como expressão da fraternidade', evitando a tentação de considerar a globalização como a única lente através da qual se pode ver a vida, a cultura, a política e a economia, e promovendo um respeito ético permanente pela variedade de situações humanas em prol de uma solidariedade eficaz (Bento XVI, 2011: 87).

A exortação articula perfeitamente a preocupação da PCC em educar seus membros a trabalhar em sinergia e num espírito de respeito mútuo, reciprocidade, disponibilidade e confiança. Neste sentido, como instrumento de exercício da caridade e de solidariedade cristã, a PCC sem ser exclusiva, pode ser uma solução para combater o fenômeno da migração que se tornou uma tragédia humana real e que não deixa ninguém indiferente. Como recordado pela exortação do Papa Francisco (2015: 10) na Bula da Proclamação do Jubileu Extraordinário Da Misericórdia: '[...] é tempo de voltar ao básico e de apoiar as fraquezas e as lutas de nossos irmãos e irmãs.'

BIBLIOGRAFIA

Bento XVI (2005) Carta Encíclica Deus caritas est. http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html (acessado em 29 de Setembro de 2016).

Bento XVI (2010) Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini. https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/en/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20100930_verbum-domini.html (acessado em 29 de Setembro de 2016).

Bento XVI (2011) Exortação Apostólica Pós-Sinodal Africae Munus. https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20111119_africae-munus.html (acessado em 29 de Setembro de 2016).

Francisco (2014) Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado – 2015. https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20140903_world-migrants-day-2015.html (acessado em 28 de Setembro de 2016).

Francisco (2015) Bula Misericordiae vultus. https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/papa-francesco_bolla_20150411_misericordiae-vultus.html (acessado em 29 de Setembro de 2016).

Massiah G (1998) *Immigration, Coopération et Développement. Réponse au Rapport Sami Nair*. Paris: Association Internationale de Techniciens Experts et Chercheurs (AITEC).

National Executive Board of the Conference Episcopale Nationale du Congo (CENCO) (2013) *Secretariat General*. Kinshasa: CENCO.

O Nexo entre Migração e Desenvolvimento à Luz da Experiência de José, Filho de Jacó, no Egito: Reflexões Filosófico-Teológicas e Perspectivas Sociopolíticas

GEORGES NJILA JIBIKILAYI J.

Foi-me solicitada uma reflexão teológica sobre a experiência da migração no contexto da República Democrática do Congo (RDC). Assim sendo, esta contribuição, a partir de uma perspectiva teológica, trata principalmente da migração congoleza e migração dentro da RDC, uma realidade de mobilidade humana que é muito complexa. A figura bíblica de José, filho de Jacó, servirá como paradigma para articular o nexo entre migração e desenvolvimento.

Começarei por descrever brevemente a minha compreensão do conceito e da realidade da migração. Então, vou tentar dar uma resposta teológica para abordar uma questão filosófica. Finalmente destacarei algumas consequências sociopolíticas. Esta estrutura tripartida da minha contribuição se justifica pelo fato de que a questão filosófica está relacionada com o "outro", a resposta teológica é uma reflexão sobre a experiência de José no Egito, e as conclusões constituem o caminho ético que gostaria de sugerir.

Por mais paradoxal que seja, parece cada vez mais convincente e óbvio que a migração sempre esteve profundamente associada aos seres humanos como uma parte essencial de sua natureza. Pode-se até dizer que a migração é uma das principais características da antropologia bíblica. O ser humano na Bíblia está em constante movimento. Depois da experiência do pecado, Deus obrigou Adão e Eva a abandonar o Éden. Depois do seu ato fratricida, Caim foi

O Nexo entre Migração e Desenvolvimento à Luz da Experiência de José Georges Njila Jibikilayi J.

condenado a vagar por toda a vida. Abraão foi convidado a deixar seu país para ir ao lugar que Deus lhe mostraria.

Duas considerações parecem importantes. A primeira diz respeito à diversidade das causas da migração. Por exemplo, a razão da ida de Abraão à Palestina é totalmente diferente da ida de José ou Jacó ao Egito. O segundo se refere aos problemas e dificuldades relacionados à migração e às complexidades de coexistência com o outro (cfr. Gn 3: 23-24).

Quanto à mobilidade humana na RDC - e penso que a situação em outros países africanos é semelhante - é necessário distinguir entre diferentes categorias e períodos de experiência migratória. Diferentes migrações ocorreram em períodos diferentes da história: a "descoberta" da África, a colonização, a evangelização, a descolonização, a cooperação diplomática. Em todas essas circunstâncias, os estrangeiros ocidentais e africanos podiam entrar livremente na RDC. Ao mesmo tempo, os congoleses migraram por razões diferentes, incluindo religiosas (para ministrar), educativas e motivações sociopolíticas (cooperação, instabilidade sociopolíticas, etc...). Atualmente, os fluxos de entrada e saída de migrantes na RDC continuam.

A liberdade de movimento é um direito fundamental de todo ser humano e ninguém pode impedir as pessoas de circularem. Assim, é essencial dar sentido, um significado, uma orientação para a migração. A questão principal se refere às condições de vida dos migrantes - antes, durante e depois da migração - e isto coloca em jogo o nexo entre migração e desenvolvimento. Na base desta relação, que descreve a vida na dinâmica dos encontros e das separações, há uma questão filosófica inevitável: quem é o outro para mim? O que sua presença significa para mim?

Perguntas filosóficas: migração e alteridade

Não parece lógico considerar a migração e o desenvolvimento na perspectiva de uma vida inteira, de uma coexistência, de um "ser-com" e "trabalhar com". A lógica depende da resposta a uma questão filosófica e teológica básica. O ângulo filosófico através do qual eu gostaria de discutir a relação entre migração e desenvolvimento é a questão fundamental da "alteridade", ou seja, o rosto ou a presença do outro na minha casa e/ou para mim.

Para o propósito desta contribuição, o desenvolvimento é entendido como o resultado de uma ação conjunta, uma "ação-com" o outro. É no cerne do problema da alteridade que colocamos o nexos entre migração e desenvolvimento. Em outras palavras, a ligação entre migração e desenvolvimento constitui uma maneira diferente de pensar sobre o relacionamento com os outros.

A noção de alteridade, que está no cruzamento entre várias disciplinas (filosofia, antropologia, sociologia e teologia), se refere principalmente à situação do "self" diante do outro e vice-versa. Trata-se da identidade do outro: o que ele/ela é ou pode ser para mim e o que eu sou e posso ser para ele/ela. Isto também se refere a tudo o que é externo a "mim", ou seja, Deus, a natureza, os indivíduos, os grupos, a sociedade, as coisas, os lugares, etc... Isto é, em última análise, sobre a aceitação ou a não aceitação do outro. Esta noção conheceu um grande desenvolvimento filosófico. Vários autores têm dedicado longos estudos a este assunto, como Emmanuel Levinas e Paul Ricoeur, apenas para mencionar dois. Em seus escritos, Levinas considera a alteridade um caminho de pesquisa na relação com os outros. A alteridade é a experiência humana que ajuda a superar a solidão, que Levinas descreve como desesperança ou isolamento numa ansiedade traumática. Ele sugere dar atenção ao conhecimento e à socialidade, enfatizando a socialidade como uma saída da solidão (Levinas, 1995). Em sua tese intitulada *Ethics and Infinity*, Levinas (1982) considera o tipo de relacionamento que a sociabilidade poderia estabelecer com a alteridade. Nesta publicação, o outro - ou alteridade no sentido de aceitação dos outros - é apresentada num contexto social: o outro é percebido como um rosto para acolher obrigatoriamente. O encontro com o outro cria uma experiência genuína, que implica compromisso e responsabilidade mútuos (Levinas, 1982).

De acordo com Paul Ricoeur, é impossível construir uma dialética unilateral do "mesmo" e do "outro". Ele se inspirou tanto em Edmund Husserl, que tenta derivar o alter ego do ego, e Levinas, que argumenta que o "outro" atribui o "eu" à sua responsabilidade. Convencido do desaparecimento ou inoperatividade de Descartes e do idealismo do ego de Kant, o filósofo francês Paul Ricoeur (1990) quer reconstruir o *ego* - ou o "self" - numa relação permanente com o "outro". Portanto, não é possível pensar num "self" fora do "outro." "[O] outro não é apenas a consideração do mesmo, mas pertence à própria constituição de seu significado" (Ricoeur, 1990: 380). Para Ricoeur, um terceiro método de conceber a alteridade é 'ser dirigido como a estrutura do egoísmo', pois pode ser reconciliado com a autoestima e certificar reciprocamente que não há nada mais assimétrico. Daí a necessidade de um novo caminho: partir da base solitária do *cogito* e pro-

O Nexo entre Migração e Desenvolvimento à Luz da Experiência de José *Georges Njila Jibikilayi J.*

mover o reconhecimento de uma pluralidade da alteridade, exigindo uma abordagem ética. De acordo com Ricoeur (1969), "self" não significa "eu". Se o outro está tão ligado ao "self", em vista do movimento do outro, quem se aproxima ou se afasta, as questões filosóficas sobre o significado do outro seriam formuladas da seguinte forma: o outro - tanto aquele que chega ou quem acolhe - é uma oportunidade ou uma ameaça? Se o outro contribui ou participa no meu bem-estar (desenvolvimento), logicamente ele/ela é uma oportunidade. Portanto, a questão é como fazer do encontro uma oportunidade tanto para quem acolhe como para quem chega. Esta é a pergunta que eu gostaria de responder a partir de uma perspectiva teológica, refletindo sobre a experiência de José no Egito.

Reflexão teológica sobre a experiência de José no Egito (Gen 37-47)

Muitos elementos desta reflexão teológica vêm de uma entrevista que tive com a comunidade congoleza em Paris há seis anos. Fui convidado a participar de uma conferência sobre a presença de migrantes congolezes na França. Na minha palestra, propus a imagem de José como modelo de migração como uma oportunidade para o país anfitrião e suas famílias, que os deixaram ir sem vendê-los (ao contrário dos irmãos de José), mas talvez vendendo todos os seus bens.

José era um dos doze filhos de Jacó. Seus irmãos, que o odiavam visceralmente, queriam matá-lo, mas finalmente decidiram vendê-lo aos ismaelitas. Estes, então, o venderam a um servo egípcio que era hierarquicamente superior. José acabou sendo escravo na casa de Potifar, um oficial do faraó e chefe de seus guardas. Devido ao seu brilhante desempenho, José foi nomeado por Potifar gestor de sua casa e de todos os seus negócios. Abruptamente, por causa de uma história inventada pela esposa de seu chefe, ele foi preso. Na prisão, José se tornou famoso por seu dom de interpretar sonhos e conquistou a confiança do faraó, que o promoveu ao mais alto grau político. José salvou o Egito dos efeitos trágicos da fome e trouxe sua família para este país.

A história de José pode contribuir para uma interpretação positiva do fenômeno migratório atual como uma abordagem à aspiração de todas as pessoas ao bem-estar (desenvolvimento). A figura de José ressalta que a migração pode ser um impulso para o desenvolvimento. Eu gostaria de me concentrar naqueles que se movem, deixando seus países ou regiões, em busca de melhores condições de vida. Minha reflexão os aborda particularmente e àqueles que os acolhem, baseando-se na reinterpretação de João Paulo II da parábola do Bom

Samaritano no contexto africano:

Segundo muitos Padres Sinodais, a África actual pode ser comparada àquele homem que descia de Jerusalém para Jericó; ele cai nas mãos dos salteadores que, depois de o despojarem e encherem de pancada, o abandonaram, deixando-o meio morto (cf. Lc 10,30-37). A África é um continente onde inumeráveis seres humanos — homens e mulheres, crianças e jovens — jazem, de algum modo, prostrados à margem da estrada, doentes, feridos, indefesos, marginalizados e abandonados. Têm extrema necessidade de bons Samaritanos que venham em sua ajuda. (João Paulo II, 1995: 41).

A natureza migratória da humanidade é uma evidência histórica. Os seres humanos têm migrado desde tempos imemoriais. A mobilidade humana é tão antiga quanto à humanidade. E esta tendência é ainda mais visível na história da salvação. O livro do Gênesis enfatiza que os antepassados dos judeus eram nômades ou vagueavam: 'Faraó perguntou a ele [Jacó], "Quantos anos você tem?" E Jacó disse ao Faraó, "Os anos da minha peregrinação são cento e trinta. Meus anos foram poucos e difíceis e eles não são iguais aos anos da peregrinação de meus pais" (Gen 47: 8-9). Tal consciência da herança nômade dos judeus é recordada no livro do Deuteronômio:

Então vocês declararão perante o Senhor, o seu Deus: "O meu pai era um arameu errante. Ele desceu ao Egito com pouca gente e ali viveu e se tornou uma grande nação, poderosa e numerosa. Mas os egípcios nos maltrataram e nos oprimiram, sujeitando-nos a trabalhos forçados." (Dt 26: 4-6).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos positiviza a natureza migratória dos seres humanos (Nações Unidas, 1948). Contudo, a mobilidade humana tem causas e objetivos. No caso de José e sua família, há três razões principais para sua migração: a maldade de seus irmãos, a fome em Israel e o convite de José. A migração era vista como uma maneira de evitar uma situação degradante: o fratricídio no caso de José e a fome no caso de sua família. Do lado do país de destino, a situação evolui em três fases: a) dominação sobre o escravo (José) e estrangeiros (seus irmãos); b) confiança no herói (José como primeiro-ministro e anfitrião de sua família); c) medo do outro como um adversário ou como uma presença problemática (a atitude do faraó em relação a José (cf. Ex 1: 8-10); e d) a organização de uma política/ação para a autoproteção dos estrangeiros ou para promover a sua integração.

O Nexo entre Migração e Desenvolvimento à Luz da Experiência de José

Georges Njila Jibikilayi J.

Por outro lado, as autoridades egípcias que aprisionaram José faziam parte de uma organização de trabalho pesado e escravidão que vitimou os israelitas (cf. Ex 1: 11-16). Esta ação difere profundamente da atitude do Bom Samaritano, que ofereceu aos desafortunados a oportunidade de viver com dignidade.

O chamado para ser uma chance para o outro ou para acolher o outro é uma oportunidade que exige duas condições prévias. A primeira é o reconhecimento das habilidades do outro. Potifar, os companheiros de José na prisão, o faraó e os capatazes tiveram que reconhecer os méritos de José e dos filhos de Israel. Além da fragilidade caracterizada na figura de José (um escravo), os egípcios detectaram o melhor que ele poderia oferecer para o seu desenvolvimento. A segunda pré-condição aborda o princípio da fertilidade, que é essencial para desencadear o nexo entre migração e desenvolvimento. Embora fosse despojado materialmente e externamente, José era pobre materialmente e rico espiritualmente, devido ao seu senso de responsabilidade no trabalho e seu dom de interpretar sonhos. Ele colocou sua riqueza a serviço do bem-estar do faraó, seus dignitários e todos os egípcios. Em outras palavras, ninguém é tão pobre que não possa contribuir de alguma forma para o desenvolvimento do outro. Todos os migrantes, para além da sua fragilidade socioeconômica, devem estar convencidos de que têm algo a dar para o bem-estar dos outros. Da mesma forma, todos os países, apesar de sua riqueza, devem ter algo a receber daqueles que chegam e lhes oferecer hospitalidade. Isso requer uma grande criatividade no reconhecimento e no estímulo dos talentos disponíveis. Esta é a dimensão sociopolítica da teologia de invenção elaborada por Leonard Santedi (2003).

A capacidade de gerenciar a fase de desarmonia entre os migrantes (judeus) e a comunidade de destino (egípcios) é marcada por dois elementos importantes: o crescimento de Israel e o medo no Egito. Na narrativa bíblica, o ressurgimento do conflito entre país de destino e de origem levou ao abuso de migrantes e ao êxodo. Entre as razões deste conflito, vale a pena mencionar a distância histórica e qualitativa entre o tempo de José e o período de Moisés (Ex 1: 8).

Da experiência de José no Egito, descobre-se que a relação entre o migrante e a comunidade no país de destino pode mostrar pelo menos três faces históricas diferentes: a) descrédito, onde o migrante é um escravo, uma pessoa digna apenas do serviço que ele/ela deve render; B) colaboração bem sucedida, em que o migrante e o anfitrião mutualmente contribuem para a realização do outro; e c) desconfiança mútua ou autoproteção.

Referindo-se à experiência de José no Egito, a resposta à questão filosófica de quem é ou representa o outro (o migrante) pode ser tríptica: um escravo (pessoa sem valor), um colaborador e, portanto, uma oportunidade (para acolher e prover) ou um potencial inimigo em relação ao qual se deve ser cauteloso. No entanto, a história de José nos convida a prestar atenção ao segundo sentido: o outro como uma oportunidade de dar e/ou receber. Portanto, o desenvolvimento se torna uma casa para construir em conjunto, onde todos não só tem um espaço de vida, mas também assumem a responsabilidade para um futuro feliz em comum, compartilhando os dons de Deus.

Perspectiva sociopolítica: viver com o outro, graça e responsabilidade

Continuarei a refletir sobre a experiência de José com o auxílio de alguns documentos magistrais. A Carta Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, a Carta Encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI, as Cartas Encíclicas *Sollicitudo rei socialis* e *Laborem exercens* de João Paulo II e a Carta Encíclica *Caritas in Veritate* de Bento XVI oferecem algumas propostas sociopolíticas e perspectivas pastorais que enfatizam as formas em que a migração representa uma oportunidade de desenvolvimento.

A primeira perspectiva é a reconceitualização da ideia de migração. Há uma necessidade de difundir uma compreensão positiva do fenômeno da migração, para ser considerado normal e legítimo, especialmente quando movido por razões humanitárias. Esta compreensão constitui a justificativa para acolher e assistir os migrantes em todas as suas necessidades. A Igreja presta atenção a todas as pessoas vulneráveis, que só procuram viver com dignidade. Isto é o que Paulo VI (1967: 1) recordou em sua Carta Encíclica *Populorum Progressio*:

O desenvolvimento dos povos é objeto de profundo interesse e preocupação da Igreja. Especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para o seu pleno desenvolvimento, é seguido com atenção pela Igreja. Depois do Concílio Ecumênico Vaticano II, uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica traz à Igreja a obrigação de se pôr a serviço dos homens, para ajudá-los a aprofundar todas as dimensões de tão grave problema e para convencê-los da urgência de uma ação solidária neste momento decisivo da história da humanidade.

O Nexo entre Migração e Desenvolvimento à Luz da Experiência de José Georges Njila Jibikilayi J.

Esta conversão leva os cristãos a acolher o outro como uma graça que o Senhor, o Mestre do tempo e da história, concede. A segunda perspectiva é a essencialidade de Deus. É o Senhor que dá a José todas as habilidades humanas, espirituais e intelectuais que contribuem para o desenvolvimento de Israel. Nesse sentido, o verdadeiro valor humano pode ser descoberto, uma vez que qualquer compreensão do ser humano separado de Deus é um verdadeiro empobrecimento. Bento XVI (2009: 78-79) está bem ciente disso e em sua Carta Encíclica *Caritas in veritate* relembra veementemente:

Sem Deus, o homem não sabe para onde ir e não consegue sequer compreender quem é. Perante os enormes problemas do desenvolvimento dos povos que quase nos levam ao desânimo e à rendição, vem em nosso auxílio a palavra do Senhor Jesus Cristo que nos torna cientes deste dado fundamental: «Sem Mim, nada podeis fazer» (Jo 15, 5) [...] A disponibilidade para Deus abre à disponibilidade para os irmãos e para uma vida entendida como tarefa solidária e jubilosa. Pelo contrário, a reclusão ideológica a Deus e ao ateísmo da indiferença, que esquecem o Criador e correm o risco de esquecer também os valores humanos, contam-se hoje entre os maiores obstáculos ao desenvolvimento. O humanismo que exclui Deus é um humanismo desumano. Só um humanismo aberto ao Absoluto pode guiar-nos na promoção e realização de formas de vida social e civil [...] preservando-nos do risco de cairmos prisioneiros das modas do momento. [...] O desenvolvimento tem necessidade de cristãos com os braços levantados para Deus em atitude de oração, cristãos movidos pela consciência de que o amor cheio de verdade — *caritas in veritate* –, do qual procede o desenvolvimento autêntico, não o produzimos nós, mas nos é dado. Por isso, inclusive nos momentos mais difíceis e complexos, além de reagir conscientemente devemos sobretudo referir-nos ao seu amor. O desenvolvimento implica atenção à vida espiritual, uma séria consideração das experiências de confiança em Deus, de fraternidade espiritual em Cristo, de entrega à providência e à misericórdia divina, de amor e de perdão, de renúncia a si mesmo, de acolhimento do próximo, de justiça e de paz. Tudo isto é indispensável para transformar os «corações de pedra» em «corações de carne» (Ez 36, 26).

Nesta perspectiva, é importante abordar a questão do diálogo inter-religioso e respeito mútuo. O verdadeiro Deus fala com o faraó (assumidamente pagão) e José somente interpreta a mensagem dirigida ao rei egípcio. Diferentes religiões podem colaborar eficazmente na harmonização entre migração e desenvolvimento.¹

¹ Discuti este ponto detalhadamente num artigo que publiquei em 2007 (Njila Jibikilayi, 2007: 33-34).

O Nexo entre Migração e Desenvolvimento à Luz da Experiência de José

Georges Njila Jibikilayi J.

A terceira perspectiva é a garantia de uma vida decente para todos. Paulo VI defende viver juntos em solidariedade e com caridade universal, banindo todo nacionalismo e racismo e valorizar o 'trabalho digno para todos' como forma de acolher e integrar o outro na construção da *res publica*: «[...] Deve-se o mesmo acolhimento aos trabalhadores emigrados que, economizando para aliviar um pouco a família que na sua terra natal ficou na miséria, vivem em condições por vezes desumanas.» (Paulo VI, 1967: 69). Esta perspectiva exige o estabelecimento de sociedades justas, caracterizadas por políticas sólidas e eficazes de acolhimento e integração de migrantes. Há necessidade de lutar contra todas as 'estruturas do pecado', das quais fala João Paulo II (1987), e promover uma distribuição justa da riqueza, erradicando qualquer tipo de exploração dos pobres, como foi evocado por Leão XIII (1891) no século XIX.

A quarta perspectiva é a importância da educação e dos valores familiares. Estou convencido de que a educação familiar de José deve ter contribuído grandemente para o seu sucesso. Prever ou encaminhar o comportamento de futuros adultos, particularmente no contexto de migração (tanto do ponto de vista de quem acolhe como daquele que é recebido), requer começar educando adequadamente as crianças de hoje sobre os valores fundamentais, a importância do trabalho, o sentido da vida, a alteridade, a solidariedade, a gratuidade, o perdão, a reconciliação, etc..

A quinta perspectiva é a compreensão de "viver com o outro" como uma responsabilidade. Isto significa considerar que a felicidade do outro (migrante ou anfitrião) depende de atos responsáveis. No Egito, o futuro de todas as pessoas dependia das ações de José.

A sexta perspectiva é o princípio da troca enriquecedora. A migração pode contribuir para o desenvolvimento através do mecanismo de troca. Todo mundo sempre tem algo a dar e a receber. Isto não se refere necessariamente à riqueza material, mas também à riqueza cultural, espiritual e humana.

Conclusão

A figura de José é uma resposta à pergunta sobre o significado do outro (oportunidade ou ameaça): o outro pode realmente ser uma oportunidade para o desenvolvimento daquele que o acolhe. Embora seja difícil - ou mesmo impossível - deter a migração, é possível transformá-la em um fator de desenvol-

vimento efetivo. Para este fim, uma ideia política ou religiosa negativa da migração constitui a maior ameaça. Ninguém deve ter medo de acolher o outro. Na abertura do Jubileu extraordinário, o Papa Francisco (2015: 15) explicitou acolher o estrangeiro entre as obras de misericórdia:

É meu vivo desejo que o povo cristão reflita, durante o Jubileu, sobre as obras de misericórdia corporal e espiritual. Será uma maneira de acordar a nossa consciência, muitas vezes adormecida perante o drama da pobreza, e de entrar cada vez mais no coração do Evangelho, onde os pobres são os privilegiados da misericórdia divina. A pregação de Jesus apresenta-nos estas obras de misericórdia, para podermos perceber se vivemos ou não como seus discípulos. Redescubramos as obras de misericórdia corporal: dar de comer aos famintos, dar de beber aos sedentos, vestir os nus, acolher os peregrinos, dar assistência aos enfermos, visitar os presos, enterrar os mortos. E não esqueçamos as obras de misericórdia espiritual: aconselhar os indecisos, ensinar os ignorantes, admoestar os pecadores, consolar os aflitos, perdoar as ofensas, suportar com paciência as pessoas que nos fazem mal, rezar a Deus pelos vivos e mortos.

BIBLIOGRAFIA

Bento XVI (2009) Carta Encíclica *Caritas in veritate*. http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html (acessado em 1 de outubro de 2016).

Francisco (2015) Bula *Misericordiae vultus*. http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco_bolla_20150411_misericordiae-vultus.html (acessado em 1 de outubro de 2016).

João Paulo II (1987) Encyclical Letter *Sollicitudo rei socialis*. http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/en/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html (acessado em 1 de outubro de 2016).

João Paulo II (1995) Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in Africa*. http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_14091995_ecclesia-in-africa.html (acessado em 1 de outubro de 2016).

Leon XIII (1891) Carta Encíclica *Rerum novarum*. http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html (acessado em 1 de outubro de 2016).

Levinas E (1982) *Ethique et Infini*. Paris: Fayard.

Levinas E (1995) *Alterite et Transcendance*. Paris: Fata Morgana.

Njila Jibikilayi G (2007) Le pluralisme dans le dialogue interreligieux: Reflexions sur quelques modeles. *Revue Africaine de Theologie* 61(31): 17-36.

Paulo VI (1967) Carta Encíclica *Populorum progressio*. http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html (acessado em 1 de outubro de 2016).

Ricoeur P (1969) *Le Conflit des Interpretations, Essai d'Hermeneutique*. Paris: Le Seuil.

Ricoeur P (1990) *Soi-meme Comme un Autre*. Paris: Le Seuil.



PARTE I: Migração e Desenvolvimento

Santedi L (2003) *Dogme et Inculturation en Afrique. Perspective d'une Theologie de l'Invention*. Paris: Karthala.

United Nations (1948) Universal Declaration of Human Rights. <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> (acessado em 1 de outubro de 2016).

O regime de asilo na África

Este capítulo discute o regime de asilo na África, considerando as condições de entrada, o processo de avaliação e a concessão de asilo, bem como o papel das organizações não governamentais e das comunidades locais.

— António Casanova

PARTE II: Migração e Conflito

Para compreender a migração e o conflito, é necessário considerar as condições de entrada, o processo de avaliação e a concessão de asilo, bem como o papel das organizações não governamentais e das comunidades locais. Este capítulo discute o regime de asilo na África, considerando as condições de entrada, o processo de avaliação e a concessão de asilo, bem como o papel das organizações não governamentais e das comunidades locais.

Tradicionalmente, a África tem sido considerada uma região de emigração, com muitos africanos a deslocarem-se para a Europa. Contudo, a crescente instabilidade política e económica em muitas partes da África tem levado a um aumento da migração para o continente europeu.

Em segundo lugar, a migração e o conflito estão frequentemente ligados. Muitos africanos deslocam-se para a Europa devido a conflitos armados no seu país de origem. Este capítulo discute o regime de asilo na África, considerando as condições de entrada, o processo de avaliação e a concessão de asilo, bem como o papel das organizações não governamentais e das comunidades locais.



O Nexo entre Migração e Desenvolvimento à Luz da Experiência de José
 Caspary (1999-2017)

PARTE II: Migração e Conflito

Saint-Denis (2003) *Dogme et Exclusion en Afrique: Perspectives d'une Théologie de l'Immigrant*. Paris: Karthala.

United Nations (1948) Universal Declaration of Human Rights. <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> (último acesso em 1 de outubro de 2016).

PARTE II: Migração e Conflito

O regime de asilo na África

SERGIO CARCIOTTO

Para discutir migração forçada e asilo na África, considerarei os refugiados e as pessoas que buscam asilo. Estas duas categorias de migrantes incluem indivíduos que fogem de suas casas devido a conflitos, perseguição e violações de direitos humanos e, também, até certo ponto, aqueles que fazem parte do fluxo de chegadas irregulares buscando oportunidades econômicas. Ambas as categorias de “refugiados” e “pessoas que buscam asilo” têm causado preocupações entre os estados devido ao seu direito de admissão. Para começar, gostaria de dizer que a questão da migração na África Subsaariana está vinculada a uma série de mitos, e mencionarei três temas recorrentes no debate sobre migração que são permeados por tais equívocos.

Primeiramente, existe uma percepção generalizada de que migrantes de países da África Subsaariana se deslocam em direção à zona costeira da Europa. Contudo, como defendem Bakewell e De Haas (2007), a evidência mostra que a dinâmica migratória na África Subsaariana é caracterizada por fluxos intrarregionais.

Em segundo lugar, existe uma concepção equivocada de que as cidades africanas estão crescendo de forma acelerada devido ao influxo massivo de migrantes oriundos de áreas rurais. Isto não é totalmente verdadeiro. Na realidade, a taxa média de urbanização na região Subsaariana é estimada em 5% por ano (UN-Habitat, 2014), uma taxa que está em consonância com a de outras regiões em desenvolvimento no mundo. Além disso, a migração não é o único fenômeno colaborando para o crescimento de cidades na África. Potts (2009) revelou que há ao menos três fatores contribuindo no processo de urbanização. O primeiro é um aumento natural da população urbana devido às altas taxas de fertilidade e baixas de mortalidade. O segundo é a reclassificação de

O regime de asilo na África

Sergio Carciotto

antigas áreas rurais como áreas urbanas, e o terceiro é a migração interna de zonas rurais para urbanas. Nesse sentido, ela observou uma contribuição reduzida de imigração líquida para o crescimento urbano torque não é causado por menos mobilidade interna, mas por um aumento da migração circular. A autora também defendeu que está se tornando problemático para os migrantes residirem em áreas urbanas por períodos longos devido à dificuldade de conseguir emprego e alcançar um padrão de vida digno. Nesse contexto, a migração e a mobilidade interna podem representar uma estratégia de sobrevivência para diversificar as fontes de renda.

O último equívoco que comentarei é o que se refere à África Subsaariana como uma região da qual as pessoas são forçadas a escapar de conflitos e instabilidade social. Contudo, levando em conta as últimas estatísticas publicadas pelo United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), os refugiados correspondem a somente 16% da população total de migrantes internacionais na África (UNHCR, 2015a). Isto mostra que a mobilidade humana na África Subsaariana é mais motivada por fatores econômicos do que por conflitos. Tendo dito isso, de acordo com o UNHCR (2015b), os países dessa parte do continente africano da África Subsaariana atualmente acolhem o surpreendente número de 3.7 milhões de refugiados, mais de um quarto da população global de refugiados. Mesmo se a maioria das “pessoas em movimento” no continente não se enquadra na definição legal de “refugiados”, países africanos como a Etiópia, o Quênia, o Chade e a Uganda acolhem um grande número de refugiados em situações prolongadas de refugiados. Isto significa que ao menos 25.000¹ ou mais refugiados da mesma nacionalidade são acolhidos em um dado país de asilo por ao menos cinco anos. A questão das situações prolongadas de refugiados também é indissociável das soluções sobre os refugiados que abordarei de forma breve ao longo da minha apresentação.

Quando se discute a questão dos refugiados e da migração forçada, é inevitável se referir à atual crise de migração na Europa e à situação dos refugiados sírios, não somente porque são o maior grupo de refugiados no mundo, somando atualmente 4 milhões (UNHCR, 2015b), mas também porque esta crise ganhou a atenção da mídia. Em 2015, a foto de uma criança refugiada encontrada morta numa praia turca causou clamor nas mídias sociais ao redor do mundo.

1 Esta é a definição oficial da ONU de ‘situação prolongada de refugiado’.

De acordo com a Frontex, desde o início de 2015², mais de 500.000 pessoas entraram na Europa e aproximadamente 3.000 morreram tentando cruzar o mar Mediterrâneo. Dois países em particular, Itália e Grécia, tiveram o maior número de chegadas, mais de 100.000 e 350.000 respectivamente. Acredito que analisar o que está acontecendo na Europa neste momento específico nos permitirá fazer algumas considerações relevantes para o continente africano e fornecer sugestões para as instituições de asilo na África.

Eu fiquei positivamente surpreso escutando a defesa da chanceler Angela Merkel sobre a política para refugiados da Alemanha quando ela afirmou que: 'A Alemanha está fazendo o que é obrigada moralmente e legalmente' e que 'a Europa tem que mostrar que tem valores e é solidária.' Estas declarações são relevantes para a minha discussão porque abrangem três conceitos principais relativos à primeira admissão de refugiados e pessoas que requerem asilo e à responsabilidade global que resulta disso.

O primeiro se refere à obrigação moral de admitir refugiados e aqueles que buscam asilo. E envolve também questões éticas cruciais no contexto de migração internacional, tais como: Quais os limites que os estados têm para regulamentar a entrada de não cidadãos? Os critérios para selecionar e admitir imigrantes são justos e não discriminatórios? Há um direito a migrar? Os imigrantes têm os mesmos direitos que os cidadãos? Como sociedades pluralistas e que respeitam a diversidade cultural devem ser governadas? Dado os conflitos de interesse em torno à migração e ao fato que o discurso público muitas vezes trata a mobilidade humana como um problema, estas questões não têm respostas fáceis e representam um desafio para as autoridades dos assim chamados países de 'primeiro mundo' bem como dos países em desenvolvimento.

Costuma-se aceitar que os estados têm o direito de controlar a imigração, decidir quem admitir, e que não têm qualquer obrigação moral de aceitar não cidadãos. Contudo, em relação à primeira admissão de estrangeiros, os refugiados são uma exceção ao princípio de soberania de estado. Estados liberais democráticos têm concordado em aceitar indivíduos que solicitam status de refugiado. Os estados também têm a obrigação moral em relação às pessoas que requerem asilo, porque são responsáveis pelo que lhes pode acontecer se

2 Este dado é referente aos três primeiros trimestres de 2015. Sobre o tema ver: <http://bit.ly/1WocKzc>

O regime de asilo na África

Sergio Carciotto

forem enviados de volta aos seus países de origem. Como salientado pelo teórico político Joseph Carens (2003), uma vez que indivíduos se encontram fisicamente presentes dentro das fronteiras dos estados, os governos anfitriões são responsáveis pela sua vida e bem-estar. O conceito de *non-refoulement* é a base fundamental da lei internacional e de refugiados que impede os países de enviar indivíduos de volta a locais onde possam ser ameaçados ou enfrentar perseguição. No plano universal a norma mais importante sobre isso é o Artigo 33 (1) da Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, a qual afirma:

«Nenhum dos Estados Membros expulsará ou rechaçará (*'refouler'*), de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que sua vida ou sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas.» No plano regional, a Convenção da OAU que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África de 1969 contém as obrigações relativas aos princípios importantes de asilo, incluindo o princípio de *non-refoulement*. De acordo com o Artigo II (3): «Ninguém pode ser submetido por um Estado Membro a medidas tais como a recusa de admissão na fronteira, o *refoulement* ou a expulsão que o obriguem a voltar ou a residir num território onde a sua vida, a sua integridade física ou a sua liberdade estejam ameaçados pelas razões enumeradas no Artigo I, parágrafos 1 e 2.»

É importante frisar que a definição legal de refugiados é aberta à interpretação e, portanto, a classificação entre aqueles que merecem proteção internacional e aqueles que podem ser mandados de volta para seus países de origem é arbitrária. Apesar das obrigações morais em relação àqueles que buscam asilo, os estados estão se tornando cada vez mais restritivos em permitir o acesso aos seus territórios. Como muitos países europeus que têm enfrentado um aumento da migração irregular, os países africanos estão se defrontando com o dilema de como conceder asilo e manter a integridade de suas fronteiras. No caso particular da África do Sul, o desequilíbrio entre a abordagem restritiva de imigração e a abordagem liberal de proteção a refugiados, numa região caracterizada por altos índices de mobilidade e fluxos migratórios mistos, resultou num grande número de migrantes recorrendo ao sistema de asilo de um país como forma de temporariamente regularizar a sua permanência. De 2005 a 2011, a África do Sul recebeu o maior número de pedidos individuais de asilo no mundo, com um pico de mais de 200.000 pedidos em 2009 (Johnson e Carciotto, não publicado).

Em relação a este exemplo, defendo que os estados assumiram a obrigação moral de aceitar refugiados, mas falham em conciliar tal obrigação com seus

interesses de proteger a sua soberania. Isto resulta na erosão constante dos direitos dos refugiados e das pessoas que requerem asilo. Apresentei dois conceitos relacionados às obrigações morais e princípios que derivam da lei internacional geral, dos quais o mais relevante é o princípio de *non-refoulement*. O terceiro conceito trata da partilha de encargos e solidariedade. Novamente, considerarei o que está atualmente acontecendo na Europa e relacionarei esta questão com a situação dos refugiados no continente africano.

Apesar da relutância de alguns Estados Membros, a União Europeia entende que a responsabilidade de assistir aos refugiados não pode ser deixada somente para alguns poucos países e tem apelado por mais solidariedade. A Europa precisa mostrar que é um continente fundado em princípios morais como a solidariedade que representa um dos princípios básicos de proteção internacional na forma de partilha de encargos relativos aos refugiados. Lamentavelmente, como discutido por Carens (1996:161-162) 'quanto mais o campo moral entra em conflito com interesses, se torna mais provável que os ditames morais sejam ignorados e violados'.

No caso da África, países vizinhos são muitas vezes responsáveis por fornecer assistência humanitária para milhares de refugiados com pouca ou nenhuma partilha de encargos. A maioria dos países africanos tem adotado uma política de acampamentos. Por exemplo, um grande número de refugiados se encontra instalado em campos de refugiados na Etiópia e no Quênia com acesso limitado aos mesmos direitos civis, políticos, sociais e econômicos que os cidadãos têm. Assim, os refugiados africanos estão vivendo em condições precárias e sofrem com a falta de direito de mobilidade, segurança física, propriedade e emprego.

A questão da partilha de encargos e solidariedade está estreitamente ligada às possíveis soluções para o problema dos refugiados, particularmente nos casos em que os refugiados se encontram na condição de refugiados por décadas sem a possibilidade de integração devido ao fato de que a condição de refugiado é vista como temporária e também porque eles sofrem severas limitações dos seus direitos básicos como não cidadãos. Geralmente existem três soluções para os problemas dos refugiados e todas merecem atenção.

Repatriação voluntária é considerada a melhor solução pela comunidade internacional e se sustenta na crença que todos os refugiados pretendem retornar aos seus países quando a situação melhorar em tais localidades e as causas da fuga não estiverem mais presentes. Contudo, há casos em que o retorno

O regime de asilo na África

Sergio Carciotto

não é desejado e até mesmo impossível (UNHCR, 1999). A repatriação voluntária tem sido usada pelos governos que acolhem e agências de refugiados para acabar com as situações de *refugeehood* promovendo a repatriação quando mudanças duráveis e fundamentais nas condições do país de origem tenham ocorrido. Eu me refiro ao caso dos refugiados ruandeses os quais foram forçados a deixar a Tanzânia em 1996 já que a Ruanda passou a ser considerada um país pacífico. A segurança em um país de origem deve ser o fator primordial no processo de tomada de decisão dos que regressam, mas também dos governos que acolhem os quais deveriam enviar os refugiados de volta para os seus países somente depois que a protecção e segurança sejam plenamente restauradas. O caso mais recente dos refugiados angolanos 'repatriados voluntariamente' para a Angola oriundos de países vizinhos mostra o quanto a repatriação voluntária tem que ser buscada de qualquer maneira, mesmo quando os refugiados estejam relutantes em retornar. (Carciotto, não publicado).

O reassentamento é uma opção para encontrar soluções de longo prazo para a crise de refugiados. Atualmente, há somente 27 países no mundo que concordaram em aceitar uma quota de refugiados acolhidos em países menos desenvolvidos, muitas vezes em situações prolongadas de refúgio. De acordo com a UNHCR (2015a), em 2014, mais de 100.000 refugiados se beneficiaram com os programas de reassentamento e foram reinstalados em países industrializados como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália. É claro que este número representa somente uma gota no oceano e que mais partilha de encargos significa que mais estados devem se responsabilizar para lidar com uma crise humanitária que, direta ou indiretamente, afeta todos os países do mundo.

Recentemente, a África do Sul refletiu se deveria acolher mais refugiados da Síria levando em conta o espírito de partilha global de encargos e de solidariedade africana. Contudo, esta opção foi imediatamente rechaçada por aqueles que disseram que o país já acolhe demasiados refugiados da África. Assim, seria viável para os estados africanos praticar uma partilha de responsabilidades intra-africana? A Convenção da OAU de 1969 estabelece que: 'quando um Estado-Membro tenha dificuldade em continuar a conceder o direito de asilo aos refugiados, este Estado Membro poderá lançar um apelo aos outros Estados Membros, tanto diretamente como por intermédio da OAU; e os outros Estados Membros, dentro do espírito de solidariedade africana e de cooperação internacional, tomarão as medidas adequadas para aliviar o encargo desse Estado Membro, concedendo o direito de asilo.' Durante o Simpósio sobre Refugiados e Deslocamento Forçado de Populações da OAU/UNHCR que se

deu em Addis Ababa de 8 a 10 Setembro de 1994, várias recomendações foram formuladas para fortalecer o sistema de proteção aos refugiados na África, incluindo encorajar os estados africanos a: 'oferecer locais adicionais nos seus territórios para o reassentamento de refugiados de outros países africanos.'

Enquanto a repatriação voluntária permanece a melhor solução para os problemas dos refugiados, o reassentamento em outro país é, às vezes, a única forma de garantir proteção aos refugiados. O reassentamento em países tradicionais de reassentamento está se tornando cada vez mais restrito. Enquanto o UNHCR continua seus esforços para reassentar os refugiados africanos nesses países, existe a necessidade de muitos países africanos reforçar o reassentamento intra-africano de refugiados. Entre os anos de 1970 e 1980, quando os refugiados da África do Sul foram expulsos da Botsuana, da Suazilândia e do Lesoto, outros países africanos aceitaram recebê-los em seus territórios. Mais recentemente, a Burquina Faso aceitou reassentar refugiados como parte da partilha de responsabilidades dentro da abordagem de solidariedade intra-africana (UNHCR, 2004). Obviamente, há muitos obstáculos para a prática de reassentamento intra-africano de refugiados, principalmente considerando que muitos países africanos têm carência de capacidade e de recursos para reassentar refugiados, e que amplas violações de direitos humanos ainda ocorrem em várias partes da África.

A integração local é a terceira solução para os problemas dos refugiados, mas é a que é menos buscada por governos, incluindo aqueles que acolhem grande número de refugiados na África. No passado, de 1960 a 1990, os países africanos praticaram uma 'política de portas abertas' com refugiados que, em grande parte, eram vítimas de perseguição política e, em menor, vítimas de crise humanitária. Os estados do continente tinham uma abordagem liberal em relação à admissão de refugiados que, em algumas circunstâncias, recebiam um pedaço de terra e direitos de cidadão. Nesse sentido, a integração voluntária e o reconhecimento da cidadania para os residentes de longo prazo podem ser considerados um meio de satisfazer as obrigações morais e internacionais e promover o princípio de partilha de encargos. No presente, a integração local não é mais uma opção disponível, até mesmo quando os refugiados permaneceram quase duas décadas num país de asilo e se encontram plenamente integrados em seus novos 'lares'.

Os países de asilo na África estão se tornando ambientes hostis para os refugiados que são muitas vezes vítimas de violência xenofóbica e estigmatização, enquanto as crescentes políticas restritivas de admissão estão se tornando cada vez menos compatíveis com obrigações morais.

O regime de asilo na África

Sergio Carciotto

BIBLIOGRAFIA

- Bakewell O and de Haas H (2007) African migration: continuities, discontinuities and recent transformations. In: Chabal P, Hengel U de Haan L (eds) *African Alternatives*. Leiden: Brill, pp. 95-118.
- Carciotto S (forthcoming) Angolan refugees in South Africa: alternatives to permanent repatriation.
- Carens JH (1996) Realistic and Idealistic Approaches to the Ethics of Migration. *The International Migration Review* 30(1): 156-170.
- Carens JH (2003) Who should get in? The ethics of Immigration Admissions. *Ethnics and International Affairs* 17(1): 95-110.
- Johnson C and Carciotto S (forthcoming) 'No Refuge': The state of Asylum System in South Africa. In: O'Sullivan M and Stevens D (eds) *States, the Law and Access to Refugee Protection: Fortresses and Fairness*: Hart Publishing.
- Potts D (2009) The slowing of Sub-Saharan Africa's urbanization: evidence and implications for urban livelihoods. *Environment & Urbanization* 21(1): 253-259.
- UN Habitat (2014) The State of African Cities 2014: Re-imagining sustainable urban transitions. Available at: <http://bit.ly/1loUv53> (accessed 22 February 2016).
- UN High Commissioner for Refugees (1994) Recommendations of the OAU/UNHCR symposium on refugees and forced population displacements in Africa. Available at: www.refworld.org/docid/3ae68ccc14.html (accessed 11 May 2016).
- UN High Commissioner for Refugees (1999) From resettlement to involuntary repatriation: towards a critical history of durable solutions. Available at: www.refworld.org/docid/4ff59a392.html (accessed 11 May 2016).
- UN High Commissioner for Refugees (2004) Refugee resettlement in developing countries: The experience of Benin and Burkina Faso, 1997 - 2003 - An independent evaluation. Available at: www.refworld.org/docid/546467964.html (accessed 11 May 2016).
- UN High Commissioner for Refugees (2011) The 1951 Convention Relating to the Status of Refugees and its 1967 Protocol. Available at: <http://bit.ly/1XkPIJ1> (accessed 11 May 2016).

UN High Commissioner for Refugees (2015a) UNHCR Global Trends 2014: World at War. Available at: www.refworld.org/docid/558292924.html (accessed 23 February 2016).

UN High Commissioner for Refugees (2015b) UNHCR Mid-Year Trends 2015. Available www.refworld.org/docid/568fbb8f4.html (accessed 23 February 2016).

Organization of African Unity (1969) Convention Governing the Specific Aspects of Refugee Problems in Africa (“OAU Convention”). Available at: <http://bit.ly/1XkPIJ1> (accessed 11 May 2016).

Migração forçada e asilo na África: desafios sociais e políticos

JEAN-BAPTISTE SOUROU

Longe de ser um resumo de uma leitura, esta apresentação é fruto do meu trabalho ao longo de uma década junto a imigrantes africanos em toda a Itália e da minha experiência com jovens estudantes no *Africa Service*. Meu trabalho como jornalista, pesquisador e professor, me levou a esses homens, mulheres e crianças que saem da África, viajando em condições inimagináveis, vivendo situações piores do que aquelas que deixam para trás; isso quando não morrem atravessando o deserto do Saara ou o mar Mediterrâneo (Sourou, 2014).

Esses achados dolorosos sempre questionam minha vida como crente africano. Eles inspiraram a análise que proponho aqui e me levaram a fundar duas associações: *Cedres* em Benin e *Il Cedro* na Itália. As missões conjuntas destas organizações são ajudar as pessoas a identificar as oportunidades que existem localmente na África, e questionar a idealização europeia para evitar as consequências potencialmente perigosas e humilhantes da migração desinformada. Além disso, facilitam o respeito entre os jovens e o conhecimento mútuo entre a África e a Europa, com o objetivo de promover a cooperação entre os continentes como iguais.

A migração forçada no continente africano constitui uma ferida hemorrágica que acabará por esvaziá-lo do seu precioso sangue: o seu povo. Corre-se o risco de afundar toda a África, já que todo o barco de migrantes africanos que afunda no Mediterrâneo é uma parte do continente africano que termina no fundo do mar. Quantos jovens ficaram lá?

A Igreja Católica, que é uma “especialista em humanidade”, não pode espelhar a indiferença neste assunto que se nota nas esferas políticas africanas. O Papa

Migração forçada e asilo na África: desafios sociais e políticos

Jean-Baptiste Sourou

Paulo VI (1967: 1), na Carta Encíclica *Populorum Progressio*, afirma que

O desenvolvimento dos povos é objeto de profundo interesse e preocupação da Igreja. Especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para o seu pleno desenvolvimento, é seguido com atenção pela Igreja.

Estou tentado a dizer “melhor tarde do que nunca”. No entanto, não é tarde porque a urgência do assunto ainda está presente e temos que encontrar soluções, por mais escassas que sejam. O Senhor abençoará e multiplicará nosso pão e nosso pequeno peixe para alimentar a multidão que ele possui. Conheço muitas das igrejas locais na África, especialmente nos chamados países de trânsito, que se esforçam para fazer muito já. Não obstante, um esforço abrangente e coordenado será muito mais eficaz.

Nesta contribuição, abordarei o tema “Migração Forçada e Asilo na África: Desafios Sociais e Políticos” através da história do continente africano, desde a sua independência até hoje. Eu adotei este método já que são através da própria história da África, suas estruturas políticas, relações internacionais, gestão de recursos, que as causas que forçam a migração serão claramente identificadas. Apesar de sua imensa riqueza cultural, humana, espiritual e de recursos naturais, a África nem sempre foi uma terra hospitaleira para seus próprios filhos e filhas. Dividi a história africana entre 1960 e 2016 em quatro períodos: os anos 60, 70, 90 e 2000.

Anos 60: os anos da independência

Na África, 1960 é chamado o ano da independência porque dezoito nações africanas conquistaram a sua independência durante esse período. Isso ocorreu com a maioria das antigas colônias francesas. Na década de 60, um total de trinta e três nações se libertaram do jugo colonial obtendo a soberania nacional, mesma soberania que muitas delas gozavam como reinos independentes antes da era colonial. A independência gerou muita esperança e entusiasmo na África. Foi a libertação de provações que machucaram os africanos em seus corpos, almas, culturas, identidades e espiritualidade.

A elite africana assumiu os governos. Hubert Maga Coutoucou se tornou o primeiro presidente do independente Dahomey. Hamani Diori chefiou o Ní-

ger. Maurice Yameogo se tornou chefe do Alto Volta, agora Burquina Faso, enquanto Abbe Fulbert Youlou deteve em suas mãos o destino do Congo independente. A chegada da classe política indígena despertou a confiança geral porque eram africanos que governavam os países.

A criação da Organização da União Africana (OUA), em maio de 1963 em Addis Ababa, Etiópia, foi um feito relevante. Era o sinal de uma África que desejava decolar, apesar de algumas diferenças em relação aos procedimentos dos seus fundadores (Ekue, 2014). Trinta e dois estados independentes assinaram a Carta da OUA em 1963.

O fato de que o refrão “Nossos antepassados os Gauleses” já não era ensinado nas escolas dos países africanos francófonos foi também uma conquista importante. No entanto, olhando para esses anos, várias questões devem ser levantadas. Os líderes dos países recém-estabelecidos consideraram como tornar o sistema educativo adequado para os jovens? As escolas nos países africanos treinaram os jovens para trabalharem na África? Os jovens africanos foram preparados para assumir o desenvolvimento do seu país ou foram apenas treinados para serem usados nos mercados de trabalho europeus? Os sistemas de saúde, transportes, comunicações e relações internacionais tinham a visão de um futuro sustentável?

As respostas a essas perguntas revelam que nos anos 60, as sementes da crise da migração já haviam sido plantadas no continente. Além dessas considerações, deve-se considerar a gestão precária dos jovens estados africanos, cujas consequências negativas levaram rapidamente à formação de diferentes ditaduras militares em nome da salvaguarda nacional. Como resultado dessa militarização, o período dos golpes de estado começou.

Anos 70: liberdade com gosto amargo

Poucos dias atrás, escutei uma entrevista com o presidente Kerekou (1933-2015) na qual explicou as razões do golpe militar de 26 de outubro de 1972 em Dahomey. Ocorreu para salvar Dahomey da incapacidade da elite política de governar; ele estava aludindo a brigas pessoais, corrupção, nepotismo e divisões étnicas que minaram as esperanças que as pessoas colocaram na independência adquirida alguns anos antes.

Nos anos 70, muitos golpes militares similares devastaram a África. A África Ocidental detém um triste recorde. Estas experiências militares tiveram sérias consequências na vida social e cultural dos cidadãos. A mudança que os militares queriam introduzir levou a regimes que restringiram a liberdade de expressão e de pensamento. Como consequências, muitos acadêmicos africanos deixaram o continente com suas famílias. Eles foram percebidos como obstáculos às mudanças que os novos líderes defendiam, ora porque se opunham a estas alterações, ora porque consideravam os métodos militares muito duros.

Na realidade, os militares repetiram a situação que queriam evitar, e talvez pioraram. Os resultados foram: crise econômica aguda, revoltas populares, marchas diárias e greves expressando a raiva dos funcionários públicos que haviam acumulado meses de atraso salarial. Muitos países mergulharam em uma séria crise social. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial responderam como Programa de Ajuste Estrutural (PAE) no final dos anos 80 e início dos anos 90.

Anos 90: vencemos a fatalidade?

A grave crise do final dos anos 80 e do início dos anos 90 deu origem à experiência única das Conferências Nacionais. A primeira edição foi realizada em Benin, seguida pelo Gabão, Congo, Togo, Níger, Mali, RDC e o Chade. Estas conferências foram reuniões entre todas as forças da nação - o partido no poder, a sociedade civil, diáspora e exilados - para discutir e estabelecer estratégias para uma resolução pacífica da crise política (Boulaga, 2009).

Pode-se dizer com segurança que esta foi uma das páginas mais emocionantes da história contemporânea de alguns países africanos. Era uma nova independência. Desta vez, foi o povo que ditou as regras e, como tal, as conferências nacionais geraram esperanças. Significavam liberdade de expressão, fala, pensamento, voto e inauguraram a possibilidade de novas constituições e eleições livres.

O subtítulo desta seção se inspirou na frase "Vencemos a fatalidade" que conclui o relatório da Conferência Nacional de Benin (1990) e foi proferido pelo relator, o professor Albert Tevoedjre (Celestin, 2011). Os africanos venceram a fatalidade. Mas uma pergunta se coloca para muitos países africanos que não respeitam a vontade de mudança profundamente enraizada nas aspirações do povo.

Com as Conferências Nacionais, alguns países seguiram adiante. Outros relu-

taram em aceitar os resultados com consequências dramáticas que forçaram suas populações a migrar, isso se não foram previamente silenciadas. As populações fugiram em massa. Este é o caso dos cidadãos togoleses que escaparam para Benin em 1993. No dia 3 de fevereiro do mesmo ano, no final de uma missa celebrada no Estádio da Amizade em Cotonou, o Papa João Paulo II (1993) se dirigiu aos refugiados togoleses em Benin afirmando: '[...] a violência e o desprezo pelas aspirações legítimas dos cidadãos nunca levaram ao progresso social. Pode-se até mesmo dizer que, muitas vezes, levam a um comportamento irresponsável. Somente os valores que consolidam a ordem democrática e a consolidação do estado de direito ajudam a criar um futuro melhor'.¹

Anos 2000: onde está a verdadeira liberdade? Onde podemos viver em paz?

Nos países africanos que adotaram um sistema multipartidário, a democracia e a alternância de poder, as esperanças despertadas não eram um sinônimo de desenvolvimento para todos. A educação, o acesso a cuidados de saúde, melhores condições de vida e a criação de trabalho para os jovens não foram concedidos amplamente. Pelo contrário, a corrupção, os sistemas opacos de gestão do bem público, o interesse de algumas empresas de matérias-primas e o olhar complacente das potências estrangeiras sobre os assuntos políticos nacionais, comprometeram o zelo por estados africanos livres, onde os líderes são responsáveis perante os seus eleitores em primeiro lugar. Compreensivelmente, por este motivo, muitos jovens decidiram tentar a sua sorte em outros países africanos como a África do Sul, ou na Europa, com todas as suas consequências. Esses jovens eram principalmente acadêmicos e migrantes econômicos.

No entanto, devem-se considerar também os "migrantes ambientais", pessoas que migram devido a diferentes questões ambientais na África, como os padres do segundo Sínodo dos Bispos da África em 2009 apontaram como causa da migração. O bispo Lucius Ugorji Iwejuru destacou que a exploração selvagem e imprudente dos recursos naturais e do ambiente '[...] tem um impacto negativo sobre os africanos e ameaça as suas perspectivas de viver em paz' (Sourou,

1 O texto original afirma: 'La violence et le mépris des aspirations légitimes des citoyens n'ont jamais conduit au progrès civique et social. On peut même dire qu'ils traduisent souvent un comportement irresponsable. Seules les valeurs qui cimentent l'ordre démocratique et la consolidation de l'Etat de droit permettent de préparer un avenir meilleur.' A tradução foi feita pelo autor.

2010: 22). Para o bispo de Umuahia, na Nigéria, '[...] a degradação ambiental na África está relacionada com esse problema' e '[...] países inteiros são destruídos pelo desmatamento, derramamentos de óleo, aterros de produtos tóxicos, recipientes de plástico ou celofane. A erosão de origem humana devasta terras aráveis, estradas e bloqueia fontes de água. Esses fatores empobrecem as comunidades africanas e aumentam as tensões e os conflitos' (Sourou, 2010: 22). Populações inteiras do Delta do Níger na Nigéria sofrem os efeitos das operações de petróleo e gás na área, as quais poluem a água, os rios e as terras agrícolas fazendo com que os habitantes abandonem suas aldeias em todas as direções em busca de condições de vida mais favoráveis. Diversos inquéritos internacionais criticam estas situações de não cumprimento dos direitos indígenas.

Além disso, há várias guerras ligadas à exploração de matérias-primas que são abundantes no continente. O caso da RDC é altamente simbólico. Nessa medida, Nicolas Lola Ndjomo, bispo de Tshumbe e presidente da Conferência Episcopal Nacional do Congo (CENCO), afirmou durante sua intervenção no Sínodo de 2009:

Os recursos naturais da República Democrática do Congo alimentam a ganância de certos poderes que não ignoram a violência que se impõe à população [...], todos os conflitos que ocorrem nos corredores econômicos e em torno de áreas de mineração, [...] os planos de balcanização criados por predadores para criar "estados anões" na África, manipulados à vontade pelos fortes deste mundo que agem por corporações multinacionais e indivíduos na África e especialmente na RDC (Sourou, 2010: 20-21).

A crise de Darfur em 2003 causou quase 300 mil mortes, 2,5 milhões de deslocados e cerca de 230 mil refugiados no Chade. A guerra de três décadas entre o Sudão do Sul e do Norte criou, para além dos mortos, um grupo de jovens que as Nações Unidas descreveram como "gerações perdidas". Estes jovens nunca pisaram na escola e permaneceram escondidos nas matas para sua proteção. A atual crise humanitária na jovem República do Sudão do Sul é classificada como Nível 3 pelas Nações Unidas, o mesmo que a crise na Síria. Causou mais de 2,5 milhões de deslocados, enquanto 4 milhões de pessoas (metade da população) sofrem de fome. Quase 50 mil crianças sudanesas sofrem de desnutrição aguda em terras ricas em petróleo: esta é a principal razão da guerra atual em um dos estados mais jovens do mundo ao se tornar independente em 2011.

A queda organizada e deliberada do Coronel Muammar Gaddafi em 2011, aliada ao caos criado na Líbia, facilitou o mercado de armas de qualquer tipo no Sahel (Níger, Mali e Chade) e contribuiu para as incursões armadas no norte da

Nigéria e nos Camarões. A montante, petróleo e gás saem da Líbia, mas a jusante, populações ainda são massacradas, os terroristas cometem vários ataques e o número de refugiados e os migrantes em potencial estão aumentando.

Conclusão

As causas da migração forçada na África são complexas e diversas. Assim sendo, exigem uma resposta multidimensional. Uma governança não democrática, poucos benefícios econômicos, especialmente para os jovens, uma educação que não responde às necessidades locais, o analfabetismo, e o acesso precário aos serviços de saúde e água potável são desafios enormes e interligados. Eles estão profundamente relacionados à exploração estrangeira de matérias-primas, ambientes inseguros e a sujeição da África pelos países ocidentais. No entanto, a questão se refere diretamente ao africano, no presente e no futuro. O que podemos fazer como Igreja Católica para transformar a África em uma terra onde a vida seja boa para todas as pessoas para que ninguém se sinta obrigado a deixar o seu país de origem? A migração deve ser feita por opção e não por necessidade. A maioria dos migrantes, depois de sofrer incontáveis dificuldades em suas viagens, enfrenta a desilusão e seu único desejo é voltar para casa 'apesar da guerra', como me disse Deng, um migrante do Sudão do Sul em Roma.

Os africanos devem ser livres para viajar e ir aonde quiserem, assim como os cidadãos de outros continentes. Se os africanos não conseguirem lidar primeiro com os desafios políticos e sociais acima mencionados, em breve, não haverá mais pessoas no continente para emigrar. Um drama semelhante ao tráfico de escravos já começou e todos devem contribuir para encontrar soluções viáveis.

Se a África quiser se erguer, é imperativo que ela se abra. Nenhum africano deve ser visto como um estranho em solo africano. Do norte ao sul e do leste ao oeste do continente, os africanos devem se movimentar livremente, em sua busca por um espaço mais acolhedor para o seu bem-estar. Existem países africanos onde os migrantes são tratados pior do que nos aeroportos europeus. Isto não é uma vergonha e uma aberração? Os estados africanos devem superar os preconceitos em relação às pessoas provenientes de diferentes regiões africanas e evitar estereótipos perigosos e simplificações. Por exemplo, ser da África Ocidental não significa necessariamente ser um nigeriano. E ser nigeriano não é sinônimo de ser um traficante. Se entre africanos em solo africano há tais preconceitos, como os africanos podem exigir respeito dos outros?

Migração forçada e asilo na África: desafios sociais e políticos

Jean-Baptiste Sourou

BIBLIOGRAFIA

- Boulaga FE (2009) *Les Conférences Nationales en Afrique Noire*. Paris: Khartala.
- Celestin G (2011) Rapport General de la Conference Nationale 1990. <http://democratiebenin.over-blog.com/article-rapport-general-de-la-conference-nationale-1990-73929678.html> (acessado em 31 Outubro de 2016).
- João Paulo II (1993) Homelie. Ordinations sacerdotales au Stade de l'Amitie, Cotonou (Benin). https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/fr/homilies/1993/documents/hf_jp-ii_hom_19930203_cotonou.html (acessado em 19 de Novembro de 2016).
- Ekue FG (2014) *L'Africa Nera Deve Unirsi*. Roma: Editori Internazionali Riuniti.
- Paulo VI (1967) Carta Enciclica *Populorum progressio*. http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html (acessado em 31 de Outubro de 2016).
- Sourou JB (2010) *L'Orla della Maturita. La Chiesa in Africa ai Tempi del Secondo Sinodo*. Bologna: EMI.
- Sourou JB (2014) *Chronique d'un ete Glacial, le Reve Naufrage des Africains*. Allada: Editions du Cedres.

Conflito e migração forçada na África: um *locus theologicus* contemporâneo

JEAN-JARRHEL BERNADIN NDOULOU

A migração é um fenômeno tão antigo quanto o mundo. Do patriarca Abraão a José, do exílio babilônico à missão apostólica, as escrituras sagradas são marcadas pela migração. No entanto, nas últimas décadas, a migração tem obtido um lugar central entre os eventos globais. Como pode ser facilmente percebido a partir dos noticiários de TV, rádio e jornais, o fenômeno da migração se tornou uma das principais preocupações dos políticos, jornalistas e dos cidadãos comuns, não poupando nenhum país. Todo mundo tem sua própria opinião e crenças sobre o assunto. Uma vez que a mobilidade humana interessa a todos os continentes, a África não é exceção. Devido aos conflitos armados que afetam várias regiões da África, os povos africanos são forçados a migrar dentro e fora das fronteiras nacionais.

"Migrações forçadas e conflitos na África: um '*locus theologicus*' contemporâneo" é o tópico que escolhi para esta contribuição. Acredito que algumas questões relevantes devem ser consideradas: qual é a situação global da migração na África? Que desafios apresenta? Como e por que a migração forçada é um "lugar" para a reflexão teológica? Com o objetivo de responder a essas perguntas, dividi minha contribuição em três partes: 1) migrações forçadas na África; 2) os desafios das migrações forçadas na África; e 3) migração forçada na África como um *locus theologicus*. Para minha análise, adotei o método analítico-hermenêutico.



Conflito e migração forçada na África

Jean-Jarrhel Bernadin Ndoulou

Migrações forçadas na África

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) produz relatórios anuais sobre migração forçada que estão disponíveis no seu website. Eu obtive todos os dados a seguir desta fonte. A região do sul da África acolhe mais de meio milhão de pessoas de interesse do ACNUR. Em 2013, a população era a seguinte: aproximadamente 136 mil refugiados, 278 mil requerentes de asilo e cerca de 1.700 repatriados.

Devido à sua legislação nacional que incorpora os princípios básicos de proteção aos refugiados - incluindo a liberdade de circulação, o direito ao trabalho e o acesso aos serviços sociais básicos - a África do Sul é o país da região que acolhe o maior número de refugiados. De acordo com o Ministério do Interior, em 2013, o país acolheu 65 mil refugiados reconhecidos e 230 mil requerentes de asilo aguardando o reconhecimento do seu status até o final do mesmo ano. A maioria dos refugiados e dos requerentes de asilo na África do Sul fugiram da violência da República Democrática do Congo e da insegurança desenfreada na Somália, Burundi, Etiópia, Ruanda e Zimbábue. Apesar da integração dos princípios básicos nas leis nacionais, algumas instituições não reconhecem os direitos de alguns refugiados. As principais necessidades dos refugiados consistem na disponibilização de documentos regulares, num sistema de asilo justo e eficiente, bem como no acesso aos serviços sociais básicos previstos na lei e na política nacional. Devido ao atual ambiente socioeconômico - caracterizado por elevado desemprego, serviços inadequados e desigualdades econômicas - relações entre os refugiados, os requerentes de asilo e as comunidades de acolhimento se tornaram tensas. Apesar da deterioração destas relações, a África do Sul continua a ser um dos principais destinos para refugiados africanos, requerentes de asilo e migrantes econômicos.

Em 2014, a Zâmbia acolheu aproximadamente 54 mil refugiados em dois locais: Meheba e Mayukwayukwa. Em Dezembro de 2011, as autoridades zambianas regularizaram o status de migração de 10 mil antigos refugiados angolanos. O acesso dos refugiados aos serviços sociais é prestado com o apoio do ACNUR. Mais de 20 mil requerentes de asilo e cerca de 24 mil refugiados vivem em Angola, onde estes tem o apoio da população e do governo. O ACNUR e o governo angolano buscam em conjunto uma solução permanente para quase 80 mil antigos refugiados angolanos na Namíbia, RDC e Zâmbia.

A maioria dos países da África Central é abalada por persistentes conflitos in-

ternos na Nigéria, no leste da RDC, na República Centro-Africana (RCA) e no Burundi, e estão expostos a uma situação de instabilidade e violência que provoca o deslocamento interno e externo de populações. Em 2015, o ACNUR estimou o número de refugiados requerentes de asilo e pessoas deslocadas em cerca de 5,1 milhões, sendo que 3,7 milhões deles estavam sob sua jurisdição na sub-região. Apesar da complexidade do contexto sub-regional, os governos demonstram uma atitude construtiva em relação ao asilo e ao respeito dos direitos e princípios dos refugiados.

O Chade é um estado estável na região, cercado por países que vivem conflitos armados. Acolheu refugiados da RCA, da Nigéria e do Sudão. Considerando a insegurança nesses países, as possibilidades de repatriamento voluntário dificilmente existem. Em julho de 2014, o Chade contava com mil requerentes de asilo e 1.500 refugiados da Nigéria. Desde Janeiro de 2009, mais de 17 mil pessoas da África Central entraram no Chade, aumentando o número total de refugiados da RCA para 70 mil. Deve-se mencionar que em 2006 e 2007, os conflitos étnicos causaram o deslocamento interno de cerca de 180 mil pessoas do Chade, que vivem atualmente no leste do país. Além disso, os bombardeios na região de Darfur e os ataques de milícias sudanesas na fronteira que ameaçaram vidas humanas causaram o deslocamento de 250 mil refugiados sudaneses no leste do Chade. Eles estão vivendo em doze campos de refugiados em uma região árida, sem água e lenha. Nestes campos, muitas crianças abandonaram a escola em favor de tarefas domésticas e trabalhos. As aldeias foram saqueadas e queimadas nesta região e várias mulheres e meninas foram estupradas, abusadas e humilhadas. Muitas delas foram banidas de suas comunidades. Finalmente, 113 mil repatriados do Chade ainda esperam receber documentos regulares de seus países de refúgio e estão sob risco de apatridia.

O conflito armado na RCA em dezembro de 2013 causou o deslocamento interno de aproximadamente 930 mil pessoas em 2014 e o êxodo de refugiados para países vizinhos: 135 mil pessoas para Camarões, 22 mil para RDC e cerca de 10 mil para o Congo Brazzaville. O número total de refugiados da RCA nestes países, tendo em conta os fluxos anteriores, é de cerca de 427.200. Além disso, dezenas de milhares de migrantes, principalmente do Chade e dos Camarões, foram forçados a fugir da violência na RCA. Devido à instalação de pessoas do Chade na RCA por muitos anos - muitos dos que são da segunda ou terceira geração não têm ou têm pouca ligação com o Chade, país de sua nacionalidade - a violência da RCA causou um problema humanitário para este grupo.

Conflito e migração forçada na África

Jean-Jarrhel Bernadin Ndoulou

O conflito entre as forças armadas da Nigéria e o Boko Haram no nordeste do país empurrou as pessoas para fora das fronteiras deste país. Assim, 36 mil nigerianos fugiram para os Camarões, aumentando o número total de refugiados no país para 278 mil. Deve-se notar que os rebeldes nigerianos atuando nos estados federais de Yobe, Adamawa e Borno, realizam ataques nos Camarões, envolvendo violência, roubos e sequestros.

A situação de segurança no leste da República Democrática do Congo, que é instável e imprevisível, impediu o repatriamento de cerca de 429 mil refugiados congolezes nos países da região dos Grandes Lagos: 57 mil no Burundi, 74 mil na Ruanda e 55 mil na Tanzânia. Além disso, mais de 2,6 milhões de pessoas estão internamente deslocadas dentro das fronteiras congolezas, sendo que 119 mil refugiados congolezes da província do Equador (RDC) que estavam vivendo no Congo Brazzaville de 2009 a 2010 foram repatriados em 2014. Apesar deste regresso, o Congo Brazzaville ainda acolhe 23.200 refugiados congolezes. Populações menores deste país se encontram no continente africano, particularmente na Uganda, Zâmbia e Quênia.

As táticas ofensivas da Brigada de Intervenção Rápida da MONUSCO que dismantelou um dos principais grupos rebeldes, contribuíram para estabilizar a segurança no leste da RDC. Estendidos a outros grupos, criaram condições favoráveis ao repatriamento de exilados congolezes (RDC) no Burundi, Ruanda, Uganda, Congo-Brazzaville, República Centro-Africana e Tanzânia. O objetivo de acolher e reassentar 50 mil refugiados da RDC entre 2012 e 2017 na região dos Grandes Lagos continua.

Além do repatriamento voluntário, da integração nos países de acolhimento e do reassentamento de refugiados congolezes (RDC), procura-se soluções duradouras para os refugiados angolanos no Congo-Brazzaville e na RDC, para os refugiados do Burundi na Ruanda, Uganda e Tanzânia e para os refugiados ruandeses no Burundi, Congo-Brazzaville e RDC. Em setembro de 2014, o presidente da Tanzânia anunciou o processo de emissão do certificado de naturalização para os antigos refugiados naturalizados do Burundi, também chamados RNT (recentemente naturalizado na Tanzânia).

A região da África ocidental também viu surtos violentos que causaram o deslocamento de pessoas dentro e fora nos países vizinhos. Nessa região, o AC-NUR tem sob sua jurisdição mais de 15 mil refugiados.

A violência pós-eleitoral de 2010 na Costa do Marfim levou 300 mil refugiados a abandonar os países vizinhos: Libéria, Togo e Mali. Quase 200 mil pessoas da Costa do Marfim fugiram para a Libéria, e o repatriamento voluntário em 2012 promoveu o retorno de cerca de 40 mil marfinenses na Libéria e cerca de 160 mil retornaram por seus próprios meios. A Costa do Marfim deu um passo decisivo para reduzir o número de apátridas ao ratificar as Convenções de 1954 e 1961 de apatridia no final de 2013. No entanto, de acordo com o ACNUR, o número de apátridas na Costa do Marfim era em torno de 600 mil e 700 mil entre janeiro e dezembro de 2015.

As eleições presidenciais no Mali em 2014 e a melhora relativa da segurança no norte provocaram o regresso de um grande número de refugiados do Mali. Em 2014, mais de 12.900 refugiados receberam ajuda para repatriação e, em 2015, o regresso assistido ao país foi concedido a 42 mil refugiados, os quais, segundo estimativas do ACNUR, somariam aproximadamente 74 mil deslocados internamente.

A violência no norte da Nigéria entre o exército nigeriano e grupos armados tem causado grandes ondas de pessoas deslocadas e uma crise humanitária. De fato, mais de 500 mil civis foram deslocados dentro das fronteiras nacionais e outros estão indo para os países vizinhos como Camarões, Níger e Chade. Além disso, apesar dos problemas políticos e de segurança, essas pessoas estão sujeitas a uma persistente insegurança alimentar no Sahel. Além disso, o ACNUR tinha sob sua jurisdição, em 2015, 1.700 refugiados reconhecidos. Também trabalhou para o repatriamento de refugiados nos Camarões.

O Senegal acolhe cerca de 15.800 refugiados, incluindo mais de 13.500 refugiados mauritanos. Com cartões de identidade emitidos por autoridades políticas, os refugiados gozam de direitos econômicos e sociais. Na ausência de repatriamento, o processo de integração no local foi previsto para eles no ano passado.

Tal como outras regiões africanas, esta área experimenta instabilidade de segurança levando a significativas ondas de mobilidade populacional. A violência que estourou no sul do Sudão em dezembro de 2013 resultou no deslocamento interno de 1,3 milhões de pessoas, mais de 450 mil refugiados do Sudão do Sul têm procurado refúgio na Etiópia, Quênia, Uganda e Sudão, sendo que 160 mil refugiados do Sudão do Sul foram registrados no Sudão, de acordo com a agência da ONU. O contexto instável no sul do Sudão agravou a já crítica situação humanitária de mais de 243 mil refugiados, principalmente sudaneses, no Sudão do Sul. Neste país, o risco de fome em algumas áreas e

Conflito e migração forçada na África

Jean-Jarrhel Bernadin Ndoulou

a perspectiva de novos deslocamentos internos e externos continuam a ser uma grande preocupação. De acordo com o ACNUR, 4,6 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar devido à deterioração considerável da situação humanitária no Sudão do Sul. Somando-se a essas preocupações são as fortes chuvas e inundações que devastaram a Etiópia, Quênia e Sudão do Sul e exacerbam as dificuldades nas áreas de refugiados.

Em 2014, o número de refugiados acolhidos na Etiópia era de 190 mil, o que o torna o maior país de acolhimento na África. Existem massas de civis compostas principalmente de mulheres e crianças vivendo na região de Gambella da Etiópia ocidental, que sofrem de desequilíbrios nutricionais alarmantes e precisam de proteção e assistência humanitária. Além disso, o grande influxo de menores desacompanhados da Eritreia é de grande preocupação devido ao contrabando e tráfico de refugiados eritreus.

Apesar da estabilidade na Somália, a situação de segurança continua precária. De fato, ataques persistentes de milícias que minam a segurança aumentam o deslocamento interno. No entanto, esta aparente estabilidade levou alguns refugiados e deslocados internamente a retornar para sua região de origem. Os refugiados somalis são estimados em quase 1 milhão e há 1,1 milhões deslocados. Em agosto de 2014, ansiosos por encontrar soluções para essas pessoas, os governos do Djibouti, Etiópia, Quênia, Uganda, Somália e Iêmen adotaram o Acordo de Adis Abeba, no qual os governos signatários se comprometem a continuar reconhecendo o seu estatuto de refugiado e a melhorar a qualidade do seu asilo. Além disso, o governo somali se comprometeu a continuar com seus esforços para estabelecer um ambiente propício ao repatriamento voluntário.

Os países do chifre da África, incluindo a Etiópia, a Somália, o Sudão e o Djibuti têm acolhido as pessoas que fogem da escalada do conflito no Iêmen que eclodiu em março de 2015. Com isso, a região recebeu quase 70 mil pessoas do Iêmen. Estes países concedem o estatuto de refugiado *prima facie* aos iemenitas e residência para pessoas de outras nacionalidades que chegam do Iêmen.

O Djibouti, um país com recursos naturais limitados e que luta para se recuperar de anos de seca consecutiva, acolhe mais de 23 mil refugiados, a maior parte dos quais são somalis que permanecem no país por mais de duas décadas, vivendo nos acampamentos de Ali Addeh e Holl-holl. Neste país, as oportunidades de emprego e as perspectivas de integração dos refugiados são limitadas.

Os desafios das migrações forçadas na África

O fenômeno da migração em geral - e da migração forçada especificamente - coloca muitos desafios a toda a humanidade e particularmente aos países que estão enfrentando violência armada, países de trânsito e aqueles que recebem refugiados e requerentes de asilo.

Países ou regiões com confrontos armados são geralmente ricos em recursos naturais e matérias-primas. A avareza desavergonhada das multinacionais para controlar essas áreas para explorar desmedidamente os seus recursos naturais à custa das populações indígenas e do meio ambiente é a causa da violência nestas áreas. Mesmo em países ou regiões em que grupos de natureza religiosa ou secular fazem a lei, os recursos naturais constituem a verdadeira razão da violência. É o caso da República Centro-Africana, do Sudão do Sul, da Nigéria, do norte do Mali e da região de Kivu da RDC. Em sua Carta Encíclica *Laudato sii*, o Papa Francisco (2015: 32) afirmou que 'os recursos da Terra também estão sendo saqueados por causa das abordagens míopes da economia, do comércio e da produção'. Este conceito de desenvolvimento, baseado no imediatismo, desafia o desenvolvimento sustentável e integral. O autêntico desenvolvimento humano em caráter moral respeita plenamente a pessoa humana, mas também está atento ao mundo natural, levando em conta a natureza de cada ser e suas relações mútuas com os outros num sistema ordenado (Francis, 2015). O desenvolvimento sustentável e integral deve

[...] assumir um estilo de sobriedade econômica e ecológica, percebendo que a posse supérflua e o desejo de ter mais estão prestes a sufocar populações inteiras, impondo padrões culturais nos quais não são garantidas as necessidades básicas, a liberdade de escolhas pessoais e estilos de vida marcados pela ideia da unidade da família humana (Dotolo, 2011: 20-21).¹

Assim, qualquer desenvolvimento verdadeiro deve ajudar a proteger a vida e não há vida destruindo o ambiente humano. A vida humana, por causa de seu valor, é um dom que devemos proteger das várias formas de degradação. Nes-

1 O texto original diz: '[...] assumer un style de sobriété économique et écologique, en prenant conscience que la possession du superflu et le désir de l'avoir plus, sont entrain d'étouffer des populations entières, en imposant des modelés culturels dans lesquels ne sont point garantis la satisfaction des besoins fondamentaux.' A tradução é do autor.

Conflito e migração forçada na África

Jean-Jarrhel Bernadin Ndoulou

se sentido, toda a vontade de proteger e melhorar o mundo não pode ser concebida e alcançada sem a inclusão do outro e '[...] exige, acima de tudo, uma mudança de estilos de vida, modelos de produção e consumo, e das estruturas de poder estabelecidas que hoje governam as sociedades' (João Paulo II, 1991: 58). Isto coloca o desafio da boa governança.

O fenômeno da migração forçada levanta muitos desafios nos países de acolhimento, de trânsito e de destino. De fato, em muitas partes da África, o acesso às pessoas deslocadas ou refugiadas é dificultado e, às vezes, impossível devido às estradas intransitáveis e chuva torrencial, mas principalmente por condições de segurança. Existe, assim, o problema da falta de paz. Além disso, o estabelecimento de campos para pessoas deslocadas ou refugiados em áreas remotas e rurais, longe das populações locais, resulta na falta de canais de comunicação adequados e, conseqüentemente, no isolamento de seus ocupantes que estão continuamente expostos à violência de grupos armados. Assim, a falta de segurança, a distância e o isolamento dos campos de refugiados são desafios que devem ser resolvidos em benefício das pessoas deslocadas, dos refugiados e das comunidades locais.

Em alguns países, a falta ou debilidade dos mecanismos legislativos e institucionais para proteger os refugiados faz com que alguns de seus direitos fundamentais sejam violados. De fato, nestas circunstâncias de deficiência institucional e de violação de direitos, os refugiados enfrentam a incapacidade de gozar de certos direitos fundamentais tais como a liberdade de circulação, o direito ao trabalho e o acesso aos serviços essenciais no campo da educação e da saúde. A deficiência legislativa e institucional também se dá devido à incapacidade dos refugiados de alcançar a autossuficiência e meios de subsistência. Isso os coloca em condições de assistência permanente. A esses desafios se somam àqueles casos de refoulement e/ou negação de acesso ao asilo, bem como a questão da violência sexual. Os refugiados correm o risco de serem expostos à insegurança alimentar e à prostituição que é elevada nos países que não têm recursos financeiros e humanos adequados para oferecer hospitalidade a um grande número de migrantes. Muitos países africanos não ratificaram as Convenções de 1954 e 1961 sobre a apatridia e há uma evidente falta de dados confiáveis e informações sobre esta questão. Também, por esta razão, muitos africanos têm se tornado apátridas, constituindo outro desafio causado pela migração forçada.

Além destes desafios de ordem jurídica e material, os migrantes forçados e os emigrantes, sendo pessoas humanas, também sentem o desejo de satisfazer

as suas necessidades espirituais. Em alguns países ou regiões, as dimensões religiosas dos refugiados não são levadas em conta. Este é um desafio que deve ser abordado para o bem dos requerentes de asilo e das pessoas internamente deslocadas que estão habituadas a ouvir e a praticar a Palavra de Deus e os sacramentos. Entretanto, se encontram atualmente em situações em que estão privados de satisfazer as suas necessidades espirituais.

Migração forçada como um “locus theologicus”

No documento intitulado “Teologia Hoje: Perspectivas, Princípios e Critérios”, a Comissão Teológica Internacional (2012: 72) afirmou, *inter alia* que “[...] A “fonte e ponto de partida” da teologia é a palavra de Deus revelada na história, e a teologia procura entender essa palavra. E, através da encarnação, a vida, a morte e a ressurreição de Jesus, o único Filho do Pai, Deus Se revelou Como salvador do mundo e Deus, no fundo de Seu ser, é Pai, Filho e Espírito Santo. Nesse sentido, a função do teólogo, segundo a Congregação para a Doutrina da Fé (1990: 6), é “[...] buscar de forma particular uma compreensão cada vez mais profunda da Palavra de Deus inspirada nas Escrituras e transmitida pela viva Tradição da Igreja. Assim, a teologia, enraizada no ato essencial de ouvir com fé a Palavra de Deus revelada, Jesus Cristo, ajuda o povo de Deus a ser capaz de dar conta da esperança que está Nele. Sob esta perspectiva, a teologia “[...] oferece sua contribuição para que a fé possa ser comunicada. Apelando à compreensão daqueles que ainda não conhecem Cristo” (Congregação para a Doutrina da Fé, 1990: 7). Embora a plena revelação de Deus como Pai amando o mundo (Jn 3, 16-35) seja realizada na revelação de Jesus, ‘a criação e a história [também] constituem o espaço e tempo no qual Deus se revela’ (International Theological Commission, 2012: 6). Nesta linha, os eventos da história humana do mundo são referências fundamentais para o discurso teológico porque através deles Deus comunica, transmite uma mensagem de fé para o povo. A migração é um desses lugares ou pontos de referência que desafiam e questionam a fé na sua relação com Deus e na Sua relação com os seres humanos. A fé em Jesus Cristo faz o crente responsável pela vida do outro: ‘Caim, o que você fez?’ (Gn 4: 10). A experiência migratória - a partida, o trânsito e o destino - convida os migrantes, as comunidades ou países de trânsito e as comunidades ou países de acolhimento, a ler e a examinar a jornada migratória e a descobrir e a captar a mensagem que Deus comunica através dos desafios colocados por este fenômeno. Os desafios enfrentados pelos deslocados, dentro ou fora das fronteiras nacionais e nos países de trânsito e de destino, não deixam a fé indiferente.

Conflito e migração forçada na África

Jean-Jarrhel Bernadin Ndoulou

A migração forçada, devido ao grande número de deslocados internos (PDIs) e exilados, impõe desafios nos países de partida, trânsito e destino que não pode deixar o crente, a Igreja e todas as pessoas de bem insensíveis. Tais desafios fazem da migração um lugar de indignação profética. Nesta perspectiva, as multidões deslocadas, o sofrimento de centenas de milhares de seres humanos, a violência armada, os dramas e tragédias sofridos pelas famílias e vidas suprimidas, podem desafiar a fé dos cristãos para escapar do drama da insignificância (Ela, 2003), e evitar cair nas relações do Levita na parábola do Bom Samaritano (Lc 10, 32ss). Os seres humanos são o principal caminho para a Igreja, conforme afirmado por João Paulo II (1979: 14) em sua Carta Encíclica *Redemptor hominis*, porque

[...] redimido por Cristo, e porque com o ser humano – com cada ser humano sem qualquer exceção – Cristo está unido, mesmo quando não se está ciente disto. [...] Este ser humano é o caminho para a Igreja, o caminho para sua vida diária e experiência, para sua missão e trabalho. Assim, a Igreja de hoje deve estar consciente das novas “situações” vividas pelos seres humanos.

A migração forçada é um “sinal dos tempos”, um fenômeno que marca a história e eventos atuais nos países africanos. Devido à sua influência e escopo, é o espelho de um período, a expressão das necessidades particulares e aspirações das pessoas. Assim, a expressão “sinal dos tempos” considera a historicidade da Igreja que está no mundo (Jn 17, 11.15.18), embora não seja do mundo (Jn 17, 14.16). Portanto, o que acontece no mundo não pode deixar a Igreja indiferente.

De acordo com a Comissão Teológica Internacional (2012: 54), ‘O mundo é o lugar onde a Igreja, seguindo os passos de Cristo, anuncia o Evangelho, testemunha a justiça e a misericórdia de Deus, e participa do drama da vida humana’. Como sinal dos tempos, a migração forçada é um *locus theologicus* e constitui um ponto de referência pelo qual a teologia ajuda os fiéis a entender ‘a importância das evoluções, acontecimentos e tendências da história humana, e a discernir e interpretar as formas através das quais o Espírito possa estar falando para a Igreja e para o mundo’ (International Theological Commission 2012: 53). De fato, ‘todos os cristãos enfrentam o desafio de interpretar os acontecimentos e as crises que surgem nas vicissitudes humanas, e todos participam das conversações e diálogos em que, inevitavelmente, a fé é questionada e uma resposta é necessária’ (International Theological Commission 2012: 52). A migração forçada é uma dessas crises que questiona a fé e lhe pede respostas.

Conclusão

Depois de considerar o quadro global da migração, incluindo a migração forçada na África, um continente abalado por conflitos armados, pode-se afirmar claramente que a migração é um “sinal dos tempos”. Devido aos desafios relacionados às pessoas deslocadas internamente e aos refugiados, parece evidente que a migração forçada é um lugar de sofrimento e degradação do ser humano. Refugiados e PDIs enfrentam muitos obstáculos para assumir o controle de suas vidas e o seu destino. Jesus, que se identifica com os pobres, oprimidos, marginalizados, pequenos, exilados e deslocados, nos desafia com referência à parábola do Juízo Final (Mt 25). A experiência migratória não deixa a consciência da Igreja indiferente. Pode-se dizer que a Igreja Africana tem uma consciência desperta?

Conflito e migração forçada na África

Jean-Jarrhel Bernadin Ndoulou

BIBLIOGRAFIA

Congregação para a Doutrina da Fé (1990) Instrução *Donum veritatis*. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19900524_theologian-vocation_po.html (acessado em 30 de outubro de 2016).

Dotolo C (2011) Preface. In: Ndoulou JJB (ed) *La Theologie Moltmanienne et ses Implications a une Pastorale de la Mobilite Humaine au Congo-Brazzaville*. Paris: L'Harmattan, pp. 15-22.

Ela JM (2003) *Repenser la Theologie Africaine. Le Dieu qui Libere*. Paris: Karthala.

Francisco (2015) Carta Encíclica *Laudato sii*. https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html (acessado em 30 de outubro de 2016).

Comissão Teológica Internacional (2012) Teologia hoje: perspectivas, princípios e critérios. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_doc_20111129_teologia-oggi_po.html (acessado em 30 de outubro de 2016)

João Paulo II (1979) Carta Encíclica *Redemptor hominis*. http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html (acessado em 31 de outubro de 2016).

João Paulo II (1991) Carta Encíclica *Centesimus annus*. http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html (acessado em 30 de outubro de 2016).

Migração responsável: O exemplo de Abraão (Gn 13).

Que lições para hoje?

ANDRÉ KABASELE MUKENGE

Após um estágio pastoral no campo de refugiados de Tongogara (Zimbábue), Emmanuel Bueya, um jesuíta congolês (RDC), refletiu sobre a pastoral da mobilidade humana. Ao descrever a tragédia dos refugiados, incluindo peregrinação, privação e sofrimento espiritual, ele lamentou especialmente a ausência de atividade eclesial nos campos. Ele cita as diferentes causas da migração na África, incluindo guerras, disputas fronteiriças, subversão externa, dificuldades econômicas, instabilidade dos regimes políticos, rivalidades étnicas, intolerância ideológica, etc. Recomenda, entre outras coisas, uma prevenção a montante e uma melhor gestão dos conflitos. Ele também propõe educar os agentes pastorais em resolução de conflitos e a promover a sensibilização sobre as questões da reconciliação e do diálogo.

Gostaria de focar a minha contribuição na prevenção e gestão dos conflitos a partir do paradigma de Abraão, conforme refletido em Gênesis capítulo treze. A escolha deste personagem não é neutra. Histórias da Bíblia apresentam Abraão como um migrante perpétuo, desde que Deus lhe ordenou: 'Saia da sua terra, do meio dos seus parentes e da casa de seu pai, e vá para a terra que eu lhe mostrarei!' (Gn 12: 1). Esta imagem do migrante é tão significativa que o Livro dos Hebreus fornece uma leitura espiritual: *

Pela fé, Abraão, sendo chamado, obedeceu, indo para um lugar que havia de receber por herança; e saiu, sem saber para onde ia. Pela fé, fez da Terra Prometida a sua casa, como um estrangeiro; morou em cabanas com Isaque e Jacó, herdeiros com ele da mesma promessa. Porque procurava a cidade que tem alicerces, da qual o arquiteto e construtor é Deus. (Hb 11: 8-10).

Migração responsável: O exemplo de Abraão (Gn 13)

André Kabasele Mukenge

A abordagem narrativa das histórias no livro do Gênesis mostra que as principais fontes dos conflitos humanos são a ganância e a recusa em aceitar um limite ao desejo de possuir. Contudo, a palavra desempenha um papel importante na resolução de litígios. Nesse sentido, examinarei o conflito que opôs Ló e Abraão, e forçou-os a se separar. Esta história pode nos ensinar sobre algumas razões para a migração, bem como as condições para a migração responsável. Mas antes disso, tratarei do tema bíblico da migração. Este será o meu primeiro ponto.

A ambivalência da migração na Bíblia

O tema da migração na literatura bíblica é uma âncora sólida (Vogel, 2009). Ele é colocado no centro do mito das origens como uma dinâmica arquetípica da vida humana. De fato, a primeira história de migração é a expulsão de Adão e Eva do paraíso (Gn 3: 23-24). A segunda história aparece na peregrinação de Caim que se tornou apátrida devido à maldição divina, após o assassinato de seu irmão: 'Você será um peregrino que viajará pelo mundo' (Gn 4:12). Mas Caim não viaja desprotegido; o Senhor impõe um sinal para fugir à condenação. A migração de Caim, como a de Adão e Eva, é descrita como uma partida de Deus: 'Então Caim se afastou do Senhor e se estabeleceu em Nod' (Gn 4:16). Pode-se dizer que nessas histórias, a migração é apresentada negativamente, como uma expulsão que rompe a relação com Deus. É consequência do pecado e da perda do paraíso.

No entanto, outra perspectiva considera a experiência migratória positiva, não como uma alienação de Deus, mas sim uma caminhada com Deus. Caminhar leva a um novo espaço de vida e faz parte da história da salvação. Esta visão corretamente começa com Abraão. Com ele, a migração se torna uma parte essencial da promessa de Deus (Gn 12: 1ss). Mesmo o evento fundador da identidade de Israel como povo, o Êxodo, utiliza a categoria de migração. Isto está bem resumido no credo primitivo de Israel em Deuteronômio 26: 5b-10, por ocasião da oferta das primeiras frutas: 'Meu pai era um arameu peregrino [...] Ele foi para o Egito onde viveu como estrangeiro [...] o Senhor nos tirou do Egito [...] E nos deu esta terra'. Esse uso da migração como categoria na história da salvação é visto em muitos textos e em diferentes níveis. Não é sem razão que alguns se referem aos servos de Deus como pessoas "no caminho" (cf. exemplos típicos de Moisés e Paulo de Tarso). Estar na estrada é estar aberto a novas áreas, mas também é estar descomprometido com o status quo, esperando o que vier. Quem está no caminho deve contar com o imprevisível em sua agenda. Ao mesmo tempo, ele deve ser um parceiro do imprevisível (Mukenge, 2001).

Migração responsável: O exemplo de Abraão (Gn 13)

André Kabasele Mukenge

Na realidade, a história de Israel continuará a oscilar entre as duas perspectivas: migração-punição, separação de Deus, por um lado e, por outro, a migração-promessa de salvação e andar com Deus. Isso é claro na experiência do exílio babilônico: o próprio exílio é apresentado como um castigo, enquanto o retorno é descrito como um novo êxodo e uma nova ocupação do país.

O tema da migração também está presente no Novo Testamento. Os Evangelhos da infância são marcados por um padrão de movimento, da viagem de Nazaré a Belém até a fuga para o Egito. Jesus passou sua vida trabalhando como pregador itinerante e sem-teto, e Lucas registrou a vida de Jesus como uma jornada para Jerusalém, uma longa viagem que o leva 'ao caminho' da cruz. A razão para a migração também aparece em Paulo quando ele apresenta a vida do crente como a vida de um nômade que se move em uma terra estrangeira, ansiando por sua verdadeira casa que é a vida celestial (2 Cor 5:1-10).

É assim que o tema da mobilidade humana é visto ao longo dos escritos bíblicos e sugere várias perspectivas. Temos uma visão negativa da migração (punição), uma visão positiva (promessa de salvação) e uma visão espiritual (a caminhada do crente). Vejamos agora o episódio do Gênesis capítulo treze. Este será meu segundo ponto.

Leitura do Gn 13

O Gênesis 13 é parte da fase que se estende do Gênesis 11:27 ao 25:18, e nesta fase, note a importância das genealogias como um quadro geral, e das rotas de viagem como um fio narrativo (Marchadour, 1999). Dois temas são predominantes aqui: a promessa de terra e a de uma descendência. A fase é definida de maneira que o suspense é cuidadosamente mantido porque estas duas promessas demoram a acontecer, e muitos obstáculos frustram constantemente sua realização.¹ Após os dados genealógicos que definem a cena imediatamente, a presença de Ló é mencionada na sequência de seu tio Abraão e da esterilidade de Sara. O texto anuncia a promessa da terra a Abraão por Deus

1 É surpreendente que até o final da fase, o único pedaço de terra que Abraão realmente tem é o campo de Machpelah Macpela, comprado com o dinheiro de Efron, o heteu (Gn 23). Os numerosos descendentes, que são prometidos e comparados ao pó da terra (Gn 13: 16) ou as estrelas no céu (Gn 15: 5), está limitado a Isaaque sozinho, como herdeiro da aliança (Gn 17:21).

Migração responsável: O exemplo de Abraão (Gn 13)

André Kabasele Mukenge

(Gn 12: 1ss). Exatamente como a promessa foi anunciada, Abraão e sua família são forçados a imigrar para o Egito (Gn 12: 10-20) por causa da fome que assolou o país. Este é o resultado da migração e da mobilidade: a busca por segurança alimentar e a vontade de evitar condições físicas inóspitas e difíceis.

É interessante notar uma correspondência significativa que nos levou a ir mais longe nas razões de nossa história: forçado pela fome, Abraão desceu ao Egito onde retornou realizado, entre outros, pela generosidade do Faraó (Gn 12: 16). Mas ele e sua casa foram atingidos por grandes pragas (Gn 12: 17). Mais tarde, o filho de Israel também desce ao Egito por causa da fome (Gn 42). Partiram em muitos (Ex 1: 7), e durante sua partida, eles se beneficiaram da generosidade dos egípcios (Ex 12: 35-36) que também foram assolados por grandes pragas (Ex 7: 14ss). Há, sem dúvida, um fenômeno paralelo (*syncretism*), o escopo que pode nos ajudar a entender que essas histórias representam as condições para viver como homens livres em uma terra dada por Deus. Entre estas condições, é certamente a maneira de olhar para a Terra e os outros. É um olhar de cobiça, que vê apenas o próprio interesse e exclui qualquer alteridade, levando assim à destruição. Somente alguém que aprende a olhar o outro - contemporâneo ou descendente - como seu irmão, e a fazer o quarto para ele enquanto desfruta dos bens como presentes de Deus, está comprometido com o caminho da paz, da justiça e da reconciliação.

O Gn 13: 1 marca o retorno do Egito. Novamente, vemos um Abraão nômade movendo-se de acampamento em acampamento. O final do capítulo o mostra se estabelecendo nos carvalhais de Mamre, em Hebron, não como proprietário, mas como residente. Até o fim desta fase, Abraão é considerado como estrangeiro e residente no país (Gn 23: 4: *gêr wetošâb 'ânôki*).

Proponho ler o Gn 13 dividindo o enredo em cinco partes sucessivas. Sugiro a seguinte estrutura: vv. 1-5: situação inicial; vv. 6-7: problema; vv. 8-9: ação decisiva; vv. 10-13: desenlace; vv. 14-18: situação final. Examinemos este texto cuidadosamente.

A situação inicial ou exposição (vv.1-5)

Abrão subiu do Egito até o Neghebe, ele e sua mulher, com tudo que era dele. E Ló estava com ele. Abrão era muito rico possuindo gado, prata e ouro. Ele viajou do Neghebe para Betel, para o lugar onde sua tenda [estava] antes, entre Betel e Ai, até o lugar do altar que ele havia feito anteriormente. E lá Abrão invocou o nome de YHWH. E Ló, que foi com Abraão, tinha pequenos rebanhos de gado e tendas.

Esta é a apresentação dos personagens e seus contextos. Em relação a Abraão, isso remonta ao Egito, onde ele tinha ido por causa da fome. Enquanto isso, a situação mudou para melhor; ele retornou pleno. O narrador menciona primeiramente que sua esposa e tudo o que lhe pertencia o acompanharam. Ele também observa que Ló estava com ele (v.1). O narrador inclui então a descrição da propriedade de Abraão para justificar a afirmação de que ele se tornara 'muito rico' (Kabed me'od): ele possuía gado, prata e ouro (v. 2). Antes de mencionar a propriedade de Ló, o narrador lembra sabiamente – por analépticos – que Abraão está no mesmo lugar onde já haviaorado, entre Betel e Ai, e ali invoca o nome de Javé (v. 3 e 4). Este lembrete mostra o patriarca como um homem que dá continuamente espaço a Deus, um homem aberto a algo diferente de si mesmo.

Parece útil fazer três comentários sobre esta apresentação. Em primeiro lugar, embora sejam pais, Abraão e Ló têm cada um a sua própria propriedade. A propriedade de um, não é a mesma propriedade do outro. Há espaço para o respeito pela propriedade privada. Em segundo lugar, uma vez que três termos distintos são utilizados para designar a sua propriedade, conclui-se que eles não possuem as mesmas coisas. Mesmo que todos tenham bens, são diferentes uns dos outros. A diferença entre os seres humanos, como sabemos, está na origem e na formação da humanidade; não deve ser uma fonte de conflito, mas, como já foi mostrado na história do assassinato de Abel (Gn 4: 1-16), esta é muitas vezes uma realidade infeliz (Mukenge, 1999). Em terceiro lugar, as tendas de Abraão são mencionadas no contexto da oração, enquanto as de Ló são apresentadas como ativos. Toda vez que Abraão menciona sua tenda (vv.3 e 18), ele invoca Javé e constrói um altar no mesmo lugar. Mas quando Ló levanta as suas tendas, é para se estabelecer entre o povo que pecou contra Javé (v. 12).

Sobre o tema desta reunião, deve-se notar que a migração pode ser um meio de realização para um indivíduo ou um grupo: pode permitir que um indivíduo encontre a saída para a escassez e, assim, escape da aniquilação. O texto não diz se esses meios são o resultado de trabalho árduo ou de generosidade humana. A história, no entanto, nos permite considerá-los como uma bênção divina, e assim exclui a violência ou a aquisição desonesta.

O nó ou problema (vv. 6-7)

O país não é suficiente para que vivam juntos, porque seus bens são abundantes. Houve uma disputa entre os pastores de Abrão e os pastores do gado de Ló. E os cananeus e os perizeus habitaram a terra.

Migração responsável: O exemplo de Abraão (Gn 13)

André Kabasele Mukenge

Este é o gatilho da trama. O narrador tem o cuidado de mostrar que a dificuldade que surgirá é normal: dada a sua grande riqueza não poderiam continuar a viver juntos (v. 6). Esta é uma lei natural de crescimento: uma linhagem que está crescendo acaba se dividindo em várias sub-linhagens para permitir a todos um melhor desenvolvimento. Esta é uma causa social da migração.

O gatilho para a ação é uma disputa (*costela*) que se deu entre os pastores de Abraão e os de Ló (v. 7). O texto não diz explicitamente o motivo da controvérsia. De acordo com Robert Alter (1968), os autores bíblicos deixam em aberto particularmente o que diz respeito aos motivos ou comportamento, a caracterização moral dos personagens e suas características psicológicas. No entanto, a descoberta de terras insuficientes pode sugerir um conflito sobre as mesmas pastagens ou água.

O narrador bíblico não toma partido nessa disputa. A ênfase na presença dos cananeus e perizeus no país insinua que se Abraão e Ló competem pela terra através da interposição de seus pastores, a terra não é deles. Eles serão capazes de reivindicá-la dentro da lógica do dom e da ação de graças.

O desenrolar e a ação decisiva (vv. 8-9)

Abraão disse a Ló: peço-te, que não exista qualquer discussão entre nós, e nem entre os meus pastores e os teus, porque somos irmãos. Não está toda a terra diante de ti? Separa-te de mim. Se fores para a esquerda, irei para a direita; e se fores para a direita, irei para a esquerda.

Este é o ponto de viragem da trama. A volta normalmente acaba com a dificuldade. Aqui há uma proposta feita por Abraão. Estudos narrativos das histórias do Primeiro Testamento têm destacado a importância da fala e do diálogo nas relações humanas. Note que a resolução do conflito que aconteceu entre os pastores é assumida pelos líderes: Abraão percebe claramente que este conflito pode estragar as relações entre ele e seu sobrinho; ele não quer que isso aconteça. Ele não quer que a situação se deteriore ainda mais. Com isso, ele decide agir com as próprias mãos.

Quanto ao conteúdo da sua proposta, merece atenção porque é de lá que se pode compreender a diferença entre os dois protagonistas. Desde o início, Abraão dá a razão pela qual devemos evitar uma disputa entre ele e Ló, '[...] porque somos homens irmãos' (*ki 'anāšim' Achim 'anāhnu*). O termo *hebreu'ah*

não tem apenas o sentido estrito de '[...] irmão do mesmo pai e da mesma mãe' (Gn 4, 8); também é usado para designar um meio-irmão (2 Samuel 13: 4), um parente distante (Gn 29: 15), um membro do mesmo clã ou um companheiro (Gn 31: 32; Dt 17: 15), um amigo (2 Sam 1: 26) ou um aliado (Am 1,9). Pode até ter o significado genérico de "semelhante" (Jó 30: 29).

Abraão oferece a separação enquanto o deixa a primeira escolha: 'Se fores para a esquerda, irei para a direita, e se fores para a direita, irei para a esquerda'. Em resumo, a proposta inclui a exigência de uma clara delimitação de territórios, um estabelecimento de fronteiras claras. Como os dois protagonistas são ancestrais epônimos, é apropriado inferir que o entendimento ou acordo entre indivíduos exige a aceitação de limites e o respeito pelo que pertence ao outro. Este ponto é importante na gestão da migração: a migração não deve de nenhuma maneira ser transformada em uma conquista territorial ou colonização.

O desfecho ou resolução (vv. 10-13)

Ló ergueu os olhos e contemplou toda a planície do Jordão que era toda bem irrigada antes de Javé destruir Sodoma e Gomorra. Ela era como o jardim de Javé, como a terra do Egito no caminho para Zoar. Ló escolheu para si toda a planície de Jordão e foi para o leste. Eles se separou de seu irmão. Abraão se estabeleceu em Canaã, enquanto Ló se estabeleceu nas cidades da planície. Ele armou a sua tenda em direção a Sodoma. Contudo, os homens de Sodoma foram muito ímpios e pecaram contra Javé.

Em princípio, o desfecho da trama é o momento em que a tensão inicial é resolvida. Ló fez sua escolha e a separação ocorreu. A maneira como o narrador relembra a escolha de Ló faz com que o leitor se concentre nele e em seus valores. Ló, que não disse nenhuma palavra, fez uma escolha guiada pelo que tinha visto, 'ele ergueu os olhos e viu toda a planície do Jordão'. Na realidade, Ló lança um olhar de cobiça pelo que vê. É um olhar que se detém nas aparências, independentemente da qualidade das pessoas na região. É um eco sutil da história do Gênesis 3 em que Eva tinha olhado para a árvore com a mesma cobiça, se detendo em sua aparência sedutora (Gn 3: 6). Além disso, o narrador ironicamente sugere esta comparação entre esta região e o jardim de Javé. A ironia é que o homem foi expulso do jardim, cuja entrada lhe foi proibida (Gn 3: 23-24). E o resto do livro mostra que Ló perdeu também, ele olhou com cobiça, e como Eva perdeu o jardim. A ironia é acentuada pela indicação proléptica de que esta avaliação de Ló ocorre antes da destruição de Sodoma e Gomorra (v. 10). É tam-

Migração responsável: O exemplo de Abraão (Gn 13)

André Kabasele Mukenge

bém um sinal para o leitor que, conhecendo a situação atual na região, não pode entender como Ló pode escolher uma comunidade com tanto ódio.

Observe alguns detalhes para entender o significado negativo da escolha de Ló. O narrador usa extensivamente a expressão de todos: toda a planície irrigada como um todo, esses termos sugerem que a cobiça de Ló não tem limite (vv.10-11). Ele quer ter tudo o que vê. É uma atitude de conquista. Além disso, o narrador afirma que ele escolheu (*wayyibhar-lo*); e revela ao leitor o que o povo de Sodoma realmente faz. Ló não sabia nada sobre essa informação e essa ignorância o faz aparecer como alguém que baseia sua escolha nas aparências e por puro desejo.²

Epílogo ou a Situação Final (vv. 14-18)

E Javé disse a Abrão depois que Ló se separou dele: Levanta os teus olhos, e olha desde o lugar onde estás, para o norte, o sul, o oriente, e o mar (o ocidente); porque toda esta terra que vês, darei a ti e à tua descendência para sempre. E farei a tua descendência como o pó da terra; de maneira que se alguém puder contar o pó da terra, também a tua descendência será contada. Levanta-te, percorre essa terra, no seu comprimento e na sua largura; porque a darei a ti. E Abrão mudou as suas tendas, e foi, e habitou nos carvalhais de Manre em Hebrom; e construiu ali um altar ao Senhor.

É significativo que Javé pede a Abraão para '[...] levantar seus olhos e ver', que são gestos anteriormente colocados por Ló, por sua própria iniciativa. A narração deliberada é para enfatizar o contraste entre os dois protagonistas: enquanto Ló olhou para ver a região do Jordão e para escolher por si mesmo, Abraão foi convidado pelo Senhor a levantar os olhos para olhar onde estavam os quatro pontos cardeais. A referência a Deus insinua que Abraão tomou a propriedade da terra em seu coração como um dom, permitindo a inclusão da alteridade de Deus que dá e da de seus descendentes a quem deixará este legado. Para ver bem, de Deus para ele, o dom excede o próprio Abraão. Enquanto Ló escolheu para si mesmo, em um ato de cobiça e desejo de possuir tudo (a planície), a promessa da terra foi dada a Abraão e seus descendentes simultaneamente. De fato, Abraão, nesta fase, não possui o país e ainda não tem descendentes: ele viu a promessa. Uma análise do passado histórico enriquecerá nosso pensamento. Este será o meu terceiro ponto.

2 É o que Robert Alter (1968: 22) chama de 'processo de ironia dramática'. O leitor é informado do que o ator principal da história não está ciente, mesmo que devesse estar.

O contexto pós-exílico

A historiografia bíblica - a do Deuteronômio especificamente - está cheia de histórias onde as reivindicações de terras são resolvidas pela violência, os conflitos são resolvidos pela lei do mais forte, e as conquistas do exército são idealizadas. Em contraste, as narrativas patriarcais em geral refletem uma maneira pacífica de considerar o confronto com os vizinhos (Pons, 1990).

Hoje, vários especialistas apóiam a idéia de que o ciclo de Abraão ou as tradições patriarcais devem ser datadas de volta ao tempo do exílio. Neste contexto, podemos entender a insistência na promessa final da terra. A palavra 'sempre' em Gênesis 13: 15 parece responder a uma situação em que a promessa está definitivamente comprometida: os exilados da Judeia que perderam sua terra são convidados a manter a mesma esperança que a de Abraão. Com o seu regresso do exílio, devem encontrar os mesmos vizinhos. Imagine outro tipo de encontro por meio do diálogo e do compromisso, em vez do tipo de confronto descrito pela historiografia do Deuteronômio. É por isso que Gênesis 13 descreve o caráter de Ló como o antepassado dos amonitas e moabitas e um companheiro, ou até mesmo um sobrinho de Abraão, a fim de lançar as fundações para um acordo com a vizinha Transjordânia.

Podemos também compreender os interesses de tal construção literária e narrativa considerando que a comunidade pós-exílica estava dividida por duas tendências opostas: uma corrente de exclusão representada especialmente pelos livros de Esdras-Neemias e o Deuteronômio, e uma corrente mais tolerante em relação ao desconhecido que é apresentada nos livros de narrativas patriarcais de Rute e Jonas. A técnica narrativa das narrativas patriarcais neste contexto é certificar o parentesco entre os diferentes povos da região e mostrar que as questões vitais não foram resolvidas pela guerra, mas pela busca de acordo com perseverança. Aqui, temos a medida plena dos motivos dados por Abraão para resolver o conflito 'porque somos irmãos' (por isso somos semelhantes).

Conforme relatado por Jacques Pons (1990), editores de tradições patriarcais servem a um propósito: mostrar que a história de Israel não havia terminado com a deportação e a perda de terras, mas começou em fundações pacíficas. É por isso que eles dão esperança reiterando que a Terra Prometida não era apenas para Abraão, mas para a sua semente, representada pelos exilados que retornaram e sobreviventes do exílio. Ao mesmo tempo, são impedidos de qualquer ilusão; eles agora terão que viver em um ambiente onde a terra é compartilhada com

Migração responsável: O exemplo de Abraão (Gn 13)

André Kabasele Mukenge

outras pessoas e onde somente o assentamento negociado pode garantir a sobrevivência de cada um. Os que retornavam do exílio se consideravam como os únicos herdeiros legítimos, o verdadeiro Israel. Ezequiel, Esdras, Neemias e toda a corrente Deuteronomica sustenta esta visão (Romer, 1997). Enfrentando-os, a população não-exilada exigiu o direito de possuir a terra, dizendo: 'Abraão estava sozinho quando recebeu a posse do país. Somos muitos e o país é a nossa herança' (Ez 33: 24 ver também Ez 11: 15). Esta disputa territorial estava relacionada com a redistribuição de terras realizadas após as deportações, cujos beneficiários são não-exilados (ver 2 R 25: 12; Jr 39: 10). No contexto deste conflito, os redatores das tradições patriarcais responderam mostrando que Abraão, até o fim, não possuía a terra, mas tinha de sobreviver através de alianças, compromissos ou mesmo habilidades. Em torno da figura de Abraão, Israel no exílio e Israel que permaneceu no país são chamados a se reconciliar. Além disso, a Terra Prometida não indica, de acordo com os textos de Gênesis, a expulsão de outras pessoas vivendo no mesmo solo. Abraão torna-se uma figura de integração que permite o diálogo com o outro. Vamos tirar lições. Este será meu último ponto.

Lições para hoje

Além dos aspectos históricos das narrativas patriarcais, tenham consciência de que elas têm uma dimensão simbólica e arquetípica. Assim sendo, elas mantêm um valor referencial inegável. Abraão e os outros patriarcas vivem experiências humanas e religiosas que podem servir de referência para cada geração de crentes, como são mais personalidades corporativas do que indivíduos. Lições positivas surgem da atitude de Abraão ao mostrar o narrador como um modelo a ser seguido.

Para mim, a primeira lição é que ele toma a iniciativa de resolver o conflito. E esta iniciativa é reunir-se pessoalmente com Ló. Fez dele um parceiro, um protagonista. Podemos dizer que seu conflito é resolvido no mais alto nível, entre funcionários e decisores políticos - aqueles que têm influência e podem envolver toda a comunidade - não os seus assistentes. Isso deve ser usado para resolução de conflitos e até mesmo na gestão da crise migratória atual.

A segunda lição é que é necessária para apreciar a motivação por trás da postura de Abraão, '[...] porque somos irmãos'. Seu objetivo é preservar a fraternidade, ou melhor, construí-la. Ele o faz numa solução pacífica para o conflito, e levando em conta os interesses de todos (todos têm o direito à terra, todo mundo tem uma voz).

Uma terceira lição diz respeito à inclusão das gerações futuras na ocupação do país. Uma das consequências é a recusa de resolver, isto é, a necessidade de exercer total controle sobre o país. Nesse sentido, o contraste entre os dois personagens são impressionantes: enquanto Ló escolheu seu território e construiu raízes nele, Abraão continua a viver como semi-nômade. Olivier Belleil (2000) caracterizou a dois homens como tal: o olhar de Ló trai a “luxúria”, o desejo que procura se apropriar do que ele cobiça. O de Abraão acolhe a grande parte que Deus está lhe preparando. Ele contempla o dom de Deus. A promessa e o dom exigem, portanto, requer que o beneficiário se sinta responsável perante as gerações futuras. A escolha de Ló que faz parte de qualquer promessa ou doação resultará na destruição total (Gn 19). Em Sodoma e Gomorra, nada será deixado para as gerações futuras. É que, de acordo com esses relatos, o sentido de responsabilidade de Ló não tem lugar para a alteridade (aqui, Deus) e para a posteridade, levando inevitavelmente à irresponsável destruição. Isso não exige nosso gerenciamento de espaço e recursos visando o bem-estar das gerações futuras? O caso do conflito na região dos Grandes Lagos, a falta de responsabilidade pelos outros não só resultou numa catástrofe humanitária, massacres, deslocamento de populações, ódio e desconfiança entre grupos, mas também produziu um desastre ecológico e ameaçou espécies animais protegidas.

Portanto, não nos enganemos. A aplicação de um texto como o Gn 13 ao contexto africano, em particular no que diz respeito aos conflitos que afetam regiões inteiras - conflitos gerados por reivindicações territoriais, pelo amor ao dinheiro ou pela sede de dominação e poder - não convidam a África a renunciar aos seus direitos em nome de um recurso comum ou para redesenhar as suas fronteiras. O texto que analisamos se preocupa em respeitar os limites ('se você ir para a esquerda, eu vou para a direita') e a proteção da propriedade privada (cada um tinha sua própria propriedade). Contudo, uma vez que os conflitos são inevitáveis, mesmo dentro de um único grupo, a regra de ouro para qualquer solução é o diálogo, não armas. Esta é a principal lição. Devemos esforçar-nos por uma palavra responsável que comprometa aqueles com autoridade a salvaguardar a fraternidade humana porque somos irmãos.

Migração responsável: O exemplo de Abraão (Gn 13)

André Kabasele Mukenge

BIBLIOGRAFIA

- Alter R (1968) *Fielding and the Nature of the Novel*. Cambridge: Harvard University Press.
- Belleil O (2000) *Abraham: un pere au coeur d'enfant*. Nouan-le-Fuzelier: Editions des Beatitudes.
- Marchadour A (1999) *Genese. Commentaire Pastoral*. Paris: Bayard/Centurion.
- Mukenge AK (1999) Relecture de Gn 4,1-16 dans le contexte Africain. In: Auwers JM and Wenin A (eds) *Lectures et Relectures de la Bible*. Leuven: University Press, pp. 421-441.
- Mukenge AK (2001) De l'émerveillement à l'engagement. Itinéraires bibliques pour une spiritualité des temps de crise. *Telega* 1: 41-54.
- Pons J (1990) Confrontation et dialogue en Genèse 12-36. *ETR* 1(65): 15-26.
- Romer TC (1997), Qui est Abraham? Les différentes figures du patriarche dans la Bible hébraïque. In: Romer TC (ed) *Abraham. Nouvelle Jeunesse d'un Ancêtre*. Genève: Laborb et Fides, pp. 13-33.
- Vogel H (2009) Migration und religion – zwei schlüssel zur menschlichen identität. *Forum Missio* 5: 205-216.

Migração Africana: Um Apelo à Igreja

MESMIN-PROSPER MASSENGO

Muitas foram as civilizações que se desenvolveram e se enriqueceram precisamente com os contributos trazidos pela imigração. Noutros casos, as diferenças culturais entre autóctones e imigrados não chegaram a integrar-se, mas demonstraram capacidade de conviver através duma praxe assente no mútuo respeito das pessoas e na aceitação e tolerância dos costumes diversos. (Juan Pablo II, 2000: 12).

Gostaria de iniciar a minha contribuição com estas palavras positivas e encorajadoras do Papa João Paulo II, e que também revelam a complexidade do fenómeno migratório.

O tema “Migração Africana: Um Apelo à Igreja”, que me foi requisitado, é um tópico que requer alguns esclarecimentos essenciais. A “migração africana” é uma generalização que deve ser explicada: refere-se à migração doméstica dentro de um país africano? Ou à migração internacional entre países africanos? Ou à migração intercontinental originária de um país africano? Indica migração forçada ou voluntária? De acordo com as estatísticas de 2011, fornecidas pela Organização Internacional para os Migrantes (IOM, 2011), a circulação dos africanos é principalmente uma tendência continental. Em 2010, quase dois terços dos migrantes subsaarianos migraram para outros países da região. No mesmo ano, 70% dos fluxos migratórios na África Ocidental foram inter-regionais.

O tema também apresenta outras questões. O que queremos dizer com a expressão “um apelo à Igreja?” Que Igreja está em jogo? A Igreja universal ou a local? A Igreja no país de origem ou a Igreja no país de chegada? Em minha opinião, toda a Igreja Católica é a destinatária do apelo, em todas as suas ex-

Migração Africana: Um Apelo à Igreja

Mesmin-Prosper Massengo

pressões particulares: a Igreja no país de envio, bem como a Igreja no país de recebimento. O apelo também é dirigido à Igreja nos países de trânsito, uma vez que há muitos migrantes que estão somente em trânsito, às vezes por longos períodos, ao tentar alcançar seus destinos finais. A complexidade do tema que me foi confiado requer a consideração de muitos elementos que poderiam ser úteis para compreender o papel da Igreja em relação ao fenômeno migratório, particularmente quando se trata da migração na África.

Em termos da história humana, a migração não é nada de novo. É uma realidade inerente à vida de cada ser humano. A História da Salvação começa com a migração de Abraão, que é instruído pelo próprio Deus: 'Saia de seu país, do seu povo e da casa de seu pai para a terra que eu lhe mostrarei' (Gn 12, 1). A vida de Jesus é marcada desde a infância pela migração, quando José e Maria tiveram que migrar para o Egito, a fim de salvar seu filho da fúria e inveja de Herodes que planejava matá-lo (cf. Mt 2, 13-15).

Pretendo articular minha contribuição em quatro partes. Na primeira parte, apresentarei as principais tendências da migração africana. Na segunda parte, identificarei as suas causas. Então, discutirei o papel das Igrejas em relação à migração africana. Finalmente, tratarei da necessidade de um diálogo entre a Igreja e os Estados/Organizações Internacionais (OIs).

Mapa e Fenomenologia da Migração Africana

Parece necessário iniciar a minha reflexão traçando um mapa das migrações africanas e classificá-las, ou seja, sua fenomenologia, baseada nos principais relatos da mídia que podem ser facilmente consultados.

Nos últimos anos, os países africanos têm experimentado imensos fluxos migratórios internos e internacionais. Com algumas exceções, pode-se dizer que toda a África está em movimento. Na África do Norte, a Líbia está em crise desde a morte repentina de seu líder, Mouhamar Gaddafi. O país sofre uma instabilidade perigosa, que obriga as pessoas a continuar migrando. Apesar da eleição incontestada de seu novo presidente, a Tunísia não é poupada de ataques de todos os tipos, alguns dos quais têm afetado tragicamente tanto tunisianos quanto estrangeiros. A Argélia enfrenta graves incursões de fundamentalistas islâmicos, que também são muito ativos no Mali. Apesar da calma aparente, o Marrocos vive em uma vigilância crescente contra ataques terroristas, como

o que atingiu uma cafeteria em Marrakech há alguns anos. O Marrocos é um importante país de trânsito migratório, bem como país de origem e destino.

Na África Ocidental, o grupo fundamentalista chamado Boko Haram semeia terror e desestabilização na Nigéria. As populações dos países vizinhos da Nigéria vivem com medo de ataques repentinos e muitas pessoas já decidiram migrar.

Na África Central, pode-se dizer que todos os países são profundamente afetados pela migração e seus problemas. Além da significativa migração forçada, que é evidente em toda a região, há também importantes influxos migratórios de cidadãos da África Ocidental para a África Central com fins comerciais.

Na África Oriental, há também uma migração considerável, ligada à instabilidade política e militar e a problemas econômicos, particularmente no Chifre da África. A migração arriscada pelo mar Mediterrâneo prevalece nesta região. Contudo, há também outros fluxos migratórios complexos e difíceis. Muitas pessoas cruzam países inteiros, arriscando suas vidas, às vezes a pé, tentando chegar à África do Sul, onde esperam encontrar um futuro melhor para si e para suas famílias. Infelizmente, muitas vezes, a realidade da vida no país de destino se revela muito diferente das suas expectativas o que acaba gerando desilusão.

As Causas da Migração Africana

As causas da migração africana são numerosas e variadas. Não é uma tarefa simples identificar todas elas, uma vez que existem diferenças significativas entre as regiões e até mesmo dentro de cada uma delas. No entanto, as causas da migração na África podem ser classificadas em três categorias principais: agitação política, insegurança econômica e conflitos armados.

Existem muitos países africanos que são verdadeiros modelos de democracia e inovação. Infelizmente, há também muitos outros que apresentam a imagem da África como incapaz de se organizar como um continente moderno. Para esta África devastada, o mantra é familiar: a falta de verdadeira democracia induz ao comportamento autoritário dos governos, os quais restringem as liberdades fundamentais dos cidadãos destes países africanos. Os atores que estão no poder estabelecem regras mas não as questionam devidamente. Quando vozes opositas emergem, são sufocadas ou simplesmente destruídas. As conseqüências que se seguem são claramente evidentes: caça às bruxas, estabelecimento de um es-

Migração Africana: Um Apelo à Igreja

Mesmin-Prosper Massengo

tado de sítio sem que seja decretado - (por vezes até ao ponto de negá-lo), restrição excessiva de liberdades, desproporcional uso da força contra manifestações pacíficas, sequestro e assassinato de dissidentes, etc. Esta imagem sombria força aqueles que temem por suas vidas a procurar refúgio em outro lugar.

Vários especialistas em assuntos econômicos e políticos relacionados à migração reconhecem o impacto da realidade econômica sobre a mobilidade de uma classe social. Além disso, alguns políticos dos chamados países civilizados e ultramodernos não estranham a sua própria imaginação fértil, quando criam conceitos que legitimam sua hegemonia e superioridade sobre outros países que consideram, de maneira errônea e pretensiosa, inferiores. Refiro-me ao conceito de “migração seletiva”, ou seja, a seleção pelos países de recebimento somente de migrantes que são considerados úteis ou de valor econômico. Esta seleção não se baseia no desejo de recompensar as competências ou o conhecimento especializado daqueles que são os “migrantes selecionados”. Isto é o que é chamado, no meu ponto de vista, de fuga de cérebros à custa da emancipação e do desenvolvimento da África.

Além da migração seletiva, existem outros tipos de migrações que são impulsionadas pela sede de bem-estar dos africanos que arriscam suas vidas e enfrentam obstáculos de todo tipo. Como resultado deste impulso, o mar Mediterrâneo, em vez de ser o elo entre a África e o continente europeu, tornou-se um grande cemitério para muitos jovens africanos. Vale ressaltar que muitos desses jovens africanos vêm de países com ricos e vastos recursos naturais. Além dos problemas gerados pelos monopólios impostos pelas empresas multinacionais, há um problema relacionado à distribuição do bem comum, como colocou Destin Mouene Ndzorombe em 2013:

Desde então, o Congo Brazzaville manteve a sua vocação como país de imigração e emigração. Se até 1991 suas saídas migratórias eram compostas somente de estudantes, posteriormente, de 1993 até o início dos anos 2000, elas cresceram não só por causa das guerras chamadas “civis”, mas também por causa da ausência do bem comum no país. Isto resultou no aumento dos migrantes “econômicos” e dos refugiados congolezes (Ndzorombe, 2013 147-148).¹

1 O texto original em francês diz: ‘Depuis lors, il a conserve cette vocation de pays d’immigration et d’emigration. Si, jusqu’en 1991, son emigration est exclusivement estudiantine, cette dernière s’enrichira, a cause non seulement des guerres “dites civiles” qu’il a connues, a partir de 1993 jusqu’au debut des annees 2000, mais aussi de l’absence du bien commun dans ce pays. Ce qui a pour consequence, l’augmentation des emigres “economiques” et des refugies congolais.’ Eu, o autor, providenciei a tradução.

O bem comum, entendido como um conjunto de condições sociais que permitem que indivíduos e grupos alcancem sua perfeição sem perder de vista o indivíduo, continua sendo a maior preocupação para aqueles que deixam seus países de origem em busca de uma vida melhor. A redistribuição da riqueza nacional deve beneficiar todos, não apenas um pequeno grupo. Quando a distribuição da riqueza nacional é injusta, existem consequências sociais e individuais que levam as pessoas a migrar.

A violência e os conflitos armados também causam a fuga de populações inteiras para terras mais seguras e pacíficas. Infelizmente, vários líderes africanos contribuem para o surgimento de conflitos em seus territórios, causando deslocamentos maciços e situações indescritíveis de pobreza.

Muitas regiões africanas têm assistido a conflitos armados incessantes, que produziram deslocamentos humanos maciços com efeitos negativos no desenvolvimento humano e na estabilidade individual e social. Além das disputas locais, os interesses egoístas das empresas multinacionais e das potências estrangeiras frequentemente alimentam esses conflitos armados. Para efetivamente erradicar as guerras na África, é necessário uma conscientização compartilhada e o envolvimento na transformação. A África precisa de líderes, homens e mulheres capazes de fazer e pensar de forma diferente, a fim de promover ações concretas que permitam ao continente realizar o seu potencial.

Migrações e Igrejas Africanas

O título da minha contribuição menciona a Igreja no singular. Contudo, considerando a dinâmica observada no cenário de migração, não hesitarei em tratar de Igrejas no plural. Nesse sentido, é necessário falar da Igreja de partida e Igreja de chegada. Além disso, estudos de migração passaram a considerar a Igreja de trânsito como um terceiro ator. Os longos períodos que os migrantes são frequentemente obrigados a ficar em países de trânsito desafiam as Igrejas locais a lhes proporcionar uma assistência pastoral adequada e apropriada.

A Igreja Universal sempre expressou sua preocupação com os migrantes e pessoas em movimento em geral. O estabelecimento do Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes dentro da Cúria Vaticana é a prova do interesse da Igreja pela mobilidade humana. Existem vários documentos magisteriais que lidam diretamente com a migração. A primeira é a Consti-

tuição Apostólica *Exsul familia*, emitida em 1º de agosto de 1952 pelo Papa Pio XII. Este documento trata da assistência espiritual dada aos migrantes. O segundo é o *Motu Proprio Pastoralis migratorum cura*, publicado pelo Papa Paulo VI, em 15 de agosto de 1969, que destacou a importância do patrimônio espiritual e cultural dos migrantes no cuidado pastoral que lhes é oferecido. O Papa também notou a importância da língua nacional dos migrantes, na medida em que é o único meio para expressar seus pensamentos, mentalidade e vida religiosa. Uma semana após a publicação do *Motu proprio*, em 22 de agosto de 1969, a Congregação para os Bispos publicou a Instrução *De Pastoralis migratorum cura* (ou *Nemo est*). Este documento é inovador e faz com que os diferentes atores pastorais tomem consciência de suas funções específicas. Os migrantes já não são considerados meros beneficiários de assistência especial. Devem ser considerados detentores da dignidade humana, direitos inalienáveis e deveres na sociedade e na Igreja. A Igreja de origem e a Igreja de chegada devem cooperar para a sua proteção e desenvolvimento.

Em 1970, a Comissão Pontifícia para a Pastoral dos Migrantes e do Turismo foi criada através do *Motu Proprio Apostolicae caritatis* do Papa Paulo VI. Oito anos após a sua criação, a Comissão publicou um documento memorável, uma carta circular intitulada Igreja e Mobilidade Humana. Esse documento estabeleceu uma distinção clara entre dois tipos de mobilidade: a migração livre ou voluntária e a migração forçada, impulsionada pela preocupação com a segurança, sobrevivência, liberdade e paz. O mesmo documento também propõe uma reflexão sobre a Igreja e a sua missão. Sendo de natureza evangélica, a Igreja é convidada a encarar a questão da migração em seu ministério, que deve ser continuamente adaptado às necessidades que surjam. Finalmente, o documento destacou os diferentes tipos de mobilidade humana: migração de trabalho, deslocamento forçado, transporte marinho, terrestre e aéreo, nomadismo, turismo e outros (Pontifical Commission for the Pastoral Care of Migrants and Tourism, 1978).

O último documento magisterial sobre o ministério dos imigrantes é a Instrução *Erga migrantes caritas Christi* publicado em 3 de março de 2004 pelo Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e dos Itinerantes. É um estatuto sobre a pastoral dos migrantes e das pessoas itinerantes, apresentando a maior parte dos elementos que são necessários para compreender o fenômeno e desenvolver as intervenções pastorais a favor das pessoas em movimento. O esboço do documento e o seu volume revelam o desejo de não negligenciar qualquer aspecto do ministério migrante, da reflexão teológica às estruturas

pastorais que devem ser criadas. Um apêndice sobre as regulamentações jurídicas e pastorais relevantes se encontram em anexo à Instrução.

Vale ressaltar a precedência e a importância da autoridade petrina na reflexão e ação da Igreja em resposta ao vasto campo da migração. Os vários documentos acima enumerados constituem uma prova tangível da relevância da mobilidade humana para a Igreja universal. Tal preocupação leva necessariamente à reflexão e ação para as Igrejas locais, particularmente para as Igrejas de origem, chegada e trânsito.

A prioridade do papado e o conseqüente empenho das Igrejas locais são verdadeiros para todas as atividades missionárias, como foi destacado no Decreto *Ad Gentes* do Vaticano II:

Esta tarefa que deve ser levada a cabo pela Ordem dos Bispos presidida pelo sucessor de Pedro e com a oração e a cooperação de toda a Igreja, é uma e a mesma em toda a parte, sejam quais forem os condicionalismos, embora difira quanto ao exercício conforme as circunstâncias. Mas as diferenças que nesta atividade da Igreja se têm de reconhecer, não se originam na natureza íntima da «missão», mas nos condicionalismos em que essa «missão» se exerce. (Vaticano II, 1965: 6).

A verdadeira questão se refere às estratégias adotadas para o desenvolvimento de uma política sólida e cuidado pastoral capazes de transformar a migração numa experiência recompensadora para as sociedades de acolhimento, como colocou o Papa João Paulo II no texto que citei no início da minha contribuição.

Mesmo dentro da própria Igreja, há algumas atitudes que devem ser criticadas. Nesta medida, o Papa Francisco (2014a) declarou:

Não raro, porém, estes movimentos migratórios suscitam desconfiança e hostilidade, inclusive nas comunidades eclesiais, mesmo antes de se conhecer as histórias de vida, de perseguição ou de miséria das pessoas envolvidas. Neste caso, as suspeitas e preconceitos estão em contraste com o mandamento bíblico de acolher, com respeito e solidariedade, o estrangeiro necessitado.

Em sua Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, que é abundante em reflexões similares, o Papa Francisco (2013: 270) observou: 'Às vezes, sentimos a tentação de ser cristãos, mantendo uma prudente distância das chagas do Senhor'. Isto significa que a Igreja é convidada a mostrar a sua criatividade e a

Migração Africana: Um Apelo à Igreja

Mesmin-Prosper Massengo

sua inventividade ao considerar o seu papel de evangelização visando abordar efetivamente os desafios impostos pelo fenômeno migratório.

Em 1975, a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Evangelii nuntiandi* de Paulo VI (1975: 14) já havia enfatizado este ponto:

Nós queremos confirmar, uma vez mais ainda, que a tarefa de evangelizar todas as pessoas constitui a missão essencial da Igreja. Esta tarefa e missão são urgentes devido às amplas e profundas mudanças da sociedade atual.

Falando de estratégias, deve-se incluir entre as diferentes iniciativas pastorais, o estabelecimento de ligações entre as Igrejas de origem e as Igrejas de acolhimento. Muitos acreditam que é importante reproduzir na Igreja que acolhe os hábitos religiosos e estilos de celebração da Igreja de origem. Esta prática pode ser útil e louvável. No entanto, pode-se questionar se tal prática poderia atrasar - se não parar - o processo de integração dos migrantes na sociedade ou na Igreja de chegada. A tendência de reproduzir a vida da comunidade de origem na igreja anfitriã tem indubitavelmente um fundo de nostalgia, e manifesta o desejo dos migrantes de se sentir à vontade na sua expressão de fé. No entanto, no que diz respeito à integração na nova sociedade, isto pode gerar problemas de convivência. Este é o caso quando as expressões de fé dos migrantes não fazem parte do processo de síntese entre as práticas religiosas das Igrejas de origem e de acolhimento.

Para chegar à síntese é necessário reunir-se, fazer concessões de ambos os lados e encontrar pessoas de recursos capazes de criar uma simbiose dinâmica que não destruam os elementos tradicionais dos migrantes, nem imponham práticas locais de modo a conduzir os migrantes para a auto-marginalização e criar guetos espirituais e religiosos. Minha leitura simplesmente ecoa o apelo do Decreto conciliar *Ad Gentes*: 'Para desempenhar [o bispo], como convém, esta nobre incumbência, deve conhecer bem a situação do seu rebanho, as opiniões íntimas dos seus concidadãos a respeito de Deus, levando em conta cuidadosamente as mudanças introduzidas pela urbanização, migração e indiferentismo religioso.' (Vaticano II, 1965: 20).

Rumo a um Diálogo entre a Igreja e os Estados/OIs sobre migração

O Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madagáscar (SCEAM) obteve recentemente o estatuto de observador na União Africana. Esta é uma

grande oportunidade que deve ser aproveitada a fim de elaborar e difundir reflexões sobre questões de interesse comum, como a migração.

É importante que a África aborde o fenômeno da mobilidade humana por meio de uma análise prévia e aprofundada empreendida conjuntamente por líderes políticos africanos e, eventualmente, consultando as autoridades religiosas africanas. Muitos africanos morreram no mar Mediterrâneo e muitos estão presos em países de trânsito, como Líbia e Marrocos, esperando para atravessar para a Europa.

Em julho de 2015, fui convidado para ir a Vilnius, na Lituânia pelo Secretário-Geral do Conselho das Conferências Episcopais da Europa (CCEE) para fazer uma apresentação sobre a recente crise migratória. Na minha contribuição, embora reconheça a complexidade da realidade da migração, concentrei-me na situação terrível na Líbia, um país que está sofrendo uma desintegração progressiva e permitindo o tráfico de milhares de migrantes por semana. Não houve paz após o assassinato de Gaddafi. É confuso ver seus assassinos circulando e falando livremente em convivência com as superpotências ocidentais. Eles criaram caos que ainda afeta não somente a Líbia, mas também outros países africanos, gerando conflitos violentos e incentivando o terrorismo. Isto é o que a Igreja deve denunciar, como fez o então Núncio Apostólico na Líbia no caso do bombardeio cujo alvo era Gaddafi. Ele questionou a eficácia e a relevância de tal bombardeio que acabou matando apenas civis.

Numa época de grande migração, muitas pessoas deixam o seu local de origem e optam por esta viagem perigosa esperando, com desejos e medos, uma condição de vida melhor. Através de suas estruturas pastorais, a Igreja deve alertar os migrantes africanos em potencial sobre os perigos com os quais se depararão cruzando desertos e mares.

A Igreja deve colaborar com os estados e organizações internacionais na avaliação dos méritos e da relevância das políticas que melhoram o desenvolvimento dos países africanos a fim de estancar esta "hemorragia migratória". Para esta lógica, o Arcebispo de Niamey elogiou a iniciativa do Presidente da República do Níger que, em 2012, convidou o imam, o Arcebispo de Niamey e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Níger para visitar o Presidente da Nigéria e expressar a solidariedade do Níger com o povo da Nigéria devastada pela trágica violência do Boko Haram. Como Bento XVI (2011: 97) afirmou na Exortação Apostólica *Africae munus*, 'Nunca se é cristão, sozinho.'

Em última análise, a mobilidade humana é um fenômeno que não pode deixar ninguém indiferente. Por um lado, de acordo com dados oficiais, a migração está beneficiando a África enormemente. Em 2014, as remessas de migrantes para os países africanos somaram US\$ 35 bilhões. Trata-se de uma quantia colossal que mostra claramente o verdadeiro potencial da migração para famílias e comunidades africanas. Por outro lado, para países de acolhimento, que estão experimentando um declínio espiritual e níveis alarmantes de secularização, a migração pode ser uma solução, já que os migrantes podem propagar os valores fundadores - na maioria cristãos - de suas civilizações.

As Igrejas na África devem estar atentas ao fenômeno da mobilidade humana e considerá-la como uma oportunidade favorável para expressar concretamente a sua caridade: '[T]enham a coragem de tocar a carne sofredora de Cristo, o Qual Se torna visível através dos rostos inumeráveis daqueles a quem Ele mesmo chama os "meus irmãos mais pequeninos"' (Mt 25:40, 45 citado por Francisco, 2014b: 6).

BIBLIOGRAFIA

- Bento XVI (2011) Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Africae munus*. http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20111119_africae-munus.html (acessado em 30 de outubro de 2016).
- Congregation for Bishops (1969) *De pastoralis migratorum cura (or Nemo est)*. In: Baggio F and Pettena M (eds) (2009) *Caring for Migrants*. Strathfield, NSW: St. Pauls Publications, pp. 131-167.
- Francisco (2013) Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione_ap_20131124_evangelii-gaudium.html (acessado em 30 de outubro de 2016).
- Francisco (2014a) Mensagem para o 101 Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2015. https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20140903_world-migrants-day-2015.html (acessado em 30 de outubro de 2016).
- Francisco (2014b) Mensagem para a celebração do XLVIII Dia Mundial da Paz. https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20141208_messaggio-xlviiii-giornata-mondiale-pace-2015.html (acessado em 30 de outubro de 2016).
- International Organization for Migration (IOM) (2011) *World Migration Report 2011*. Geneva: IOM.
- João Paulo II (2000) Mensagem para a celebração do XXXIV Dia Mundial da Paz. http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_20001208_xxxiv-world-day-for-peace.html (acessado em 24 de outubro de 2016).
- Ndzorombe DM (2013) *Le Bien Commun selon la Doctrine Sociale de l'Eglise: Contributions Socio-Pastorales a la Mobilite Humaine au Congo (Brazzaville)*. Paris: L'Harmattan.
- Paulo VI (1969) *Motu proprio Pastoralis migratorum cura*. In: Baggio F and Pettena M (eds) (2009) *Caring for Migrants*. Strathfield, NSW: St. Pauls Publications, pp. 127-129.
- Paulo VI (1970) *Motu proprio Apostolicae caritatis*. In: Baggio F and Pettena M (eds) (2009) *Caring for Migrants*. Strathfield, NSW: St. Pauls Publications, pp. 169-173.

Migração Africana: Um Apelo à Igreja

Mesmin-Prosper Massengo

Paulo VI (1975) Exortação Apostólica *Evangelii nuntiandi*. http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html (acessado em 24 de outubro de 2016).

Pio XII (1952) Apostolic Constitution *Exsul familia*. In: Baggio F and Pettena M (eds) (2009) *Caring for Migrants*. Strathfield, NSW: St. Pauls Publications, pp. 13-79.

Pontifical Commission for the Pastoral Care of Migrants and Tourism (1978) Circular letter: Church and human mobility. In: Baggio F and Pettena M (eds) (2009) *Caring for Migrants*. Strathfield, NSW: St. Pauls Publications, pp. 203-283.

Pontifical Council for the Pastoral Care of Migrants and Itinerant People (2004) Instruction *Erga migrantes caritas Christi*. In: Baggio F and Pettena M (eds) (2009) *Caring for Migrants*. Strathfield, NSW: St. Pauls Publications, pp. 503-581.

Vaticano II (1965) Decreto *Ad gentes*. http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html (acessado em 24 de outubro de 2016).

Melhores práticas de intervenção de migração junto às camadas populares a Igreja Católica da Etiópia

BEKELE MOGES KIDANE

A Etiópia é um dos países da África Oriental e tem a segunda maior população na África com cerca de 99 milhões de habitantes, de acordo com a projeção do censo de 2015. As taxas de crescimento e fertilidade da população em 2014 são de 2,89% e 5,3%, respectivamente. O censo mostra que mais de 48 milhões de habitantes são jovens com menos de 18 anos de idade.

O país é uma República Federal Democrática que tem sete estados regionais e duas cidades administrativas. Os estados e administrações regionais são divididos ainda em 83 zonas administrativas e 831 *Woredas* (distritos).

A Etiópia tem uma das economias em crescimento mais rápido na última década e procura se tornar um país de renda média até 2025. Segundo as últimas estimativas do Banco Mundial (sem data), o nível de pobreza diminuiu para 29,6% em 2010. A taxa de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos é de 7,1%.

O número de instituições de ensino superior mostrou grande aumento em comparação a quinze anos atrás, quando havia apenas duas universidades, a Addis Ababa e a Haramaya. Atualmente, existem mais de 34 universidades públicas, sete universidades privadas e 52 escolas técnicas no país. A admissão anual de alunos aumentou para mais de 100 mil. Estas instalações educacionais acomodam 467.445 estudantes. Anualmente, o número de graduados e pós-graduados aumentou para mais de 100 mil. O número anual de graduados universitários no país excede em muito as oportunidades de emprego profissional geradas no país.

Figura 1: Mapa das Regiões Administrativas da Etiópia



A Etiópia é altamente afetada pelas mudanças climáticas. A frequência da seca no país foi reduzida de 20 para dois anos. A dependência dos agricultores da chuva tem levado à insegurança alimentar. O número de pessoas que necessitam de assistência de emergência alimentar aumentou em milhões. A limitada posse de terra por famílias e o tamanho do terreno para agricultura (em média menos de 0,5 hectares) não podem garantir a produção de alimentos necessários para sustentar a necessidade familiar anual.

Fluxos Migratórios de Entrada e de Saída na Etiópia

O Chifre da África, também conhecido como Nordeste Africano, tem desafios de migração singulares. Todos os meses milhares de migrantes irregulares e requerentes de asilo tentam atravessar as fronteiras para escapar de conflitos, secas e dificuldades econômicas. Um grande número de pessoas geralmente migram da Eritreia, Etiópia, Somália, Quênia e Sudão do Sul, cruzando o mar em direção ao Oriente Médio, Europa e destinos asiáticos. Muitos outros escolhem a migração intracontinental, dirigindo-se particularmente à África do Sul.

A Etiópia é um país de origem para o tráfico de pessoas (TDP) e o contrabando de migrantes (CDM). Muitas jovens etíopes são traficadas e reduzidas à servidão doméstica e à prostituição no Oriente Médio. Transitam através de Djibouti, Egito, Somália, Sudão e Iêmen para o Oriente Médio e a Europa. Somente em 2014, mais de 75.000 etíopes foram contrabandeados de barco para o Iêmen. Eles costumam viajar para a costa do Mar Vermelho ou Golfo de Aden e pagar contrabandistas para levá-los de barco para o Iêmen. Antes de outubro de 2013, quando o recrutamento de trabalho no exterior não era proibido, o governo etíope estimou que cerca de 1.500 etíopes migraram diariamente como parte da atividade legal de 400 agências autorizadas de recolocação internacional. Nos últimos anos, cerca de 17.000 pessoas migraram por mês legalmente para o Oriente Médio e a maioria delas acabou sendo traficada. A África do Sul é um dos países de destino para muitos migrantes etíopes. Estima-se que entre 17.000 e 20.000 etíopes migram para a África do Sul a cada ano por meio de canais irregulares.

Em cinco anos, de 2008 a 2014, cerca de 480.480 migrantes etíopes foram registrados em países do Oriente Médio. No mesmo período, um total de 1,5 milhão de etíopes deixaram o país ilegalmente. Segundo o UNICEF, a faixa etária dominante dos emigrantes etíopes está entre 15 e 34 anos.

Em 2013, a Arábia Saudita emitiu a “Lei Nitaqat”, pela qual todos os trabalhadores estrangeiros foram solicitados a obter uma autorização de trabalho dentro de um período de carência de 7 meses. Após o prazo todos os trabalhadores migrantes em situação irregular foram expulsos da Arábia Saudita. De novembro de 2013 a março de 2014 mais de 163.000 etíopes foram deportados para Addis Ababa.

A partir do Chifre da África, existem quatro grandes destinos orientados pelos pólos Leste, Oeste, Norte e Sul. São rotas irregulares, onde os migrantes atravessam a fronteira dos países, sem autorização e sem documentos de viagem. Há uma mistura uma vez que o movimento de massas inclui refugiados, requerentes de asilo, migrantes econômicos, refugiados ambientais, vítimas do tráfico humano, migrantes contrabandeados, migrantes retidos (em trânsito), menores não acompanhados e outros.

A maioria dos etíopes pegam estas rotas para chegar à Europa, África do Sul, Oriente Médio e outros destinos asiáticos. Há também a migração regular que ocorre através de agências de emprego privadas que geralmente enviam trabalhadores migrantes para o Médio Oriente.

Melhores práticas de intervenção de migração

Bekele Moges Kidane

Na Etiópia há cinco rotas mistas de migração, levando em conta tanto os fluxos migratórios irregulares e regulares: oriental, ocidental, do norte, do sul e do eixo central. A rota de trânsitos oriental é através de Bossasso (Punt Land), Afar e Djibuti e cruza o Golfo de Aden para a Arábia Saudita, Iêmen e Oriente Médio e além. A rota ocidental atravessa o Sudão para a Líbia e através do Mediterrâneo para a Europa. A rota do norte é através de Metema via Sudão, Chade e Egito através do Sinai para Israel e Europa. Esta rota foi fechada desde 2013 devido à construção do muro do Deserto do Neguev por Israel. A rota do sul é através de Moyale via o Quênia, Tanzânia, Zâmbia, Malawi, Moçambique e Zimbábue rumo à África do Sul. Através do eixo central Addis Ababa, a migração regular ocorre por avião para o Líbano, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar e Kuwait por meio de agências de emprego privadas. As outras vias migratórias irregulares combinam transportes terrestres e marítimos para alcançar diferentes destinos.

A Etiópia é também um país de destino para muitas pessoas da região. Atualmente, a Etiópia é o lar de mais de 99 milhões de migrantes e de cerca de 750.000 refugiados do sul do Sudão, Eritreia e Somália. Atualmente há 233.727 refugiados do Sudão do Sul registrados que vivem em seis acampamentos na região de Gambella (UNHCR Sector Indicators Matrix: Gambella Region as of 1 October, 2015). Após a seca, a fome e a contínua insegurança de 2011, há cerca de 240.086 refugiados somalis nos campos de Dolo Ado, Boqolmayo e Malkadida na Etiópia. O campo de Dolo Ado é o segundo maior campo de refugiados criado desde 2007 ao lado de Dabaab no Quênia.

O ACNUR estima entre 800 e 1000 refugiados recém-chegados a cada mês através de 16 pontos de entrada a partir de Eritreia. Os principais campos estão na parte norte do país em Shimelba, Maio Ayni, Adiharush e Hintas no Tigray ocidental e é significativo o número de refugiados urbanos em Addis Abeba e Mekele. Estes refugiados da Eritreia são jovens estudantes e crianças desacompanhadas a partir de sete anos de idade. Cerca de 130.000 refugiados eritreus estão à procura de asilo desde 2007.

No Chifre da África há vários motivos para a migração relacionados com questões políticas, sociais, econômicas e ambientais que podem ser categorizados como fatores de repulsão e atração. Como fatores de repulsão estão o abuso dos direitos humanos, os conflitos armados, a falta de recursos, a falta de governança adequada e a instabilidade política. Isso serve para aumentaram o sofrimento dos refugiados na África Oriental. Os fatores de atração, melhores oportunidades de estudos, empregos e melhores salários no exterior, são a causa da migra-

ção em massa de jovens que enfrentam os desafios e o alto risco envolvidos em todo o percurso até o destino almejado. Os fatores econômicos e sociais também contribuíram significativamente para o aumento da migração irregular.

Uma causa profundamente enraizada da migração na Etiópia é a extrema pobreza devido às alterações climáticas, à degradação ambiental, aos desastres e à falta de opção de desenvolvimento alternativo que impediu as famílias de produzirem o suficiente para satisfazer as suas necessidades alimentares. A maioria dos migrantes da zona rural do país é obrigada a deixar sua aldeia e migrar para o exterior em busca de trabalho que possibilite a sua subsistência.

O senso comum equivocado de que a vida no exterior é melhor atrelado à falta de informação fidedigna sobre as oportunidades de emprego na Etiópia são outros fatores de pressão relevantes para a migração irregular. A pressão de parentes e amigos, tanto na Etiópia quanto no exterior, bem como as histórias de sucesso contadas por repatriados têm convencido muitos a migrar de forma irregular. A suposição generalizada de que mesmo pessoas pouco qualificadas podem, eventualmente, encontrar um emprego no exterior faz com que a população rural continue a optar por destinos estrangeiros.

As promessas irrealistas de agentes e intermediários de migração continuam atraindo um número cada vez maior de “clientes” para grupos criminosos, que fizeram do TDP e do CDM o seu principal negócio. A forte rede e as operações clandestinas dos traficantes, tanto em nível internacional como local, dificilmente podem ser evitadas por migrantes africanos.

Na Etiópia, uma verdadeira “cultura de migração” se desenvolveu. Algumas comunidades no sul da Etiópia vêem as remessas dos migrantes como uma real estratégia de subsistência. Os pais consideram que enviar os seus filhos para o exterior é uma forma de garantir a subsistência para si próprios. Nesta linha, mesmo a migração irregular é tolerada quando não é promovida. Muitos jovens decidem seguir os seus amigos em viagens arriscadas e rotas de migração como um sinal de bravura. O deslumbramento com a riqueza, que resulta em um forte desejo de sucesso ou mudança rápida, é outro fator que contribui para o aumento da migração de jovens da Etiópia. Finalmente, existem outras situações, como o insucesso escolar, limitados recursos familiares e morte dos pais, que empurram os jovens etíopes para viajar e procurar melhores oportunidades.

Melhores práticas de intervenção de migração

Bekele Moges Kidane

Migração e Desenvolvimento na Etiópia

A Etiópia tem a maior diáspora na África. O número é estimado em cerca de dois milhões, distribuídos na Ásia, América do Norte, Europa e nos países africanos. Nos Estados Unidos, fora as diásporas da África Subsaariana, a diáspora etíope é seguida apenas da Nigéria.

A migração é uma fonte de grandes remessas, transferência de competências, intercâmbio cultural, criação de empregos, meios para satisfazer a demanda de trabalho e melhorar a distribuição justa da riqueza e de recursos. Em 2015, a Etiópia recebeu cerca de 600 milhões de dólares em remessas (World Bank 2016). De acordo com estimativas recentes, o país deverá receber da sua comunidade da diáspora de 3 a 3,5 bilhões de USD em 2024/2025 (Carter e Rohwerder 2016). As remessas dos migrantes estão contribuindo imensamente para o desenvolvimento do país. Reconhecendo tamanha contribuição, o governo etíope está incentivando a comunidade da diáspora a investir no desenvolvimento do seu país natal. A diretoria para a diáspora foi criada no âmbito do Ministério das Relações Exteriores para facilitar esse investimento e aumentar o papel dos migrantes no desenvolvimento econômico.

Não obstante, uma avaliação apropriada da relação entre migração e desenvolvimento na Etiópia deve levar em consideração muitos outros elementos, como os custos reais de migração.

Sobreviventes e repatriados da migração irregular indicam que a quantidade de dinheiro exigida por traficantes aumentou ao longo do tempo. Na rota do sul para a África do Sul contrabandistas e intermediadores costumavam exigir taxas de cerca de US\$ 2.000 por seus serviços. Quanto mais intenso é o controle de segurança na rota, maior é o custo da migração irregular, que para a África do Sul pode chegar atualmente a US\$ 3.000 por pessoa, sendo que esse valor aumenta a cada dia. A migração irregular da Etiópia para os países do Golfo custa até US\$ 6.000 por pessoa. De acordo com um estudo publicado em 2015, a migração irregular através do Sudão para Israel custa até US\$ 15.000 (Minani Bihuzo 2015). O pagamento inicial para contrabandistas deve ser efetuado previamente, no início da viagem. Outros desembolsos são solicitados na rota, mantendo migrantes sob custódia e exigindo que as suas famílias transfiram o dinheiro por meio de canais ilegais.

De acordo com alguns repatriados etíopes entrevistados no vicariato de Hosanna, na região sul, o pagamento aos traficantes e intermediadores é na maior parte proveniente da renda familiar (29%) e da poupança dos migrantes

(21%). Outras fontes são a venda de bens materiais (15%), remessa de membros da família que vivem no exterior (15%), venda de rebanho (8%), venda de ativos fixos (6%) e empréstimos (5%).

A incapacidade de alcançar o destino e compensar o investimento geralmente resulta em crises domésticas dos migrantes e torna difícil o seu eventual regresso. Muitos migrantes que foram capturados, presos e deportados ao longo do caminho, continuam tentando chegar ao seu destino, não importa como.

A migração irregular é um ato de risco deliberado que afeta a vida do indivíduo, da sua família e de sua comunidade em geral. Ela tem um impacto muito significativo tanto no âmbito social quanto na economia do país.

Algumas entrevistas realizadas com os sobreviventes e repatriados de migração irregular indicam que os migrantes experimentam diferentes situações físicas e psicológicas antes da partida, enquanto tentam chegar ao destino final, depois de tê-lo atingido ou não e ao retornar para casa. Estas situações e experiências podem ser classificadas como pré-partida, na rota, na chegada e pós-retorno.

Quanto às experiências prévias à partida, os imigrantes relatam terem ficado preocupados com o reembolso de dívidas e os riscos da migração irregular. Eles também revelam suas suspeitas sobre a falta de confiabilidade dos agentes de migração e a possível exploração e abuso de direitos pelos intermediários.

Muitos migrantes irregulares contam histórias tristes e experiências desafiadoras em todo o percurso. Eles ficam psicologicamente abalados devido à separação de sua família e ao medo de serem pegos pela polícia ou grupos criminosos ao longo da rota. Em países de trânsito eles são obrigados a se esconder das autoridades locais. Alguns mencionaram ficar retidos, pagando propinas para policiais e ser abandonados pelos intermediários. A viagem é muitas vezes difícil e os migrantes experimentam sede e fome. Aqueles que estão esgotados e incapazes de manter o ritmo do grupo são frequentemente desprezados e espancados pelos guias e traficantes. Ao cruzar o deserto muitos migrantes contraem doenças terríveis e são atacados por animais selvagens. Muitas vezes, os migrantes são sistematicamente extorquidos, sequestrados e torturados por pedidos de resgate por grupos criminosos. Muitos são abandonados no meio do nada, pegos pela polícia, presos em centros de detenção e, eventualmente, processados. Outros tantos morrem ao longo da jornada. Em 9 de dezembro de 2015, vinte e um migrantes foram encontrados mortos em um container no Zimbábue. Eles estavam tentando atravessar irregularmente a

Melhores práticas de intervenção de migração

Bekele Moges Kidane

fronteira Sul Africana ao custo de US\$ 300 por pessoa. Os migrantes que viajam por mar são normalmente obrigados a viajar em barcos sobrecarregados até que eles estejam prestes a afundar. Muitos morrem no mar. Em 2015, de acordo com as estimativas da Organização Internacional para as Migrações (2016), morreram 3.771 migrantes ou desapareceram tentando chegar à Europa por via marítima.

Muitos migrantes enfrentam discriminação na sociedade de destino, como choque cultural em termos de linguagem, estilo de vida e alimentação, e até mesmo conversão religiosa forçada. Em abril de 2015, trinta etíopes foram decapitados por militantes do ISIS na Líbia por causa de sua fé cristã (McLaughlin 2015). No mesmo mês, dois etíopes foram queimados em Durban, África do Sul, durante uma série de ataques xenófobos (ENCA 2015). Migrantes trabalhadores etíopes são muitas vezes confinados em casas, forçados a trabalhar de 16 a 21 horas por dia e privados do sono no Oriente Médio. Às vezes, lhes foram negados salário, comunicação, alimentação e medicação. Alguns deles foram infectados com o HIV/AIDS devido à estupro ou tiveram fístula, gastrite, infecção renal e colapso mental. Alguns trabalhadores migrantes são abusados fisicamente, perseguidos, severamente espancados e até mesmo mortos.

Aqueles que não conseguem chegar ao destino e retornar com segurança a sua comunidade geralmente sentem medo, confusão, frustração, arrependimento e culpa. Os migrantes trabalhadores etíopes muitas vezes enfrentam problemas de reajuste e trauma, discutindo com membros da família, parentes e vizinhos. Eles estão expostos a constrangimento e doenças mentais e físicas devido ao comportamento alterado.

A maioria dos migrantes etíopes é jovem, tanto de áreas rurais quanto urbanas. Eles constituem a força de trabalho mais produtiva do país e sua partida representa uma perda significativa para a Etiópia, cujos efeitos negativos serão sentidos em longo prazo.

Nas áreas rurais, por causa da migração, muitos pais perderam seus filhos mais velhos que poderiam assisti-los na agricultura. Alguns idosos foram deixados sozinhos no campo e são incapazes de produzir alimento suficiente para sobreviver. Na parte sul do país, muitas famílias cujo arrimo de família – a pessoa que sustenta a família – migrou experimentam o fim de casamentos e a ausência dos pais afetando negativamente os filhos. Famílias migrantes incapazes de recuperar o seu investimento na migração de um ou mais de seus membros geralmente sofrem profunda instabilidade financeira.

A Resposta da Igreja Católica da Etiópia

A estrutura da Igreja Católica etíope não corresponde à estrutura regionalizada do país. Ela está espalhada por todo o país para promover o desenvolvimento humano integral e evangélico.

Toda a ação da Igreja Católica na Etiópia está a cargo de duas agências, a Comissão Social e de Desenvolvimento (COSD) e a Comissão de Atividades Pastorais (COPA), com diferentes responsabilidades e programas. Há também o Secretariado Nacional, o qual é responsável pela coordenação em nível nacional e opera por intermédio dos Secretariados Diocesanos Católicos.

O secretariado nacional tem cinco mandatos principais: coordenar, facilitar, representar nos níveis nacional e internacional, capacitar e monitorar/avaliar os trabalhos dos Secretariados Diocesanos Católicos, os quais são 13 em todo o país.

Figura 2: Jurisdição eclesiástica da Igreja Católica



A Igreja está respondendo aos desafios colocados pela migração na Etiópia por meio de *advocacy* da migração em âmbito nacional e internacional. Em 2011, ela organizou uma conferência internacional sobre migração e tráfico de seres humanos com o objetivo de priorizar o problema em relação a todos os esforços de desenvolvimento. Nesta conferência, a participação dos ministérios do

Melhores práticas de intervenção de migração

Bekele Moges Kidane

governo, membros da Caritas do Líbano, Jordânia e Itália, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Serviço Jesuíta aos Refugiados (SJR), de pesquisadores independentes, e de escritórios diocesanos de migração contribuíram para gerar consciência sobre o fenômeno da mobilidade humana na Etiópia. A Igreja Católica da Etiópia é um dos membros da Força-Tarefa Nacional e do Conselho Nacional de Combate ao Tráfico e Contrabando na Etiópia. Ela fornece dados e informações sobre a migração irregular nos países vizinhos graças à rede Caritas.

A fim de atingir as camadas populares, a Igreja estabeleceu um departamento no escritório nacional e escritórios locais nas estruturas diocesanas e religiosas. Isso permite que a Igreja trabalhe na prevenção, reabilitação e reintegração dos repatriados e no apoio aos refugiados nos campos.

Como parte da estratégia de prevenção, diversos programas de sensibilização foram lançados em áreas específicas, em sinergia com a intervenção para a melhoria da subsistência. As áreas selecionadas são as mais vulneráveis no país: Jimma e Kombolcha. No âmbito da Conferência dos Superiores Maiores dos Religiosos, um grupo de trabalho foi constituído com o objetivo de mitigar os efeitos negativos do tráfico e contrabando de seres humanos.

Para oferecer atrativos à migração internacional, algumas dioceses promoveram e implementaram projetos visando a geração de oportunidades de auto-emprego para jovens. Os relatórios dos projetos revelaram que as ações têm contribuído para reduzir a migração irregular nas áreas onde foram implementados.

Desde 2013, após a mudança da política de migração na Arábia Saudita mencionada acima, a Igreja Católica tem trabalhado na reabilitação e reintegração dos deportados e repatriados em suas comunidades de origem, ou seja, nas áreas de Jimma Bonga e Robe no Estado Regional de Oromia, e na área de Kombolcha no Estado Regional de Amhara. A Igreja mobilizou as comunidades para a reintegração, proporcionando aos antigos migrantes treinamento profissional, oportunidades de micro-crédito para iniciar pequenos negócios e assistência para a elaboração de planos de negócios.

A Igreja Católica na Etiópia também estabeleceu parcerias estáveis com atores nacionais e internacionais envolvidos nas questões de combate ao tráfico de seres humanos e migração, como a Caritas Malawi e o Instituto Scalabriniano para a Mobilidade Humana na África (ISMHA). Ela normalmente compartilha

experiências com as Conferências Regionais dos Bispos Católicos, como o Simpósio das Conferências Episcopais da África e Madagascar (SECAM), Associação dos Membros das Conferências Episcopais da África Oriental (AMECEA) e da Associação das Conferências Episcopais da Região da África Central (ACE-RAC). Por intermédio da Caritas nacional, a Igreja Católica da Etiópia é membro da rede de migração internacional chamada “Migração e Desenvolvimento” (MADE). Com o objetivo de melhor assistir os migrantes nos países de trânsito, a igreja compartilha informações e trabalha em estreita colaboração com os escritórios nacionais da Caritas no Malawi, Zâmbia, Tanzânia e no Quênia. Ela também trabalha com instituições governamentais em âmbito local e nacional, e com organizações internacionais. Sobre questões relativas aos migrantes trabalhadores domésticos no Oriente Médio, a Igreja Católica na Etiópia trabalha em parceria com a Caritas Líbano e Caritas Luxemburgo. A mesma Igreja é uma das promotoras de uma abordagem global que apoia e capacita os migrantes com o objetivo de contribuir para a proteção e defesa dos direitos dos requerentes de asilo, refugiados e migrantes trabalhadoras domésticas no Líbano, além de promover o seu desenvolvimento sócio-econômico.

A Igreja Católica também participa de programas de serviço para os refugiados. Em julho de 2015, ela colaborou na Programa Escolar de Aprendizagem Acelerada nos campos de refugiados Kule e Teirkidi em Gambella. A Igreja construiu quatro escolas com 40 salas de aula mobiladas, bem como instalações sanitárias e pontos de água. Jewi, o mais novo campo de refugiados, acolhe 47.813 refugiados e tem uma população em idade escolar de 3 a 18 anos de 28.668. Graças ao engajamento da Igreja Católica, em Jewi em torno de 2.400 crianças (meninos e meninas) com idades entre 7 e 14 anos, divididos em 60 alunos por sala de aula (em dois turnos), foram beneficiadas com a construção de 20 salas de aula, 2 prédios para a administração, 2 bibliotecas e 4 blocos sanitários (2 para meninas e 2 para meninos) com 9 instalações sanitárias em cada bloco e 4 pontos para lavar as mãos e beber água.

A Igreja Católica na Etiópia apoia todos os esforços do governo para combater o tráfico humano. Há um consenso cada vez maior em todos os setores do governo, da sociedade e da Igreja sobre a magnitude e gravidade do TDP e CDM. Em julho de 2012, uma força-tarefa nacional foi estabelecida no escritório do primeiro-ministro chefiada pelo vice-premier. A força-tarefa é composta por representantes de diferentes ministérios, ONGs e instituições religiosas, incluindo a Igreja Católica etíope. A nova legislação nacional relativa ao TDP e ao CDM está em vigor desde agosto de 2015. De acordo com a lei, aqueles que participam, praticam o TDP ou contrabando para dentro ou para fora do

Melhores práticas de intervenção de migração

Bekele Moges Kidane

país, produzem documentos de viagem fraudulentos, auxiliam a permanência irregular, destroem provas, omitem atos criminosos, são punidos com prisão perpétua e uma multa de 7.500 a 25.000 dólares. Um fundo para prevenir, controlar e reabilitar as vítimas foi estabelecido.

Um dos principais desafios é o crescente fenômeno da migração irregular atraindo a juventude etíope apesar dos elevados riscos e mortes registradas. O movimento em massa de migrantes ainda é observado no país. Há uma evidente falta de coordenação e de redes entre as partes interessadas nos países de trânsito e de destino. Não existem acordos bilaterais e regionais que permitam a circulação segura de pessoas. Em muitos dos países de destino não há um encarregado do trabalho nos escritórios diplomáticos etíopes. No Oriente Médio, por exemplo, a sua ausência significa a impossibilidade de ajudar os trabalhadores migrantes do sexo feminino. As fronteiras etíopes são enormes e abertas e este fato dificultando todos os esforços para reduzir a migração irregular. A Etiópia criou poucos centros de reabilitação para os repatriados.

Conclusões

A pobreza, a pressão dos colegas, a cultura da migração, a demanda por mão de obra barata nos destinos, o lobby dos intermediários, que compreenderam a natureza lucrativa do tráfico, são fatores que contribuem enormemente para o aumento da migração irregular e regular – e às vezes para o tráfico de seres humanos – na Etiópia. A demanda de força de trabalho barata e o estilo de vida convidativo são os principais fatores de atração nos países de destino. Embora os etíopes migrem para diferentes países, os Estados do Golfo e a África do Sul são os seus principais destinos. O esforço do país para reprimir o tráfico de seres humano e o contrabando de migrantes precisa de apoio financeiro e político internacional.

A Etiópia é um país de origem, trânsito e destino do TDP e do CDM dentro e fora da África. Há um consenso crescente sobre a magnitude e a gravidade do TDP e do CDM. Quase todos os corredores do país se tornaram rotas de TDP e CDM que exigem que os migrantes, as suas famílias e as suas comunidades paguem um alto preço no aspecto econômico, social, psicológico e na saúde. Todos os países africanos precisam elaborar um plano comum para erradicar a rede de tráfico de seres humanos e assinar um pacto regional de trabalho em conjunto com o objetivo de defender os direitos dos migrantes e protegê-los da xenofobia e da discriminação.

REFERÊNCIAS

Andersson L (2014) Migration, remittances and household welfare in Ethiopia. Maastricht: UNU-Merit. Available at: <http://www.merit.unu.edu/publications/wppdf/2014/wp2014-004.pdf> (accessed 20 September 2016).

Bonfanti S and Ivan M (2015) *Migration and Asylum Challenges in Eastern Africa: Mixed Migration Flows Require Dual Policy Approaches*. Florence: Migration Policy Centre, EUI.

Brian T, Laczko F, Rango M and Singleton A (2016) Migrant arrivals and deaths in the Mediterranean: What do the data really tell us? *Forced Migration Review* 51: 30-31.

Carter B and Rohwerder B (2016). *Rapid fragility and migration assessment for Ethiopia*. Birmingham, UK: GSDRC, University of Birmingham.

Casacchia O, Crisci M and Reynaud C (2001) *Migration and Urbanization in Ethiopia, with Special Reference to Addis Ababa. Internal Migration in Ethiopia*. Report. University of Rome.

Consortium of Christian Relief and Development Associations (2015) *Returnees from Saudi Arabia*. Addis Ababa: Chruna Printing Press.

ENCA (2015) Two Ethiopians burnt as violence escalates in Durban. Available at: <https://www.enca.com/south-africa/two-ethiopians-burnt-violence-escalates-durban> (accessed on 19 September 2016).

Ethiopian Catholic Secretariat (2011) *The Role of ECC in Response to the Concerns of Migration, Human Trafficking and Smuggling. Impact of Migration on Human Dignity*. Addis Ababa: ECS Print.

Federal Democratic Republic of Ethiopia (2015) *A proclamation to Provide for the Prevention and Suppression of Trafficking in Person and Smuggling of Migrants*. Proclamation No. 909/2015. Addis Ababa: Birhanena Selam print.

Fransen S and Kuschminder K (2009) *Migration in Ethiopia: History, Current Trends and Future Prospects*. MBA Thesis, University of Maastricht, Netherland.

Habte Haile Degelo (2015) *Socio-Economic Impacts of Migration of Ethiopians to South Africa and its implication to Ethio-RSA relations: The case of Kembata-Tambaro and Hadiya Zones*. MA Thesis, University of Addis Ababa, Ethiopia.

Melhores práticas de intervenção de migração

Bekele Moges Kidane

International Organization for Migration (2016) IOM Counts 3,771 Migrant Fatalities in Mediterranean in 2015. Available at: <http://www.iom.int/news/iom-counts-3771-migrant-fatalities-mediterranean-2015> (accessed on 19 September 2016).

McLaughlin EC (2015) ISIS executes more Christians in Libya, video shows. Available at: <http://edition.cnn.com/2015/04/19/africa/libya-isis-executions-ethiopian-christians/> (accessed on 19 September 2016).

Minani Bihuzo R (ed) (2015) *Migration In and Out of Africa*. Nairobi: Paulines Publications Africa.

MTM i-Map (2012) Migration and Development Layer, Ethiopia. Available at http://www.imap-migration.org/fileadmin/Editor/Profiles/MTM/MigDev/Ethiopia/Ethiopia_EN.pdf (Accessed on 20 September 2016).

Olga M (2015) Resolving a protracted refugee situation through a regional process. *Forced Migration Review Issue 50*: 12-14.

Pontifical Council for the Pastoral Care of Migrants and Itinerant People (2015) 7th world Congress for the Pastoral Care of Migrants, Rome, Italy, 17-21 November, 2014. *People the Move* 122:83-284.

World Bank (2016) *Migration and Remittances Factbook 2016*. Washington: World Bank Group

World Bank (No Date) Ethiopia. Available at: <http://data.worldbank.org/country/ethiopia> (accessed on 19 September 2016).

Serviço Jesuíta aos Refugiados na África Oriental

Programas e Experiências na Área de Migração Forçada

BEATRICE GIKONYO

O Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS – Jesuit Refugee Service) é uma obra da Companhia de Jesus que tem a missão de acompanhar, servir e fazer advocacia para refugiados e demais pessoas deslocadas à força. A prioridade do JRS é acompanhar os refugiados cujas necessidades são mais urgentes e ignoradas. No seu trabalho, a organização adota a definição do ensinamento social católico que entende que a expressão ‘refugiado de fato’ se refere a todas as pessoas perseguidas por questões de raça, religião, filiação a grupos sociais ou políticos, vítimas de conflitos armados, políticas econômicas inadequadas ou desastres naturais e, por razões humanitárias, pessoas deslocadas internamente, ou seja, civis que são expulsos de suas casas pelo mesmo tipo de violência que os refugiados, e que não cruzam fronteiras nacionais.

Esta definição é mais ampla do que a definição convencional que limita a aplicação do termo refugiado somente àquelas pessoas que buscam asilo fora de seus países de nacionalidade «[...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas» (UN, 1951: Art. 1).

De acordo com o seu estatuto, o JRS prioriza situações de grande necessidade em locais onde o bem universal pode ser alcançado e para suprir as necessidades que outros não estejam atendendo. Peter-Hans Kolvenbach (2007: 17), que já foi Superior Geral da Sociedade de Jesus, explica este mandato nas seguintes palavras:

Serviço Jesuíta aos Refugiados na África Oriental

Beatrice Gikonyo

«A missão é estar em movimento para estar sempre disponível e responder com prontidão. Nós não somos chamados para permanecer no mesmo lugar com as mesmas pessoas, mas para ser como São Paulo, para começar algo novo, e para seguir adiante quando nosso trabalho termina, constantemente em busca de necessidades que não estão sendo preenchidas por outros.»

Atualmente, o trabalho do JRS está presente em 45 países agrupados em 10 regiões com o apoio de um escritório internacional em Roma. A organização fornece assistência aos refugiados em cidades e campos, a indivíduos deslocados dentro de seus próprios países, àqueles que buscam asilo e a detentos, dando prioridade ao acompanhamento e à presença pastoral entre refugiados e às pessoas deslocadas.

O início

Depois da Guerra do Vietnã em 1975, houve um êxodo de mais de 1.6 milhões de pessoas que deixaram o Vietnã em barcos procurando segurança e uma vida melhor em países próximos (De Michele, 2012: 121). Mais refugiados seguiriam depois do Camboja e do Laos da mesma maneira, em barcos lotados. Sentindo-se tocado e chocado pela condição destas embarcações e de centenas de refugiados etíopes em Roma, Pedro Arrupe, então Superior Geral da Sociedade de Jesus, decidiu estabelecer, em novembro de 1980, um serviço para coordenar o trabalho jesuíta com refugiados. Numa carta para todos os superiores jesuítas, Arrupe notou que a Sociedade já estava fazendo um trabalho considerável assistindo refugiados em várias partes do mundo, mas era necessário ir além, estender as atividades de trabalho e coordená-las melhor.

Arrupe se inspirou numa história de Inácio e seus nove companheiros no inverno de 1538 em Roma, quando eles cuidaram de milhares de pessoas fugindo da fome, de doenças e do frio no campo. Arrupe também havia experimentado o que era ser um refugiado, tendo sido forçado a deixar a Espanha em 1932, quando os jesuítas foram expulsos pelos socialistas. Ele também agiu para ajudar os deslocados pela bomba atômica de Hiroshima em 1945 no Japão, cuidando dos feridos no noviciado jesuíta onde era o diretor dos noviços.

Vários meses depois de fundar o JRS, Arrupe sofreu um derrame que o deixou parcialmente paralisado e foi sucedido em 1983 por Peter-Hans Kolvenbach. Nos 24 anos seguintes, Kolvenbach dirigiu o JRS transformando-o no que é hoje e lhe assegurando uma posição sólida na sociedade.

Embora inicialmente destinado a trabalhar como uma rede ajudando aqueles jesuítas já no apostolado para refugiados, a estrutura e as intervenções se expandiram conforme o número de refugiados cresceu no mundo, bem como as suas necessidades (JRS, 2000). Quando o JRS teve início em 1980, havia cerca de cinco milhões de refugiados no mundo enquanto atualmente existem mais de 60 milhões. Contudo, o serviço se manteve ágil para evitar excessos burocráticos, para assegurar flexibilidade e o foco de acordo com a prioridade inaciana de atender a maior necessidade.

JRS da Região da África Oriental

O JRS da região da África Oriental é uma das dez unidades administrativas do Serviço Jesuíta aos Refugiados. Ela começou como uma operação única no início dos anos 80 na Etiópia, assistindo pessoas deslocadas pela instabilidade política e pela fome. Os serviços prestados neste momento foram principalmente pastoral, médico e mais tarde em 1984, distribuição de alimentos. Futuramente se expandiu no tamanho e no escopo e nos anos 90 o escritório regional foi estabelecido em Nairóbi. Atualmente, a região tem quinze projetos em cinco países, Sudão, Sudão do Sul, Uganda, Quênia e Etiópia.

A elaboração dos programas é baseada nas experiências da organização na sua interação com os deslocados à força. Isto é possível estando presente fisicamente em áreas onde estão os refugiados e as pessoas internamente deslocadas.

Deslocamento Forçado na Região da África Oriental

De acordo com o UNHCR (2016), há cerca de 60 milhões de pessoas deslocadas à força no mundo hoje, sendo 20 milhões refugiadas. Somente no leste e no Chifre da África existem mais de nove milhões de pessoas deslocadas. Dois países, Somália e Eritreia, têm gerado pelo período mais longo um constante fluxo de refugiados no continente e para a Europa. Os dois também estão juntos com a Síria e o Afeganistão entre os sete principais países produtores de refugiados no mundo. A Somália não conhece paz desde 1991, quando o então presidente Siad Barre foi derrubado por milícias recrutadas entre os clãs, espalhando violência e anarquia, e levando a fluxos massivos de refugiados.

Já na Eritreia, a política de alistamento obrigatório no serviço militar por tem-

Serviço Jesuíta aos Refugiados na África Oriental

Beatrice Gikonyo

po indeterminado tem levado milhares de cidadãos jovens a deixar o país (Kibreab, 2009). Na verdade, a maioria daqueles que morreram recentemente tentando cruzar o Mediterrâneo são da Eritreia.

Um grande número de conflitos recentes também tem contribuído para o aumento do deslocamento forçado na região. O conflito que eclodiu no Sudão do Sul em Dezembro de 2013 após discordâncias políticas fez com que, até hoje, mais de 1.8 milhões de pessoas fossem deslocadas internamente e mais de 778.700 fugissem para outros países como refugiadas (UNHCR, 2016).

De forma semelhante em abril de 2015, o Burundi mergulhou num conflito depois que o Tribunal Constitucional do país permitiu que o presidente prolongasse o seu mandato. Com cerca de 292.800 refugiados já fugiram e centenas foram mortos, ainda não há sinal de paz no país (UNHCR, 2016).

A região está, portanto, num constante estado de influxo com novos conflitos eclodindo antes mesmo da resolução dos conflitos que já existem.

Programas e Experiências do JRS: Vivendo a Declaração de Princípios

Os programas do JRS são elaborados para satisfazer um ou todos os elementos da declaração de princípios, ou seja, acompanhamento, assistência e advocacia. Esta sessão irá analisar brevemente como cada um destes elementos é implementado na prática.

Acompanhamento é uma característica que diferencia o JRS de outras agências assistindo populações deslocadas. O acompanhamento praticado pelo JRS é definido por um grupo de atitudes e valores: solidariedade, esperança, respeito, dignidade, amizade, escuta, hospitalidade, luta por justiça e opção pelo pobre e marginalizado (Hampson et al., 2014).

Mark Raper (2013) chamou o acompanhamento de o pilar da identidade do JRS e o descreve como uma presença física que oferece companhia, testemunha e proteção aos refugiados. O JRS opta por um estilo próprio de presença.

Do mesmo modo, David Hollenbach (2015) explica que o acompanhamento significa estar presente com as pessoas assistidas. Isso significa estar com os refugiados em campo, escutando suas histórias, e mostrar-lhes por meio de

uma presença pessoal genuína que eles não foram esquecidos. Em termos práticos, a equipe do JRS mora e trabalha com os refugiados no campo de refugiados Kakumado Quênia, os campos Mai Ainie Dollo Ado na Etiópia e em Maban no Sudão do Sul no estado do Alto Nilo; entre repatriados na Equatória Ocidental no Sudão do Sul e nos assentamentos de refugiados na Uganda e na região de Darfur no Sudão.

Um dia típico para a equipe nos campos inclui atividades tais como visita domiciliar a idosos, doentes e aos recém-chegados, encontros com colegas de aconselhamento aos refugiados para as últimas atualizações, visitar outra agência para dar continuidade ao trabalho de apoio a um refugiado em particular. Em muitos casos, a equipe simplesmente oferece o seu tempo àqueles que somente precisam conversar, proporcionando escuta. Aqueles trabalhando com refugiados residindo em áreas urbanas realizam visitas a hospitais e domiciliar aos recém-chegados para assegurar que estejam se estabelecendo de maneira adequada, encontros com o padre da paróquia local para tratar de assuntos envolvendo refugiados de uma paróquia em particular e participar de encontros organizados pelos refugiados.

Isso vai ao encontro da afirmação de Joe Hampson (2009), uma vez Diretor Regional do JRS da África Oriental, que o acompanhamento do JRS oferece uma contribuição significativa e é um espaço aberto a indivíduos ou comunidades, através de uma resposta embasada em preocupações religiosas e humanitárias e com implicações na assistência prestada e no serviço de advocacia. O acompanhamento conduz a assistência que é formatada baseada no conhecimento acerca das necessidades dos refugiados que foi conquistado por meio da interação direta com eles.

O JRS, portanto, vai além da mera oferta de serviços oferecendo presença, escuta ativa e solidariedade, focando nas necessidades e preocupações individuais. Desta forma, o JRS objetiva reduzir a enorme lacuna que existe entre o trabalhador humanitário e o beneficiário e espera aumentar o desejo por participação genuína das pessoas deslocadas nos programas e serviços dedicados a eles (Hampson et al., 2014). Programas inovadores são desenvolvidos escutando os refugiados sobre suas esperanças, sonhos e necessidades.

Isto é mais bem ilustrado por diferentes programas atualmente funcionando em áreas urbanas em Nairobi (Quênia), Addis Ababa (Etiópia) e Kampala (Uganda). Em Addis Ababa, um centro comunitário para refugiados foi inaugu-

rado para fornecer um espaço seguro para os refugiados se encontrarem, um cyber café para se conectarem com a sua família e amigos no seu país ou no exterior e uma creche para mães que trabalham e não têm condições financeiras de arcar com os altos custos de cuidado infantil.

Em Kampala, uma creche foi criada para que mães pudessem assistir aulas em inglês sobre cuidado infantil. Este serviço evoluiu para uma pré-escola, que oferece uma boa base educacional para as crianças.

A iniciativa de Nairobi atende a uma comunidade de refugiados mais dispersa e usa como pontos de encontro paróquias próximas de vizinhanças onde muitos refugiados se estabeleceram. Os refugiados, portanto, acessam serviços próximos de casa sem a necessidade de viajar até os escritórios do JRS.

Hampson (2009) descreve o acompanhamento como tendo três aspectos que se sobrepõem e se reforçam. É o encontro crítico entre fé e ação humanitária, é a expressão de atitudes essenciais dentro do JRS, e isto faz únicas as demandas estruturais e programáticas realizadas pelo JRS.

O acompanhamento por fim leva ao advocacia de políticas e de instituições que respeitam os direitos dos refugiados. Lacunas em políticas, violações de direitos e abusos afetando refugiados se tornam mais visíveis quando os trabalhadores humanitários se relacionam de forma próxima com as pessoas afetadas. Quando isso acontece, o JRS assume a responsabilidade de se pronunciar e defender os refugiados.

Os serviços pastorais são outra dimensão do acompanhamento oferecido pelo JRS da África Oriental aos refugiados católicos para atender as suas necessidades. Isto é em reconhecimento ao potencial que a fé tem de ajudar os refugiados a lidar com as dificuldades e a olhar além do presente para um futuro de esperança. Em algumas áreas que o JRS trabalha não há a presença de um padre há muitos anos, algo em torno a 10 ou até mesmo 20 anos. Este ministério é particularmente essencial. Em 2010, Richard Dwyer, um padre jesuíta, foi enviado para cuidar de repatriados no sul do Sudão do Sul. Esta experiência o fez «[...] entender o quanto é importante a presença de um padre como símbolo e um sinal prático da presença de Deus, especialmente fornecendo às pessoas acesso aos sacramentos da eucaristia, batismo, confissão e casamento» (Dwyer, 2014).

Uma situação semelhante atualmente ocorre na província de Maban, uma região do estado do Alto Nilo no Sudão do Sul. Além de dirigir programas educacionais com uma equipe de funcionários, dois padres jesuítas ministram na comunidade mabanese local e a refugiados sudaneses abrigados naquela área. O padre da paróquia local mal consegue percorrer a longa distância entre as igrejas localizadas no interior para celebrar missas já que ele não tem meios de transporte para a viagem. Os dois jesuítas não poderiam ter vindo num momento mais oportuno.

Embora o JRS sirva pessoas de todos os credos, o acompanhamento pastoral é oferecido exclusivamente àqueles que acolhem serviços religiosos respeitando o direito fundamental de liberdade religiosa. Nenhuma prática religiosa é imposta aos refugiados de um credo diferente.

As atividades do JRS são desenvolvidas para atender às necessidades locais de acordo com os recursos disponíveis. Portanto, os serviços oferecidos em campos são diferentes daqueles oferecidos aos refugiados em áreas urbanas.

De acordo com o 'Guidelines on Mental Health and Psychosocial Support in Emergency Settings' do Comitê Permanente Inter Agência (IASC – Inter Agency Standing Committee), as populações deslocadas por conflitos armados e outros desastres são afetadas por sofrimento psicológico e social significativos. Especificamente, as pessoas sofrem a perda ou separação de pessoas amadas, violência sexual e de gênero, agressão física e outras ameaças às suas vidas. Elas, portanto, precisam ser assistidas para elaborar e curar estas experiências. Contudo, é importante ressaltar que nem todas desenvolvem problemas psicológicos mais sérios e que a maioria demonstra resiliência, que é a habilidade de superar as adversidades (IASC, 2008).

Ainda assim, o risco existe e é essencial fornecer suporte apropriado a todos os afetados ou em situação de risco.

O termo 'psicossocial' indica um elo entre o psicológico e o bem-estar social e que os dois influenciam um ao outro. Conseqüentemente, a definição amplamente aceita do termo suporte psicossocial é aquela adotada pelo IASC como «[...] qualquer tipo de suporte local e exterior que objetiva proteger ou promover o bem-estar social e/ou tratar ou prevenir doenças mentais» (IASC, 2008: 5).

Dada a natureza dos assistidos pelo JRS – a maioria das pessoas fugiram da guerra e conflitos – a organização instituiu programas psicossociais em todos

os 15 projetos da região. Cada projeto adaptou atividades psicossociais de acordo com as necessidades locais e as competências da equipe. As atividades variam em oferecer escuta, aconselhamento pessoal ou profissional e terapia para problemas psicológicos.

O programa psicossocial no campo de refugiados em Kakumano Kenya começou nos anos 90, no início do campo. Além de oferecer aconselhamento individual, grupal e terapia familiar, há também terapia alternativa – massagem e reflexologia para aqueles com dores psicossomáticas. Cada ano, milhares de refugiados são beneficiados com resultados significativos.

No espírito de empoderar os refugiados para que assumam suas vidas, os programas psicossociais do JRS utilizam um modelo de aconselhamento oferecido por duplas de refugiados conselheiros que são treinados para oferecer aconselhamento a companheiros refugiados. Isto aumenta a capacidade da organização nesta área ao assegurar serviços que alcancem tantos casos quanto possíveis. Este modelo também reconhece as aptidões e as habilidades que os refugiados têm para restaurar a sua dignidade humana.

Objetivando assegurar a segurança e a proteção da sua dignidade individual, outros tipos de suporte são fornecidos aos refugiados na forma de necessidades básicas como alimento e abrigo. Além do mais, são oferecidos, através de uma rede referenciada, serviços especializados para aqueles sofrendo de sintomas mais severos.

De acordo com o UNHCR (2016), crianças e adolescentes abaixo dos 18 anos constituíram 51% da população de refugiados em 2015, face aos 41% em 2009. Infelizmente, a maioria destas crianças não tem como receber educação devido ao número de empecilhos como perturbações causadas por conflitos em seus países de origem, barreiras de idioma no país de asilo, longas distâncias para ir à escola para aqueles que não estão nos campos de refugiados, falta de professores e classes superlotadas nas escolas dos campos.

Para agravar o problema a ajuda humanitária que financia a educação em zonas de conflito é geralmente uma parcela insignificante de somente 2% em 2013 e 1% em 2014, contra o objetivo de 4% definido pela Iniciativa de Educação Global das Nações Unidas (Overseas Development Institute Report, 2015). Sendo que o UNHCR (2016) declarou que os refugiados permanecem uma média de 17 anos deslocados; portanto, a necessidade de educação para refugiados não pode ser negada.

O JRS reconhece a importância da educação para os refugiados e outras pessoas que foram deslocadas à força. Nos últimos 35 anos, o JRS tem oferecido programas educacionais de empoderamento. Além do mais, o JRS considera a educação uma intervenção em prol da sobrevivência e é a contribuição da organização para a solução de longo prazo para os conflitos. Promover a realização do direito à educação das crianças acaba por conduzir à realização gradual de outros direitos.

A Iniciativa de Educação Global do JRS (JRS, 2016: 2-4) destaca mais benefícios para a educação:

«A educação é um componente essencial no desenvolvimento da dignidade humana, porque ela permite que as pessoas reestruturem suas vidas lhes garantindo habilidades para transformar a situação em que se encontram e para se manter. Ela ajuda a desenvolver os recursos de uma pessoa para fazer a sua vida melhor e permitir que faça escolhas conscientes. Refugiados instruídos (integrados localmente, reassentados, ou repatriados) são capazes de contribuir com habilidades para ajudar a desenvolver e a transformar comunidades. [...] Adolescentes são muito vulneráveis à exploração (e.g. tráfico, recrutamento como crianças soldado, casar muito jovem) e se beneficiam da proteção oferecida pelas escolas.»

O JRS da África Oriental elabora programas que atendam às demandas de diferentes grupos de refugiados tais como programas de aprendizado rápido para adultos ou crianças mais velhas, treinamento para professores, distribuição de materiais e a recuperação de escolas, bolsas de estudo, educação para meninas, apoio na educação para portadores de necessidades especiais e educação superior.

Ao longo dos anos, este apoio tem sido reforçado em áreas de grande necessidade e uma operação maior apoiou a educação de refugiados do Sudão do Sul em Adjumani, no norte da Uganda, do início a meados de 2000. Mediante a assinatura do Amplo Acordo de Paz no ano de 2006, o JRS apoiou a educação de repatriados no Sudão do Sul até o ano de 2010 quando o trabalho foi concluído.

Em 2013, o JRS associou-se ao Jesuit Commons – Higher Education at the Margins (JC: HEM), para disponibilizar um programa online inovador oferecendo diplomas de nível superior aos refugiados no campo de Kakuma em colaboração com faculdades e universidades jesuítas nos Estados Unidos. O programa será replicado em outras áreas em breve.

O meio de subsistência é fonte de renda, o sustento que supre as necessidades da vida. A oportunidade de trabalhar e ganhar a vida são formas mais efetivas que as pessoas deslocadas têm para reconstruir suas vidas com dignidade e paz. O manual do JRS 'Working with urban refugees,' enfatiza que «[...] o trabalho com meios de subsistência não é somente tratar de auto-suficiência econômica; ele também é sobre restaurar a dignidade, a confiança e a esperança, bem como promover a integração» (JRS, 2012: 21).

Infelizmente, a maioria dos países abertamente nega aos refugiados o direito de trabalho, obrigando-os a uma vida dependente de auxílio. Do mesmo modo, as políticas de assentamento à força no Quênia e na Etiópia frequentemente confinam as pessoas em campos onde as oportunidades de se ter um meio de subsistência são ínfimas.

Contudo, os refugiados que habitam em áreas urbanas têm possibilidades de encontrar um trabalho especialmente no setor informal. O JRS auxilia os refugiados a desenvolver atividades de subsistência oferecendo cursos técnicos e assistência (dependendo das necessidades dos mercados locais), ajudando a estabelecer pequenos negócios fornecendo subsídio, crédito, ferramentas e outros recursos. Esta abordagem apóia e se adéqua às alternativas adotadas recentemente nas políticas de campos pelo UNHCR objetivando a promoção do engajamento direto dos refugiados. Estes são incentivados a utilizar as suas habilidades e aptidões para assumir a responsabilidade sobre as suas vidas e famílias e para reduzir a dependência de auxílios. A mesma abordagem também pretende promover a contribuição dos refugiados para a economia e a integração local.

O apoio de emergência é a distribuição localizada de itens alimentares e não-alimentares tais como colchões, cobertores, roupas, artigos de higiene, tratamento médico básico, transporte e acomodação em áreas urbanas. Pessoas recém-chegadas buscando asilo, refugiados e outras pessoas deslocadas à força frequentemente não têm os itens essenciais para as suas necessidades básicas já que não podem levar muitas coisas ao fugirem. Outros indivíduos e famílias também podem se qualificar para esta assistência dependendo das circunstâncias. Muitas agências não fornecem este tipo de suporte aos recém-chegados. Portanto, o JRS tenta preencher a lacuna por um período de três meses. Ao final deste período, os refugiados recebem documentos de identificação do UNHCR ou do governo dependendo das leis de asilo do país, o que permite que tenham acesso a um número maior de agências de assistência.

As diretrizes do JRS para o trabalho com refugiados urbanos requerem que este apoio seja parte integrante da abordagem que incluía advocacia, acompanhamento, elementos psicossociais e de subsistência. Isto assegura que as pessoas não sejam vulneráveis depois que a assistência de emergência é concluída.

A defesa dos direitos dos refugiados e daqueles buscando asilo é uma parte integral da missão do JRS. O trabalho de advocacia é um desdobramento do acompanhamento e de outras atividades e é, portanto, embasado nas experiências da equipe em campo e de seu envolvimento com os refugiados. O JRS dá prosseguimento ao trabalho de advocacia das seguintes formas:

- Buscando formas de defender as pessoas cujas necessidades são esquecidas por outros;
- Atendendo as necessidades imediatas e os objetivos de longo prazo de grupos específicos de refugiados e de pessoas deslocadas à força;
- Estar próximo às pessoas que precisam e apoiá-las em suas esperanças e aspirações;
- Dar a oportunidade para as pessoas contarem as suas histórias;
- Criar espaços de diálogo entre os centros de poder e aqueles que querem promover mudanças positivas.

A advocacia do JRS acontece em níveis múltiplos. A assistência individual é feita pela equipe do projeto que atende às necessidades dos refugiados diariamente. Na assistência em âmbito nacional, o JRS acompanha as mudanças nas políticas e leis nacionais que afetam os refugiados, e trabalha com a igreja local para garantir-lhes hospitalidade. Em nível regional, a equipe de advocacia está engajada em monitorar assuntos que afetam os refugiados nas fronteiras nacionais e elaborar relatórios sobre assuntos relevantes. Finalmente em nível internacional, o JRS faz a advocacia estratégica nos escritórios de Roma, Genebra e Washington onde assuntos que requeiram a atenção da organização são apresentados a instituições com o poder de influenciar outros atores.

Conclusões e Recomendações

Os programas do JRS alcançam somente uma fração daqueles que precisam, em parte devido aos recursos limitados. Contudo, as últimas estatísticas do UNHCR apontam um aumento no número de pessoas deslocadas à força no mundo alcançando a marca de 60 milhões (UNHCR, 2016). Há uma imensa ne-

Serviço Jesuíta aos Refugiados na África Oriental

Beatrice Gikonyo

cessidade de continuar atendendo às pessoas deslocadas à força. Contudo, a xenofobia nos países de asilo, políticas governamentais restritivas, terrorismo e o aumento do número de crises prolongadas e a diminuição de doações são alguns dos desafios enfrentados ao lidar com a questão dos refugiados.

A Igreja Católica e outras organizações religiosas têm uma razão para defender «[...] a causa do estrangeiro» (Jó 29:16) e aumentar a assistência às pessoas deslocadas à força.

Com base na longa experiência do JRS, gostaria de concluir apresentando algumas recomendações com o objetivo de melhorar o trabalho que a Igreja Católica está fazendo com as pessoas deslocadas à força na África.

O trabalho do SECAM com a União Africana deve ser reforçado para ativamente contribuir nos esforços em resolver os conflitos ocorrendo atualmente no continente.

A Igreja Católica deve ter um papel mais ativo na promoção de políticas positivas para os refugiados nos países de chegada. Em outras palavras, promover a opção preferencial pelo pobre.

Mais colaboração entre as organizações de inspiração católica deve ocorrer para dividir os recursos disponíveis e atingir um número maior de pessoas deslocadas precisando de assistência no continente.

REFERÊNCIAS

- Arrupe Pedro (1980). The Society of Jesus and the Refugee Problem. Letter to all Jesuit Major Superiors, 14 November 1980. <http://jrsusa.org/Assets/Sections/Downloads/ArrupeLetter.pdf> [accessed 29 May 2016].
- Dwyer Richard (2014) South Sudan: pastoral accompaniment as a sign of God's presence. http://en.jrs.net/assignment_detail?TN=DTN-20140924062122 [accessed 29 May 2016].
- Hampson Joe (2009). Accompaniment, a new way of being present? <http://jrsusa.org/accompaniment?LID=141> [accessed 29 May 2016].
- Hampson Joe et al. (2014). The value of accompaniment. *Forced Migration Review* 48: 7-8.
- Hollenbach David (2015). A spirituality of Accompaniment: What we can learn from Jesuit Refugee Service. Speech delivered at Georgetown University on 18 December 2015. <http://jesuits.org/news-detail?TN=NEWS-20151218100750> [accessed 29 May 2016].
- IASC (2008) *Guidelines on Mental Health and Psychosocial Support in Emergency Settings*. Geneva: IASC.
- JRS (2000). *Everybody's Challenge. Essential Documents of Jesuit Refugee Service 1980-2000*. Rome: JRS.
- JRS (2000). The Charter of Jesuit Refugee Service. <https://en.jrs.net/assets/Sections/Downloads/char-en3.pdf> [accessed 29 May 2016].
- JRS (2011). *Advocacy in Jesuit Refugee Service*. Rome: JRS.
- JRS (2012). *Working with Urban Refugees; A Handbook*. Rome: JRS.
- JRS (2016). *Global Education Initiative*. Rome: JRS.
- Kibreab Gaim (2009), Forced labour in Eritrea. *The Journal of Modern African Studies* 47: 41-72
- Kolvenbach Peter-Hans (2007) *In the Footsteps of Pedro Arrupe. Ignatian Spirituality Lived in the Service of Refugees*. Rome: JRS.
- Nicolai Susan and Sebastien Hine (2015) Investment for Education in Emergencies. A

Review of Evidence. Overseas Development Institute, <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9450.pdf> [accessed 29 May 2016].

Pontifical Council "Cor Unum" and Pontifical Council for the Pastoral Care of Migrants and Itinerant People (1992) Refugees: A Challenge to Solidarity. http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/corunum/documents/rc_pc_corunum_doc_25061992_refugees_en.html [accessed 29 May 2016].

Raper Mark, (2013) Forced Migration and Jesuit Refugee Service: Past, Present, and Future. Paper presented at a Symposium hosted by the Center for Human Rights and International Justice at Boston College, 21-22 March 2013. <http://jrsusa.org/research?LID=749> [accessed 29 May 2016].

UN (1951) *Convention relating to the Status of Refugees*

UNHCR (2013) *UNHCR's Mental Health and Psychosocial Support for Persons of Concern. Global Review 2013*. Geneva: UNHCR.

UNHCR (2016), *Global Trends. Forced Displacements in 2015*. Geneva: UNHCR.

Destques da conferência

FABIO BAGGIO

Na primeira sessão, foi destacada a ambivalência substancial do nexo entre migração e desenvolvimento, juntamente com a necessidade de reflexões éticas sobre o mesmo nexo objetivando influenciar a formulação de políticas. Além disso, foi sublinhada a importância de uma sólida abordagem demográfica para o fenômeno da migração: a superpopulação e a insuficiência de recursos de um lado e do envelhecimento da população e a diminuição da taxa de fertilidade no outro, são elementos relevantes a serem considerados. Finalmente, afirmou-se que há a necessidade urgente de fornecer aos migrantes e às suas famílias que foram deixadas para trás, as diferentes possibilidades de uso das remessas para um real desenvolvimento.

Os palestrantes, na segunda sessão, convidaram a olhar para a migração através da lente do “bem comum”. Numa perspectiva global, a participação no bem comum da humanidade é facilitada pela migração. O desenvolvimento deve ser entendido como um acesso justo e igualitário ao bem comum, e a migração é uma denúncia implícita de que isso não está acontecendo no correspondente país de origem. A Igreja é a que fornece a garantia da participação de todos no desenvolvimento e no bem comum. Além disso, atitudes deploráveis anti-migrantes e anti-estrangeiros são comuns em muitos países africanos, mesmo entre os funcionários do governo. Há a necessidade de se recuperar o pertencimento transnacional do povo africano como parte da história e da tradição da Igreja Católica. Nesse sentido, pode-se inspirar na riqueza dos documentos da Igreja sobre a mobilidade humana que afirmam claramente a relevância da defesa e promoção dos direitos humanos e da dignidade, da interculturalismo e da justiça social. Finalmente, os palestrantes destacaram a importância de se aumentar a preocupação da Igreja Católica sobre as migrações internacionais e intracontinentais na África. A evangelização é a promoção de cada ser humano a fim de fazer que ele/ela seja capaz de responder ao plano divino. Com isso, é

Destaques da conferência

Fabio Baggio

DESTAQUES DA CONFERÊNCIA

essencial defender os seus direitos e dignidade. A missão evangelizadora consiste em mostrar o amor misericordioso de Deus para cada ser humano, com atenção especial aos excluídos. Alinhado a isso, a solidariedade com os estrangeiros e com as pessoas itinerantes, seguindo o exemplo do Bom Samaritano, é um bom critério para testar o espírito missionário de nossa Igreja local.

Na terceira sessão, destacou-se as experiências pastorais com as camadas populares e a importância de se empregar todos os esforços para a erradicação das causas “nocivas” da migração. Além disso, os palestrantes chamaram atenção especialmente para a questão de gênero na mobilidade humana na África, que é muitas vezes esquecida. Nesse sentido, o papel da mulher no desenvolvimento local sustentável deveria ser levado especialmente em consideração. Migrantes e refugiados sempre constituíram um recurso real e força enriquecedora nas sociedades que os hospedaram. Assim, o encontro com o “outro” deveria ser entendido como ameaça ou oportunidade? A decisão depende de ambos parceiros deste encontro. O verdadeiro encontro é fundamentado na convicção de que alguém tem sempre algo a oferecer e a receber. Na África, a mobilidade humana é um fenômeno crescente. Há uma grande discussão sobre o link entre migração e desenvolvimento, com projeções entusiasmantes sobre o imenso impacto de desenvolvimento nos países de origem. No entanto, a realidade é que nas últimas décadas as desigualdades no mundo aumentaram apesar do aumento da migração internacional. Da perspectiva eclesial, a migração está desafiando a solidariedade cristã e a identidade e catolicidade da Igreja como a única família de Deus.

Na quarta sessão, os participantes se dividiram em oito pequenos grupos, de acordo com a sua proficiência idiomática, para vislumbrar respostas pastorais aos desafios colocados pelo nexo entre migração e desenvolvimento na África.

Na quinta sessão, os palestrantes destacaram que os refugiados colocam um desafio multifacetado: eles enfrentam problemas antes de partirem, quando procuram asilo, depois do reconhecimento do seu status e até mesmo quando retornam. É crucial erradicar as causas nocivas da migração forçada, uma tarefa para a Igreja a ser dividida com governos, organizações internacionais e atores da sociedade civil. As reivindicações da população local em relação aos refugiados ganharem mais atenção do que os pobres locais constituem um desafio a ser abordado. A crise de refugiados hoje deve ser entendida levando em consideração a obrigação moral e legal dos estados, ao menos aqueles que são signatários das convenções internacionais. Há obrigação moral e legal para os

estados receberem pedidos de asilo e refugiados. O caso da África do Sul revela que quando estas obrigações entram em conflito com a soberania e a segurança nacional elas perdem a batalha. Além disso, atenção especial deveria ser dada às razões históricas de instabilidade política e *coup d'état*, que agora estão gerando instabilidade social e limitações a liberdade pessoal. Violência jamais levaria a uma civilização melhor. Ao contrário, a piora das condições de vida e falta de segurança levariam as pessoas a procurar lugares seguros no exterior. Nesse sentido, há a necessidade de se adotar uma perspectiva interdisciplinar quando se lida com migração forçada, levando em conta a responsabilidade de todos em garantir as condições necessárias para as pessoas permanecerem.

Nesta sexta sessão, os palestrantes sublinharam que o fenômeno de migração forçada na África é um *locus theologicus*, um espaço para a revelação de Deus hoje, um sinal dos tempos. Tal revelação se refere diretamente às reivindicações dos peregrinos de Deus, o choro dos pobres, o lamento dos exilados. A migração forçada é um *locus theologicus* porque é uma tragédia humana, que precisa de redenção, liberação e salvação. O exemplo de Abraão e Lot (Gen 13) está mostrando como as diferenças são "genéticas" à humanidade. Elas não deveriam ser desconsideradas, mas não deveriam ser uma razão para conflito. Quando as pessoas crescem, a separação é necessária para não se entrar em conflito. Elas devem tomar caminhos diferentes e se estabelecerem em terras diferentes, como Abrão e Lot. Contudo, as terras onde estes dois patriarcas se fixaram não são propriedades suas: elas são um presente de Deus para ser cuidado. O acordo entre os seres humanos é mais importante que as fronteiras. O respeito pelo lugar do outro evita qualquer conflito. Finalmente, a complexa situação da migração forçada na África está chamando a Igreja a ser um agente real de reconciliação e promotor de esperança. Tal promoção começa em casa: os Católicos devem se reconciliar entre si mesmos além das fronteiras, além da nacionalidade, além de reivindicações históricas.

Na sétima sessão, os palestrantes colocaram que antes dos desafios da migração e asilo na África, as Igrejas Católicas locais devem trabalhar juntas, usando os seus meios, agentes e estruturas, em espírito de solidariedade, para ajudar os irmãos e as irmãs que migram. As mesmas Igrejas devem também se envolver com as organizações governamentais e internacionais nesse esforço missionário. Discriminação e abusos são comuns no mundo dos refugiados também na África. A Igreja Católica deve se engajar plenamente em advocacy e lobby com o objetivo de proteger de forma mais eficaz os que buscam asilo e os refugiados e, acima de tudo, a erradicação das causas da migração forçada.

Destaques da conferência

Fabio Baggio

DESTAQUES DA CONFERÊNCIA

Na oitava sessão, os participantes se dividiram em oito pequenos grupos, de acordo com a sua proficiência idiomática, para vislumbrar respostas pastorais aos desafios colocados pelo nexos entre migração e desenvolvimento na África.

As discussões dos workshops na quarta e sexta sessões abordaram alguns pontos interessantes. A migração tem um impacto positivo no desenvolvimento ou, ao menos, um potencial de desenvolvimento a ser explorado. No entanto, mais atenção deve ser dada aos custos envolvidos na experiência de migração. Antes do complexo fenômeno da mobilidade humana, a Igreja Católica precisa conhecer, julgar e agir. A migração não deve ser promovida nem interrompida, mas deve ser verdadeiramente livre, informada, assistida e gerenciada. O direito a emigrar jamais deve ofuscar o direito a não emigrar, i.e o direito de se ter no próprio país as condições necessárias para uma vida digna e plena. É preciso, urgentemente, que exista mais cooperação entre as Igrejas de origem e as Igrejas de acolhimento para assistir mais apropriadamente e eficientemente aos migrantes, os que buscam asilo e aos refugiados.

Editores

Autores

**Sobre os
Colaboradores**

Maria-Françoise Lehoucq, professora de Teologia no Seminário de Teologia da Universidade de Louvain-la-Neuve, Bélgica. É autora de vários livros e artigos sobre a teologia da mulher e a teologia da família. É também autora de vários livros e artigos sobre a teologia da mulher e a teologia da família. É também autora de vários livros e artigos sobre a teologia da mulher e a teologia da família.

Yves Chavot, professor de Teologia no Seminário de Teologia da Universidade de Louvain-la-Neuve, Bélgica. É autor de vários livros e artigos sobre a teologia da mulher e a teologia da família. É também autor de vários livros e artigos sobre a teologia da mulher e a teologia da família.

Editores

Fabio Baggio é missionário da congregação Scalabriniana (Missionários de São Carlos Borromeo). Possui Ph.D. em História da Igreja pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). Baggio trabalhou como pesquisador no Centro de Estudos de Migração Latino-Americana (CEMLA), em Buenos Aires, de 1998 a 2002. Foi diretor do Centro de Migração Scalabrini (Quezon City, Filipinas) e editor do *Asian and Pacific Migration Journal* (APMJ) de 2002 a 2010. Atualmente, é diretor do Instituto Internacional de Migração Scalabrini (Roma, Itália) e professor de mestrado e Ph.D. na Pontifícia Universidade Urbaniana (Roma). Baggio também é professor visitante na Universidade de Valência (Espanha) e na Universidade Autônoma de Zacatecas (México).

Mesmin-Prosper Massengo é sacerdote da arquidiocese de Brazzaville (República do Congo). Possui mestrado e Ph.D. em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Urbaniana (Roma). Foi reitor do Seminário Nacional de Teologia do Congo-Brazzaville de 2001 a 2008. Atualmente, Massengo é secretário geral da Associação das Conferências Episcopais da Região da África Central (ACERAC), diretor da Escola de Brazzaville (República do Congo) e presidente do Grupo de Estudo sobre Migração no Simpósio da Conferência Episcopal da África e Madagascar (SCEAM). Ele também é professor visitante na Faculdade de Direito Canônico da Universidade Católica do Congo, Kinshasa (RDC).

Samuel de Jesus Narciso Paquete é sacerdote da Diocese de Benguela (Angola). Trabalhou como jornalista durante quinze anos em diferentes meios de comunicação católicos, dando especial atenção às questões africanas. Em 2013, Paquete foi nomeado segundo secretário geral do SCEAM, Accra (Gana), sendo responsável pela Comissão de Justiça, Paz e Desenvolvimento. Trabalhou desde então em questões relacionadas com a migração, terra e a boa governança na África.

Autores

Delali Margaret Badasu é diretora do Centro de Estudos de Migração e Pesquisadora Sênior do Instituto Regional para Estudos de População (IREP) da Universidade de Gana. Ela tem doutorado em Geografia e Desenvolvimento de Recursos, mestrado em Estudos de População e é bacharel em Economia e Geografia pela Universidade de Gana. Ela também tem mestrado em Geografia pela Universidade de Alberta, Canadá. Recebeu uma série de prêmios acadêmicos e de pesquisa e bolsas de estudo. Ela tem uma série de publicações em revistas e capítulos de livros, bem como contribuições em relatórios técnicos. Também é membro do grupo de trabalho inter-professores do Centro de Estudos Migratórios (CEM) da Universidade de Gana.

Destin Mouéné Ndzorombe é sacerdote da arquidiocese de Brazzaville (República do Congo). Concluiu seus estudos de filosofia e teologia em Brazzaville e, após sua ordenação sacerdotal, exerceu seu ministério em sua arquidiocese. Ndzorombe possui mestrado e Ph.D. em Teologia Pastoral da Mobilidade Humana, obtido em 2014, no Instituto Internacional de Migração Scalabrini (IIMS), Pontifícia Universidade Urbaniana de Roma. Atualmente, é diretor do Escritório Arquidiocesano para a Pastoral dos Migrantes e Professor de Ciências da Religião em uma escola local.

Yvon Christian Elenga é sacerdote da Companhia de Jesus. De 2000 a 2002 Elenga trabalhou no Centro de Estudos e Pesquisas Cristãs (CEPC) em Brazzaville. Em 2006, obteve Ph.D. em Teologia Sistemática na Faculdade Jesuíta de Teologia Weston em Cambridge (Massachusetts). Desde então, ensina teologia no Instituto de Teologia da Companhia de Jesus (Abidjan, Costa do Marfim). Em 2008-2009, foi professor visitante na Universidade de São José (Filadélfia, Pensilvânia). De 2011 a 2014, Elenga foi vice-presidente da Conferência das Instituições de Teologia Católica. É reitor do Instituto de Teologia da Companhia de Jesus em Abidjan, Costa do Marfim, desde setembro de 2012.

Jonas Koudissa é sacerdote da arquidiocese de Brazzaville (República do Congo). Possui Ph.D. em Ciências Políticas (1998) pela Universidade de Munster (Alemanha) e um Ph.D. em Teologia (2013) pela Universidade de Tubingen (Alemanha). Participou do processo de democratização do Congo como líder da Juventude Cristã e Libertação (JCL). Atuou como colaborador de Ernest Kombo, presidente da CNS e CSR. Atualmente, Koudissa é pároco da paróquia de São Francisco de Assis em Brazzaville, diretor da Academia Católica de Brazzaville para a Ética (Accabe) e membro da Associação de Estudos Africanos da Alemanha. É pesquisador associado da Universidade de Tubingen e professor associado na Universidade Católica de Yaounde nos Camarões.

Anne Béatriz Faye é religiosa da congregação Irmãs da Imaculada Conceição de Castres no Senegal. Possui Ph.D. em Filosofia (2005) pela Universidade Cheikh Anta Diop em Dakar. Também estudou teologia em Kinshasa (RDC). Ensinou filosofia analítica e filosofia oriental no Interstituto de Filosofia Centro Santo Agostinho em Dakar. De 2003 a 2008, foi superiora provincial no Senegal e, de 2008 a 2013, foi Conselheira Geral para África em Roma. Atualmente realiza trabalho missionário na Diocese de Koupela (Burkina Faso). Ela é membro da Associação de Teólogos Africanos.

Melchior Edward Mombili Thumaini é padre da arquidiocese de Kisangani, RDC. Em 1999, obteve seu Ph.D. em História Eclesiástica pela Pontifícia Universidade Gregoriana. Serviu como chanceler e arquivista na Arquidiocese de Kisangani. Foi Secretário-Geral da Associação das Conferências Episcopais da África Central (ACEAC). Atualmente, é Secretário-Geral Adjunto do SECAM, sendo responsável pela Comissão de Evangelização.

Georges J. Njila Jibikilayi é padre da Arquidiocese de Kinshasa. Possui Ph.D. em Teologia Dogmática pelo Instituto Católico de Paris (ICP) e pela Universidade Católica de Leuven (UCL). Foi pároco na Paróquia de São Leopoldo em Kinshasa. É reitor do Seminário São João XXIII, Professor de Teologia Dogmática na mesma instituição, Presidente da Assembleia do Clero de Kinshasa e vice-presidente da Cátedra do Cardeal L. Monsengwo.

Sergio Carciotto é diretor do Instituto Scalabrini de Mobilidade Humana na África desde a sua criação em abril de 2014. É mestre em Estudos do Desenvolvimento pela Universidade do Cabo Ocidental (África do Sul) e possui mestrado em Direitos de Refugiados e Estudos de Migração pela Universidade de Roma "La Sapienza". Trabalhou durante vários anos na África do Sul para o Centro Scalabrini da Cidade do Cabo, onde atuou como diretor entre 2013 e 2014 e na Itália para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Jean-Baptiste Sourou nasceu em Benin. Tem Ph.D. em Ciências Sociais e Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e mestrado em Teologia Sagrada. Ensina comunicação e culturas africanas em diferentes universidades na Itália e na África. Centrou sua pesquisa científica sobre as migrações africanas, particularmente aquelas que atravessam o mar Mediterrâneo. É o fundador da CeDReS, uma iniciativa internacional baseada em Benin, cuja missão é encontrar oportunidades de emprego para a juventude africana. Sourou também adquiriu uma forte experiência internacional em jornalismo.

Jean-Jarrhel Bernadin Ndoulou é padre da arquidiocese de Brazzaville (República do Congo). Concluiu seus estudos de filosofia e teologia em Bangui e, após sua ordenação sacerdotal, exerceu seu ministério em sua arquidiocese. Em 2004, Ndoulou foi enviado a Roma para obter mestrado e Ph.D. em Teologia Pastoral da Mobilidade Humana no IIMS. No final de seus estudos voltou a Brazzaville para ensinar no Seminário de Teologia Card. Emile Biayenda e em outras instituições. É presidente da Comissão Arquidiocesana de Pastoral da Saúde e vice-presidente da Comissão Arquidiocesana sobre o Ministério dos Migrantes. Atualmente, ele está engajado em missão assistindo os migrantes forçados na Itália.

André Kabasele Mukenge é sacerdote da arquidiocese de Kananga (República Democrática do Congo) desde 1985. Tem Ph.D. em Teologia Bíblica (1992) pela Universidade Católica de Louvain-la-Neuve (Bélgica) e pós-doutorado (1998) pela mesma Universidade. É professor de exegese do antigo testamento e hebraico bíblico na Universidade Católica do Congo (Kinshasa) desde 1998, e reitor da Universidade Notre Dame de Kasayi (Kananga) desde 2010.

Bekele Moges Kidane é acadêmico etíope. Bacharel em Engenharia Hidráulica, na Etiópia (1992), e mestre em Estudos de Desenvolvimento pelo Instituto de Estudos Sociais (IES), obtido em Haia (Países Baixos) em 2004. Atualmente é Diretor Executivo da Comissão Social e de Desenvolvimento da Igreja Católica Etíope (Caritas Etiópia). Anteriormente, Kidane trabalhou como coordenador de desenvolvimento executivo na Diocese de Harar, diretor regional de água e saneamento do UNICEF e gerente regional do governo etíope.

Beatrice Gikonyo é graduada em direito pela Universidade de Nairobi, Quênia. Ela está atualmente cursando mestrado em Políticas Públicas e Administração. Beatrice foi durante os últimos três anos oficial regional de advocacy do Serviço Jesuíta aos Refugiados na África Oriental, liderando o trabalho de proteção e defesa de refugiados no Quênia, Uganda, Etiópia e Sudão do Sul. Anteriormente, trabalhou com uma organização nacional de direitos das mulheres no Quênia como oficial de liderança e advocacy promovendo uma maior participação das mulheres na política. Também trabalhou nas ilhas do Pacífico Sul coordenando o Centro Legal Comunitário da Universidade do Pacífico Sul em Port Vila, Vanuatu.

ÍNDICE

Introdução	3
FABIO BAGGIO	
PARTE I: MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	11
O nexu Migração–Desenvolvimento: uma abordagem teórica	13
FABIO BAGGIO	
O Nexu Migração–Desenvolvimento em Gana: Evidências e Realidade nas Ciências Humanas e Sociais	25
DELALI MARGARET BADASU	
Bem comum, Migração e Desenvolvimento: Reflexões Teológicas e Pastorais de uma Perspectiva Africana	41
DESTIN MOUENE NDZOROMBE	
Migração, Desenvolvimento e Promoção Humana: Implicações Político-Teológicas da Realidade Africana	53
YVON CHRISTIAN ELENGA	
Migração, desenvolvimento e missão na África: desafios contemporâneos à evangelização	61
JONAS KOUDISSA	
Faces dos Migrantes entre Fronteiras, Privação e Paradoxo: uma Oportunidade para uma Cultura de Acolhimento, Hospitalidade e Solidariedade	71
ANNE BÉATRICE FAYE	

Pequenas Comunidades Cristãs (PCC): Uma Solução Possível para a Questão da Migração e do Desenvolvimento?	81
MELCHIOR-EDOUARD MOMBILI	
O Nexo entre Migração e Desenvolvimento à Luz da Experiência de José, Filho de Jacó, no Egito: Reflexões Filosófico-Teológicas e Perspectivas Sociopolíticas	91
GEORGES NJILA JIBIKILAYI J.	
PARTE II: MIGRAÇÃO E CONFLITO	103
O regime de asilo na África	105
SERGIO CARCIOTTO	
Migração forçada e asilo na África: desafios sociais e políticos	115
JEAN-BAPTISTE SOUROU	
Conflito e migração forçada na África: um <i>locus theologicus</i> contemporâneo	123
JEAN-JARRHEL BERNADIN NDOULOU	
Migração responsável: O exemplo de Abraão (Gn 13). Que lições para hoje?	135
ANDRÉ KABASELE MUKENGE	
Migração Africana: Um Apelo à Igreja	147
MESMIN-PROSPER MASSENGO	
Melhores práticas de intervenção de migração junto às camadas populares a Igreja Católica da Etiópia	159
BEKELE MOGES KIDANE	



Serviço Jesuíta aos Refugiados na África Oriental Programas e Experiências na Área de Migração Forçada BEATRICE GIKONYO	173
Destaques da conferência FABIO BAGGIO	187
SOBRE OS COLABORADORES	191
Editores	192
Autores	193

Hoje, a mobilidade humana na África coloca sérios desafios à Igreja Católica uma vez que, diariamente, migrantes e refugiados batem a sua porta buscando respostas materiais e espirituais para o seu drama. A Igreja é chamada a promover uma perspectiva diferente, onde o asilo, o deslocamento e a migração se tornam um componente do diálogo entre culturas e sociedades, e onde as pessoas em movimento são vistas como companheiras.

Nesse sentido, a *Association des Conférences Episcopales de la Région de l'Afrique Centrale (ACERAC)*, em cooperação com o *Simpósio das Conferências Episcopais da África e Madagascar (SCEAM)* e do *Scalabrini International Migration Institute (SIMI)* organizou e realizou uma conferência internacional sobre a teologia da mobilidade humana em Brazzaville (República do Congo) de 21 a 23 de janeiro de 2016. Este livro apresenta os trabalhos da conferência. O seu objetivo é contribuir para a reflexão teológica sobre o fenômeno da mobilidade humana a partir da perspectiva africana, e promover a cooperação pastoral entre as Igrejas locais nos países de envio, de trânsito e de acolhimento.

